

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

VINÍCIUS LERINA FIALHO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO PAQUISTÃO (1965-2018):
FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

PORTO ALEGRE

2020

VINÍCIUS LERINA FIALHO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO PAQUISTÃO (1965-2018):
FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Haffner

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Fialho, Vinicius Lerina
Investimentos diretos externos chineses no
Paquistão (1965-2018): financiando a infraestrutura
para o desenvolvimento / Vinicius Lerina Fialho. --
2020.
140 f.
Orientadora: Jacqueline Angélica Hernández Haffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Investimentos diretos externos chineses. 2.
Instituições. 3. Transição sistêmica. 4. Nova ordem
global. I. Haffner, Jacqueline Angélica Hernández,
orient. II. Título.

VINÍCIUS LERINA FIALHO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO PAQUISTÃO (1965-2018):
FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Apresentação em: 21 e janeiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jacqueline Haffner(orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Andres Ferrari
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre

Profa. Dra. Luiza Peruffo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio dos meus pais Eloiza Helena e Luiz Fernando, de minha irmã Louise, que mesmo sendo mais nova do que eu tem sido uma mãe e amiga ‘para todos os climas’ para mim aqui em Porto Alegre, do meu irmão Guilherme, da minha irmã Paloma e do meu amigo e cunhado Cassiano pelas orientações pessoais e profissionais.

À Professora Jacqueline Haffner, agradeço pela orientação e atenção dada ao longo de toda minha pesquisa desde o início do mestrado, sendo importante mencionar que já havíamos trabalhado juntos na época da Especialização do PPGEEI tendo como resultado a publicação, bem como apresentação do artigo de conclusão no ISA em Quito Equador no ano de 2018. Espero ter retribuído o esforço e desde já a eximo de quaisquer falhas que possam ser identificadas nessa pesquisa.

Além disso, devo mencionar a importância do corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao Professor Diego Pautasso, por apresentar importantes *insights* sobre o projeto de pesquisa na época da Especialização e os livros emprestados durante o mestrado. Ao Professor Andres Ferrari, que me despertou importantes opiniões sobre o estudo e a forma de abordá-lo. Ao Professor Marcelo Milan, pela excelente disciplina ministrada e pelos conselhos dados no formato de escrita e estruturação de uma pesquisa coesa e coerente. Aos Professores Érico Duarte, André Reis e Paulo Visentini pela grande qualidade empreendida em suas disciplinas. À Professora Verônica que ministrou a Disciplina de Seminário de Dissertação, trazendo importantes pontos sobre o Projeto e sobre as normas e procedimentos pertinentes a Pesquisa.

Agradeço também ao Pesquisador e Professor paquistanês PhD Muhammad Mumtaz, por toda sua atenção e intercâmbio de informações e estudos sobre o Paquistão. Ao Pesquisador e Jornalista paquistanês Yasir Habib Khan, que disponibilizou materiais e contribui com sua opinião sobre as relações do Paquistão com a China. Ao contato com a Professora paquistanesa Mubashra Gondal com o embaixador paquistanês no Brasil Dr. Kalsoom Sumra e com o paquistanês Zulqarnain Haider. Sendo importante salientar, que estes autores paquistaneses disponibilizaram fontes secundárias as quais estão presentes nesta pesquisa.

Esta pesquisa também teve uma importante contribuição dos grupos de estudos dos quais participo na UFRGS. A Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático (OfChila), onde os debates e a troca de conhecimento demonstram ser essenciais para nossos estudos. Em

especial aos amigos: Betina Sauter, João Chiarelli, Athos Silva, Bruno Magno, Rômulo Pitt e Luis Rodrigo. Como parte integrante da OfChila, incluo aqui a grande contribuição dos Grupos de Estudo sobre Economia Política Internacional realizados todos os sábados à tarde no Café e Livraria da Multicultura, tendo como integrantes os amigos: João Chiarelli, Renato Ungaretti, Alexandre Rodrigues e Bruce Padilha. Ao Grupo de Estudos sobre BRICS (NEBRICS), pela importante experiência do Radar Nebrics, que contribui para me manter atualizado sobre a conjuntura do meu estudo, em especial, aos colegas e amigos Matheus Bianco e Alberto Nogueira. Não poderia deixar de agradecer ao ISAPE, Instituto do qual sou membro Associado, que muito tem contribuído para meu amadurecimento como Pesquisador.

Sou grato também a empresa Grupo Exicon, que permitiu meu retorno ao trabalho no segundo ano do mestrado, me liberando para aulas e seminários ao longo do ano de 2019. Agradeço pela I Semana Acadêmica do PPGEEI, que nessa oportunidade tive importantes *insights* dos professores que compuseram a banca de avaliação da minha pesquisa: a Professora Luiza Peruffo, Guilherme Ziebell e Tatiana Maia. Por fim, porém não menos importante agradeço enormemente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade dada tendo como objetivo a defesa do ensino público de alta qualidade.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os efeitos do financiamento da China em infraestrutura no Paquistão, tendo em vista os impactos econômicos neste país, dentro de uma análise histórica dos investimentos diretos externos chineses de 1965 até 2018. A hipótese aponta que os investimentos diretos chineses passaram a atuar de maneira eficaz no setor de infraestrutura paquistanês, auxiliando o Paquistão a crescer e se desenvolver economicamente. Como variáveis explicativas a serem analisadas será apresentada a formação histórica do Paquistão, mostrando sua centralidade institucional, bem como os baixos gastos do governo em infraestrutura e a histórica relação entre China-Paquistão. Entende-se, também, que os investimentos diretos chineses foram capazes de ampliar a cooperação de Islamabad com Pequim. A partir deste cenário, a priorização na agenda paquistanesa das relações com a China foi capaz de incluir, cada vez mais, Islamabad na pauta prioritária da região, sendo este estado um dos mais importantes estrategicamente para os interesses chineses. De acordo com isso, será debatido o processo da constituição da economia no recém-formado Estado-nação do Paquistão, tendo como marco inicial o ano de 1965 até o fim do século XX. Assume-se que a forte centralização institucional do setor militar acabou atrasando as políticas públicas mais inclusivas e capazes de solucionar os problemas voltados, especialmente, a infraestrutura. Além disso, visa-se contextualizar o histórico das relações do Paquistão com a China, através de cooperação em nível bilateral, bem como multilateral. Por fim, objetiva-se analisar o impacto dos investimentos diretos externos chineses no desenvolvimento da economia do Paquistão no século XXI. Conclui-se com essa pesquisa: que a formação econômica do Paquistão teve desde seu início o exército como principal instituição estatal; elevados gastos em defesa e segurança tendo como principal justificativa o *fator indiano* e o controle de grupos insurgentes internamente; a posição de país periférico é identificada como um fator de alta dependência da política interna as condicionantes externas como, por exemplo, a intervenção norte-americana; os investimentos diretos externos chineses desde o princípio tiveram na infraestrutura seu principal eixo de parceria estratégica a “Entente-Cordiale”; a participação cada vez maior do Paquistão nas instituições ligadas ao Sul Global como, por exemplo, a OCX e o AIIB; e por fim, os investimentos diretos externos chineses auxiliaram o Paquistão a crescer e se desenvolver, pois deram suporte em setores estratégicos para este país.

Palavras-chave: Investimentos diretos externos chineses. Instituições. Transição sistêmica. Nova ordem global.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the effects of China's infrastructure financing in Pakistan, focusing on the economic impacts in this country, within a historical analysis of Chinese foreign direct investment from 1965 to 2018. The hypothesis points out that Chinese direct investment passed to act effectively in the Pakistani infrastructure sector, helping Pakistan grow and develop economically. As explanatory variables to be analyzed will be presented the historical formation of Pakistan, showing its institutional centrality, as well as the low government spending on infrastructure and the historical relationship between China and Pakistan. It is also understood that Chinese direct investments were able to expand Islamabad's cooperation with Beijing. From this scenario, prioritizing the Pakistani agenda of relations with China has been able to increasingly include Islamabad in the region's priority agenda, making it one of the most strategically important states for Chinese interests. Accordingly, the process of constitution of the economy in Pakistan's newly formed nation-state will be debated, starting with the year 1965 until the end of the twentieth century. It is assumed that the strong institutional centralization of the military sector has delayed more inclusive public policies capable of solving problems, especially infrastructure. In addition, this study aims to contextualize the history of Pakistan's relations with China through bilateral as well as multilateral cooperation. Finally, the objective is to analyze the impact of Chinese foreign direct investment on the development of Pakistan's economy in the 21st century. From this research, it is concluded: that the economic formation of Pakistan had from the beginning the army as the main state institution; high defense and security spending with the Indian justification and the control of insurgent groups internally as the main justification; the position of peripheral country is identified as a factor of high dependence on domestic policy on external conditions, such as, for example, the North American intervention; Chinese direct foreign investments since the beginning had the main strategic partnership in the infrastructure "Entente-Cordiale"; the increasing participation of Pakistan in institutions linked to the Global South, such as SCO and AIIB; and finally, Chinese foreign direct investments have helped Pakistan to grow and develop, as they have supported strategic sectors for this country.

Keywords: Chinese Foreign Direct Investment. Institutions. Systemic Transition. New Global Order.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Rodovia Karakoram Highway	59
Figura 2 – A posição geoestratégica do Porto de Gwadar.....	63
Figura 3 – Comparativo entre a Belt and Road Initiative e a Guerra Contra o Terror.....	84
Figura 4 – Principais atores e eixos de articulação do CPEC.....	85
Figura 5 – Tripé conceitual.....	96
Figura 6 – Investimentos Globais da China 2005-2019	97
Figura 7 – Projetos em Energia	107
Figura 8 – Rodovias do Paquistão	111
Figura 9 – Projetos de fibras ópticas	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Influxos de IDE nos primeiros anos (milhões de dólares).....	37
Gráfico 2 - Crescimento do setor manufatureiro em percentual	38
Gráfico 3 – Influxos de investimentos externos em milhões \$.....	53
Gráfico 4 – Ciclos conceituais segundo Giovanni Arrighi.....	91
Gráfico 5 - Fluxos de investimento externo chinês (em milhões de US\$).....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Padrão de consumo de energia no Paquistão.....	45
Quadro 2 – A ordem paralela: Finanças	92
Quadro 3 – A ordem paralela: comércio e investimentos	92
Quadro 4 – A ordem paralela: segurança	92
Quadro 5 – A ordem paralela: diplomacia.....	92
Quadro 6 – A ordem paralela: infraestrutura.....	93
Quadro 7 – Comitê Misto de Cooperação (JCC).....	106
Quadro 8 – Projetos prioritários do CPEC-Energia.....	108
Quadro 9 – Projetos CPEC-Energia ativamente promovidos e projetos de energia potencial	109
Quadro 10 – Rodovia.....	110
Quadro 11 – Projetos do setor ferroviário	112
Quadro 12 – Gwadar.....	114
Quadro 13 – Outros Projetos	115
Quadro 14 – Novos Projetos.....	117
Quadro 15 – ZEE.....	118
Quadro 16 – Projetos no Setor Social.....	120
Quadro 17 – Projetos da Rota Ocidental	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Assistência dos Estados Unidos para o Paquistão	30
Tabela 2 – Performance econômica do Paquistão em vários períodos políticos.....	33
Tabela 3 – Direção do Comércio	46
Tabela 4 – Indicadores de Dívida Externa	49
Tabela 5 – Indicadores selecionados para avaliar o desempenho da indústria de energia elétrica estatal no Paquistão, 1972-95	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DO PAQUISTÃO	25
2.1	CONTROLE MILITAR DE 1965 ATÉ DEZEMBRO DE 1971	34
2.2	QUASE DITADURA DE DEZEMBRO DE 1971 ATÉ JULHO DE 1977	40
2.3	CONTROLE MILITAR DE JULHO DE 1977 ATÉ AGOSTO DE 1988	45
3	RELAÇÕES PAQUISTÃO-CHINA	55
3.1	A “ENTENTE-CORDIALE”	56
3.2	RODOVIA KARAKORAM HIGHWAY	58
3.3	DESENVOLVIMENTO NUCLEAR	60
3.4	PORTO DE GWADAR	63
3.4.1	Desdobramentos Históricos do Porto de Gwadar	65
3.4.2	Importância Geoestratégica do Baluchistão	68
3.5	CONTEXTO DO OCEANO ÍNDICO	73
3.6	NÍVEL MULTILATERAL (TERCEIRO MUNDO – SAARC – OCX).....	78
3.6.1	A Organização de Cooperação para Xangai (OCX)	80
3.7	O SÉCULO XXI	82
4	INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NA ECONOMIA DO PAQUISTÃO	89
4.1	A PERSPECTIVA DA ESCOLA INSTITUCIONALISTA: O CASO DO CPEC NA NOVA ORDEM GLOBAL EM CURSO	99
4.2	CPEC: SETORES E PROJETOS FASE 1 – A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	105
4.2.1	Setor energético	106
4.2.2	Infraestrutura: rodovias e ferrovias	109
4.2.3	Gwadar	113
4.2.4	Outros projetos	115
4.2.5	Novos projetos provinciais	116
4.2.6	Zonas Econômicas Especiais (ZEE)	118
4.2.7	Projetos de desenvolvimento do setor social	119
4.2.8	Projetos da Rota Ocidental	120
5	CONCLUSÃO	122
	REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como título: “Investimentos Diretos Externos chineses¹ no Paquistão (1965-2018): financiando a infraestrutura para o desenvolvimento”. Sendo assim, este estudo abordará a trajetória econômica do Paquistão a partir do Acordo Bilateral com a China em 1965 para a construção da Karakoram Highway² até o fim do mandato do Primeiro Ministro do Paquistão Nawaz Sharif, em 2018, que em 2015 assinou os Memorandos de Entendimento para a criação do *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC) junto ao Presidente da China, Xi Jinping, dentro da *Belt and Road Initiative* (YIWEI, 2016; MALIK, 2016; 2018; SMALL, 2015).

O foco específico dentro deste tema de pesquisa é a infraestrutura para o desenvolvimento deste país em longo prazo. Utiliza-se para este trabalho tanto a perspectiva histórica da formação econômica paquistanesa, quanto as questões políticas, especialmente no que se refere as relações bilaterais com a China chegando até o século XXI com a política de *Going Global*³ focada nos investimentos diretos externos chineses, vinculados ao contexto de transição sistêmica e de um maior institucionalismo do Sul Global.

Entende-se, para este estudo, que é fundamental entender profundamente a formação econômica do Paquistão⁴ que foi respaldada por um ambiente institucional frágil. Um fato

¹ Conforme Jacqueline Haffner e Alberto Nogueira (2016) definem é importante que os países receptores dos investimentos diretos externos chineses tenham como visão estratégica considerar que “o perfil estatal dos investimentos, combinado com o foco, a magnitude e o aparato de promoção dos mesmos, observa-se tratar-se de um processo guiado por interesses estratégicos e que, por isto, coloca nos governos nacionais o desafio de construir relações bilaterais que contemplem as prioridades de desenvolvimento e articulem esses laços a mecanismos e fins com potencial para proporcionar um salto de qualidade na renda e no bem estar de suas populações (HAFFNER; NOGUEIRA, 2016).

² A Rodovia Karakoram Highway que será trabalhada no capítulo 3 desta pesquisa significou o primeiro grande investimento direto externo chinês em solo paquistanês. Este projeto é identificado pelos dois países como um marco das relações estratégicas entre Islamabad e Pequim, uma vez que a segunda Guerra entre paquistaneses e indianos em 1965 teve como um de seus principais desdobramentos o bloqueio de rodovias e estradas paquistanesas. Com isso, a análise feita pelo governo do Paquistão foi que era de suma importância criar um elo físico com os parceiros chineses, assim retirando o país do isolacionismo físico, tendo como perspectiva construir uma rodovia com capacidade de transporte de cargas de grande porte. O projeto teve sua primeira fase realizada entre os anos de 1965-1978 e atualmente compõem um dos projetos do CPEC, tendo em vista sua conexão com os portos de Karachi e Gwadar com saída para o Oceano Índico.

³ A política de *Going Global* foi inserida efetivamente no governo de Hu Jintao em 2001 após aprovação no Congresso chinês. Essa política econômica tem como princípio norteador a projeção da China para o Século XXI, deixando de ser apenas o país com maior recepção de investimentos diretos externos para se tornar, ao longo deste século, um dos estados protagonistas em investimentos externos, especialmente, após a Crise de 2008 (VADELL, 2018).

⁴ “O Paquistão tem dimensão, população e competência militar, e seus líderes têm, de modo razoavelmente consistente, tentado reivindicar um papel de promotor da cooperação entre os Estados islâmicos e de porta-voz do Islã para o resto do mundo. Entretanto, o Paquistão é relativamente pobre e padece de graves divisões internas étnicas e regionais, um passado de instabilidade política e uma fixação no problema de sua segurança diante da Índia, o que explica em grande parte seu interesse por desenvolver relações íntimas com os outros

importante foi o momento de partilha com a Índia, quando Banco Central ficou com os indianos, restando ao estado paquistanês o exército como instituição mais forte, conseqüentemente com forte viés securitário, este acontecimento iria trazer profundas conseqüências posteriormente para o país. Assim, os gastos do governo eram centrados para assegurar a segurança territorial contra os grupos internos insurgentes como, por exemplo, da região do Baluchistão e a defesa ‘nacional’ frente à Índia (COHEN, 2004; SHAH, 2018, FERRARI; SAUTER, 2017). De acordo com isso, os investimentos em infraestrutura foram praticamente alocados a recursos vindos do exterior, tendo como principais parceiros os Estados Unidos e a China. De acordo com o escopo da pesquisa iremos nos ater mais especificamente aos investimentos diretos externos chineses no Paquistão, os quais são identificados a partir das relações históricas entre Islamabad e Pequim desde o período do pós-Segunda Guerra Mundial. A compreensão dos laços de ‘amizade e fraternidade’ entre os dois países colocou-se como pauta primordial para a consolidação de projetos que se iniciam com a Karakoram Highway entre os anos de 1965 a 1978, bem como a cooperação no desenvolvimento nuclear, até a efetivação da Iniciativa Cinturão e Rota no ano de 2015 (SMALL, 2015).

Por outro lado, pode-se notar novos movimentos a partir do final da Guerra Fria no cenário internacional. Neste período, os Estados Unidos “abandonam” regiões como, por exemplo, a Ásia, uma vez que os países não teriam alternativas a não ser adaptarem-se as novas condicionantes do neoliberalismo de mercado. Um dos resultados deste ‘distanciamento’ de Washington com os países da Eurásia foi à criação dos Cinco de Xangai⁵ em 1996, sendo uma estratégia vinculada às políticas externas de Moscou e Pequim diante do tema securitário inicialmente. Concomitante a última década do século XX, outras condicionantes do início século XXI também devem ser levadas em conta para melhor explicar o sistema internacional pós-bipolaridade, são elas:

- a) as sucessivas crises econômicas da década de 1990;
- b) os Atentados de 11 de Setembro no início do século XXI;
- c) a Guerra Contra o Terror⁶ alicerçada pelo Presidente dos EUA Bush filho;

países islâmicos, bem como com potências não-muçulmanas como a China e os Estados Unidos” (HUNTINGTON, 1997, p.223).

⁵ Os Cinco de Xangai passaram para o status de Organização para Cooperação de Xangai (OCX) no ano de 2001 quando o estado Uzbequistão se juntou aos cinco membros fundadores do ano de 1996, são eles: China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão. Em 2001, a OCX ampliou sua agenda, incluindo importantes pautas como no caso do setor de infraestrutura. Atualmente, essa Organização conta também, além de outros estados, com dois importantes membros permanentes Paquistão e Índia.

⁶ Sobre esse termo que o governo Bush filho denominou de *Projeto para o Novo Século Norte-Americano*, Giovanni Arrighi (2008) o identificou como ineficaz na Guerra do Iraque, bem como a investida no Afeganistão, a ONU foi contra, muito embora tivesse apoio dos países da Europa Ocidental. Por fim, os países árabes rejeitavam a presença dos Estados Unidos, pois era notável seu amplo apoio ao estado de Israel e o

- d) a ascensão chinesa, tendo como um de seus principais instrumentos a política de *Going Global* a partir de 2001;
- e) adesão de Pequim à Organização Mundial do Comércio (OMC);
- f) e a Crise de 2008; todas estas condicionantes significaram o processo de transição rumo a consolidação da multipolaridade e do crescimento de barganha dos países emergentes no cenário global (STUENKEL, 2018; ARRIGHI, 2008; HUANG; WILKER, 2011; GUIMARÃES, 2005; WALLERSTEIN, 2004).

Neste novo contexto internacional, o estado chinês lançou a *Belt and Road Initiative* (BRI), no ano de 2013, pelo Presidente Xi Jinping (YIWEI, 2016). Nesse sentido, o Paquistão, a partir dos laços históricos e de sua posição estratégica, foi colocado como o eixo mais importante para consolidação da BRI tanto na via terrestre como na via marítima, sendo exemplo disto, o Porto de Gwadar que teve suas obras iniciadas em 2001. De acordo com isso, o *China-Pakistan Economic Corridor* tem desde 2015 US\$ 1,65 bilhão em investimentos vindos, por exemplo, do Fundo da Nova Rota da Seda. Envolvem, assim, obras ligadas à infraestrutura elétrica (hidrelétricas, minas de carvão, plantas de energia solar e eólica), bem como obras ferroviárias, rodoviárias e marítimas. De fato, este país entrou na agenda chinesa pautado na nova ordem global, tendo como base a cooperação através da regionalização (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; ARRIGHI, 2008; NEVES, 2014).

Conforme o parágrafo acima, o CPEC pode ser considerado como um marco capaz de realinhar os históricos gargalos físicos do Paquistão, dos quais serão abordados a partir dos investimentos diretos chineses em infraestrutura, bem como no aprimoramento das relações de Islamabad com Pequim. Assim, sob a perspectiva econômica deve-se compreender o crescimento e desenvolvimento econômico a partir da importância do estado do Paquistão como articulador macroeconômico⁷, tendo em vista a história de sua formação até o contexto contemporâneo da *Belt and Road Initiative* (YIWEI, 2016; CONCEIÇÃO, 2002; VEBLEN, 1898; ACEMOGLU, 2005).

É importante frisar que este estudo não tem como foco debater sobre as relações do Paquistão com a Índia e suas condicionantes, nem mesmo entrar no mérito de questões como a Caxemira, embora esta temática permeie nosso estudo. De fato, nosso enfoque é identificar historicamente a formação econômica frágil do Paquistão e o quanto isso impactou e impacta

fortalecimento deste na região. Assim, o recuo de Washington na Globalização, abre-se maior espaço para os acordos bilaterais, exceto na OMC, sendo a China considerada a grande vencedora da Guerra Contra o Terror (ARRIGHI, 2008).

⁷ Termo utilizado em países que tem a capacidade de coordenar seus recursos econômicos eficientemente tendo em vista a alocação deles em setores estratégicos como, por exemplo, o da infraestrutura.

para este país se desenvolver, tendo nas suas relações estratégicas com a China um importante parceiro político, econômico e securitário. A institucionalização do *China-Pakistan Economic Corridor* é identificada como resultado de um longo processo de parceria entre Pequim e Islamabad.

Procura-se com esta pesquisa responder a seguinte pergunta: como os investimentos diretos externos chineses em infraestrutura foram capazes de realinhar a economia do Paquistão de 1965 até 2018? Partindo deste pressuposto o trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos do financiamento da China em infraestrutura para o Paquistão, tendo em vista os impactos econômicos neste país, dentro de uma análise histórica dos investimentos diretos externos chineses de 1965 até 2018. Além disso, iremos utilizar três teorias como instrumento para esta análise, são elas: a Escola Institucionalista da Economia; os investimentos diretos externos da Economia Política Internacional; e o Sistema Mundo para explicar o processo de transição sistêmica presente no século XXI.

Dessa forma, os objetivos específicos que compõem esta pesquisa são:

- a) Investigar o processo da constituição da economia no recém-formado Estado-nação do Paquistão, tendo como marco inicial o ano de 1965 até o fim do século XX;
- b) Contextualizar o histórico das relações do Paquistão com a China, através de cooperação em nível bilateral, bem como multilateral; e por fim
- c) analisar o impacto dos investimentos diretos externos chineses no desenvolvimento da economia do Paquistão no século XXI.

Sendo assim, trabalha-se como hipótese geral que os investimentos diretos chineses passaram a atuar de maneira eficaz no setor de infraestrutura paquistanês, auxiliando o Paquistão a crescer e se desenvolver economicamente. Como variáveis explicativas a serem analisadas serão utilizadas a formação histórica do Paquistão, apresentando sua centralidade institucional, bem como os baixos gastos do governo em infraestrutura e a histórica relação entre China-Paquistão, sendo os investimentos diretos chineses capazes de ampliar a cooperação de Islamabad com Pequim. A partir disto, a priorização na agenda paquistanesa das relações com a China foi capaz de incluir, cada vez mais, Islamabad na pauta prioritária da região, sendo este estado um dos mais importantes estrategicamente para os interesses chineses.

Além disso, embora esse trabalho não aborde, diretamente, conceitos e autores da Escola do Realismo Neoclássico⁸ da Economia Política Internacional e das Relações

⁸ Assume-se para essa pesquisa, conforme elucidado por Diego Pautasso (2019) que “[a]s abordagens realistas, entretanto, não captam as complexas formações econômicas e institucionais de cada país, a natureza e motivações de seus projetos expansionistas, e tampouco a forma como se dá a sinergia entre o poder estatal-

Internacionais, como o objeto dessa pesquisa é o estado do Paquistão, compreende-se assim a manutenção do protagonismo do estado sem desconsiderar os outros atores do sistema internacional. Com isso, conforme serão elucidadas ao longo desse capítulo introdutório e dos demais capítulos, outras vertentes teóricas serão utilizadas como instrumento explicativo para formação do estado paquistanês, bem como suas relações, especialmente, com a China. Como exemplo disso, uma das principais contribuições dessa pesquisa é trazer para o debate dos Estudos Estratégicos Internacionais a perspectiva teórica da Escola Institucionalista da Economia, que tem como objetivo central explicar a formação política e econômica dos estados a partir de suas instituições e de como elas se relacionam com a sociedade em geral, tendo como consequência seu crescimento e desenvolvimento econômico.

Desta forma, presente pesquisa compreende o processo de formação econômica do Paquistão e de como as relações deste país com a China baseada, especialmente, em investimentos diretos chineses foram capazes de redirecionar a agenda de Islamabad culminando com o *'China-Pakistan Economic Corridor'*. Identifica-se na Escola Institucionalista da Economia do Desenvolvimento como um dos instrumentos capazes de explicar a importância das instituições do estado e organizações do Sul Global tendo como foco o processo de financiamento dos projetos em infraestrutura. Leia-se que nossa análise histórica irá desde 1965 com o Acordo entre China-Paquistão para consolidação da Karakoram Highway até o ano de 2018 com o fim do mandato de Nawaz Sharif, Primeiro Ministro do Paquistão que assinou o Acordo em 2015 para a criação do principal Corredor Econômico da Iniciativa Cinturão e Rota em território paquistanês junto ao Presidente chinês Xi Jinping. Assim teremos como base os estudos a partir da tese de doutorado do autor Octávio Conceição (2002), que aponta para importantes autores do chamado velho institucionalismo Thorstein Veblen (1898), Dugger (1988), Hodgson (1998), Rutherford (1998), passando pela chamada Nova Economia Institucionalista (NEI) e seus expoentes Williamson (1985), Coase (1991) e Douglas North (1991), até os mais atuais, tendo como exemplo Acemoglu (2005). Esta Escola tem por definição geral o processo econômico não como um ambiente estático, mas sim, como um processo de constante mutação, no qual as instituições formais em nível macro, estados e organizações, e instituições informais no nível micro, relações entre os indivíduos, firmas, devem interagir entre si, formando assim, novos ambientes capazes de realocar recursos rumo

territorial e o poder do capital. Nesse sentido, uma abordagem crítica – ainda que historicamente muito restrita à crítica do sistema capitalista – pode ajudar a iluminar as diferentes naturezas dos processos de desenvolvimento e de expansões imperiais, bem como de interação Estado-capital na conformação do moderno sistema internacional” (PAUTASSO, 2019, p.184).

a uma sintonia institucional podendo então concretizar o desenvolvimento e crescimento econômico.

O contexto de formação econômica do Paquistão está vinculado diretamente ao processo de partilha da colônia britânica em 1947, período de independência junto à Índia. Sendo assim, um problema desde o princípio está ligado à questão territorial paquistanesa que ficou fortemente prejudicada pela sua incapacidade de gestão das nascentes dos principais rios que banham o país e dão sustentação ao seu setor primário, quanto ao contexto da primeira Guerra em 1947 entre indianos e paquistaneses. Dessa forma, embora se reconheça nesta pesquisa a importância dos conflitos entre Paquistão-Índia para o ambiente de formação até o estágio atual dos dois estados, o enfoque será dado à trajetória econômica do Paquistão e seus gargalos econômicos a partir disso. Nesse aspecto inicial da pesquisa, um dos marcos teóricos utilizados, está estruturado na divisão histórica do autor Shahid Javed Burki (2010) sob a perspectiva política e econômica de poder do Paquistão, sendo dividida em: poder militar⁹; quase militar¹⁰ e no final do Século XX como política competitiva¹¹. Assim sendo, utilizam-se autores como: Matthew McCartney (2011), Rashid Amjad (2015), Shahid Javed Burki (2015), Parvez Hasan (2015), Ahmad Malik (2016; 2018), Isbrat Husain (2015), Khalil Hamdani (2015), Ehtisham Ahmad (2015). Mais ligado aos aspectos históricos de política externa do Paquistão há o autor Hasan-Askari Rizvi (1993) entre outros.

Discorrendo na perspectiva histórica e das relações do Paquistão com o cenário regional e internacional, desde sua concepção quanto estado nação até o século XXI, identificamos a importância, especialmente, das relações deste país com os Estados Unidos, União Soviética, posteriormente Rússia, China e Índia. Dentro deste parâmetro histórico, serão tratadas neste trabalho as relações entre Islamabad e Pequim, tanto em nível bilateral quanto em nível multilateral, assim a pesquisa está embasada, basicamente, em autores como: Andrey Small (2015), Stephen Cohen (2004), John Garver (2002); Christine Fair (2014), M.J. Akbar (2011), Ashraf (2016), Khan (2016) entre outros.

⁹ O poder militar no Paquistão é o mais duradouro e constante desde a formação política e econômica do país. Mesmo nos períodos de ‘democracia’ o exército se faz presente nas resoluções e decisões tomadas pelo estado. Identifica-se como a principal instituição do país.

¹⁰ Os períodos ‘quase militar’ como no caso da Era Bhutto na década de 1970, refletiram na prática, em um poderio mais ‘brando’ do exército, porém ao longo do período os militares acabaram angariando novas formas de atuação até ganharem o poder novamente com o enfraquecimento da política populista da Era Bhutto.

¹¹ O período de Política Competitiva iniciada com a eleição de Benazir, em 1988, deu início a uma era de intensificação das disputas políticas internas tendo como influência direta o período de final da Guerra Fria, bem como por um enfraquecimento econômico paquistanês, especialmente, no setor energético durante a década de 1990.

Além disso, dentro do jogo geopolítico do Oceano Índico no qual o território paquistanês se encontra, podemos identificar as estratégias tanto da China com o Paquistão, quanto da Índia e dos Estados Unidos, somado aos interesses soviéticos e, posteriormente russos na região. De fato, desde a Guerra Fria é possível identificar estas nuances que interferiram e que interferem na formação deste estado. De acordo com isso, utilizaremos autores como Fiori (2008), Mackinder (2004), Neves (2014), Immanuel Wallerstein (1992), Emmanuel Todd (2003), Visentini (2011), Manuel Carriço (2007), Anshuman Rahul (2018), Gurmeet Kanwal (2018) entre outros, os quais trabalham nesta percepção ligada aos interesses das grandes potências na região eurásiana.

Diante disso, essa pesquisa tem como um de seus objetivos discorrer sobre a importância da *Belt and Road Initiative* para os interesses do Paquistão no século XXI. Dessa forma, abordaremos esta Iniciativa, anunciada pelo presidente Xi Jinping em 2013, embasados em autores como Giovanni Arrighi (1996; 2001; 2008), Yiwei (2016), B.R. Deepak (2018), Maximilian Mayer (2018), Anoushiravan Ehteshami (2018), Diego Pautasso (2011) entre outros. Corroborando para este estudo, Brzezinski (2001; 2009) e Mearsheimer (2001) dialogam sobre as condicionantes de uma possível aliança chinesa junto à Rússia e o risco eminente desta união para os interesses norte-americanos, em suma, no *Heartland eurásiano*¹². No que tange ao conceito de investimentos diretos chineses trabalha-se com a perspectiva conceitual de autores como: da autora Jacqueline Haffner (2017), Javier Vadell (2018), bem como Leandro Santos e Marcelo Milan (2014) entre outros.

Dentro desta nova perspectiva institucional chinesa, trabalha-se com a corrente teórica do Sistema Mundo¹³ para explicar o processo de transição sistêmica do qual o século XXI está se direcionando cada vez mais para o Leste Asiático tendo como protagonista a China. Soma-se a isso, o conceito de nova ordem global¹⁴, que tem como um de seus desdobramentos as

¹² Este termo passou a ser utilizado na literatura de política e estratégia internacional a partir da obra *The geographical pivot of history (1904)* do geógrafo e político britânico Halford John Mackinder identificou a região da Eurásia como o grande pivô estratégico do sistema internacional. Assim, segundo ele, os estados que tiverem domínio desta região irão ditar as regras de poder do SI no longo prazo.

¹³ Essa Teoria ligada a Economia Política Internacional e as Relações Internacionais está vinculada a Escola Crítica, trabalhando resumidamente na perspectiva das dinâmicas culturais, políticas e econômicas que diferenciam e por consequência dividem o Sistema Mundo entre países do centro e países da semi e da periferia a partir de percepção da Divisão Internacional do trabalho, leia-se aqui, entre os estados e classes sociais. Os autores mais expoentes dessa teoria são Braudel, Wallerstein, Arrighi e Fiori. Para essa pesquisa, esse eixo teórico será utilizado metodologicamente como um dos instrumentos que contribuem para a explicação da transição sistêmica que está curso no século XXI com protagonismo chinês.

¹⁴ O conceito de nova ordem global tem ganhado maior projeção a partir da ascensão dos países emergentes no século XXI os quais propunham uma ordem paralela alicerçada em novas instituições políticas, econômicas e securitárias. Mais uma vez o protagonismo chinês é identificado como um diferencial para esse novo ambiente em formação, tendo como exemplo disso a criação de instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), mais conhecido pela sigla em inglês (AIIB). Dessa forma, Oliver Stuenkel (2018) em

novas instituições criadas pelos países do Sul Global proporcionando uma alternativa as ‘amarras’ das instituições centrais¹⁵.

Por fim, tem-se como prioridade neste aspecto trabalhar com autores paquistaneses como Massarrat Abid (2016), Massarrat Ashfaq (2016), Malik Ashraf (2018), S. M Hali (2016), Khuram Iqbal (2018), Muhammad Khan (2016) entre outros. Uma vez que é de suma importância a visão destes sob o processo de institucionalização e consolidação do CPEC e de como este poderá ser capaz de corrigir gargalos históricos deste país rumo ao crescimento e desenvolvimento econômico pautado em projetos de infraestrutura.

Somado a isso, compreende-se o método como instrumento com o qual o pesquisador pode realizar sua pesquisa a partir da organização das etapas para o cumprimento dos objetivos a serem alcançados. A metodologia está intrinsecamente vinculada às formas de organização almejando alcançar de forma investigativa os meios necessários para os devidos resultados. Assim, ela pode ser considerada como o “estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência” (FONSECA apud GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 12). Cabe salientar, conforme Silverman (2010) a importância relativa a boa estruturação da pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa ou que abranja estas duas vertentes e quanto isso impacta nos resultados atingidos (SILVERMAN, 2010).

Referente a classificação da pesquisa, identifica-se que em relação aos objetivos o tipo de pesquisa selecionado para esta abordagem classifica-se como explicativa, ou seja, apresentará o porquê dos fenômenos a partir dos fatos ocorridos historicamente, facilitando assim, o alcance dos objetivos. Além disso, também será considerada como descritiva, pois conforme Gil (2007) “a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 2007, p. 43).

Nesta pesquisa, em termos qualitativos optou-se pela pesquisa bibliográfica, bem como pela abordagem de coleta de dados quantitativos para reforçar a pesquisa a partir do número de obras por setores (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Assim, o trabalho está estruturado em três seções: a) abordagem sobre o processo de constituição da economia no

sua obra *O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a nova ordem global* contribui para essa análise, identificando uma articulação cada vez mais latente de instituições da semiperiferia na perspectiva do Sul Global.

¹⁵ Ao trabalhar o termo instituições centrais considera-se que os países do Centro, a partir de organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, geraram amarras político, econômicas e muitas vezes securitárias capazes de intervirem nas ações dos estados do Sul Global. Assume-se assim, a importância da ampliação e consolidação das novas instituições criadas pelos países da semi e da periferia do Sistema Internacional.

recém formado Estado-nação do Paquistão, b) apresentação dos conceitos sobre as relações China-Paquistão e seu processo evolutivo ao longo do período pesquisado e ainda, c) analisar o impacto dos investimentos diretos chineses no desenvolvimento da economia do Paquistão no século XXI. Com isso, a abordagem qualitativa está baseada em um tripé conceitual: a transição sistêmica; os investimentos diretos externos; e a Escola Institucionalista da Economia que contribui para a compreensão das novas instituições protagonizadas pelos países emergentes.

Em relação aos procedimentos a pesquisa será realizada utilizando-se de dois procedimentos: o primeiro deles será a partir da análise bibliográfica, tendo como objetivo fazer um levantamento do que já foi estudado sobre o assunto a partir da análise histórica (KEOHANE; SIDNEY; VERBA, 1994). Concomitante a isso, realizaremos também o levantamento histórico de dados relativos aos principais projetos financiados pela China no Paquistão da Karakoram Highway até o CPEC.

As fontes de pesquisa primárias e secundárias desse projeto serão constituídas a partir de material já publicado composto, principalmente de: livros, artigos científicos, páginas de web sites, dissertações, teses e relatórios disponibilizados em ambientes online dos órgãos governamentais tanto chineses como paquistaneses sobre as relações bilaterais dos países, bem como dados da *Belt and Road Initiative* e do *China-Pakistan Economic Corridor*. O objeto de estudo deste trabalho está alcançável por meio da pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados, por meio de revisão da literatura, ou seja, “os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas” (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009, p. 69).

Referente ao método de abordagem para esta a pesquisa, optou-se por utilizar-se do método de abordagem hipotético-dedutivo, tendo em vista a necessidade de averiguação dos objetivos do estudo através da bibliografia pesquisada. Assim, busca-se identificar um estudo sobre o desenvolvimento histórico econômico do Paquistão, tendo em vista os investimentos diretos externos chineses de 1965 com o Acordo para constituição da Karakoram Highway até o fim do mandato de Nawaz Sharif em 2018.

O método de procedimentos técnicos segundo Gehardt (2009) “compreende um conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados. Ao longo dessa etapa, várias informações são, portanto, coletadas” (GERHARDT, 2009, p. 56). Desta forma, para esta pesquisa, optou-se em utilizar a investigação bibliográfica, como o procedimento técnico principal de análise e seguirá um roteiro preestabelecido,

buscando informações diretamente do referencial teórico selecionado a partir da análise histórica.

Posteriormente a realização do estudo das referências bibliográficas, as informações serão divididas por área de estudo, de acordo com cada um dos capítulos abordados no referencial teórico, a fim de compor uma melhor organização e disposição dos elementos recolhidos. Assim, a interpretação destes estudos será construída através da análise de conteúdo, que é a categoria que analisa e seleciona o conteúdo estudado, explorando a análise das informações (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995). Por fim, os debates dos conteúdos pesquisados na análise serão compilados, de modo que contribuam para a compreensão dos dados preliminares sobre o assunto, tendo em vista apresentar os resultados destacando, os conhecimentos novos e as perspectivas práticas sobre o tema, justificando assim, sua relevância para o meio acadêmico (GERHARDT, 2009).

Atrelado a isso, como justificativa acadêmica a realização do presente estudo tem uma importância fundamental no que tange os estudos voltados para a compreensão dos investimentos em infraestrutura e o quanto estes impactam positivamente em um determinado país ou região, caso sejam alocados de maneira a fomentar o crescimento e desenvolvimento econômico. A pesquisa voltada para os investimentos diretos chineses no Paquistão até o *China-Pakistan Economic Corridor* da Iniciativa Cinturão e Rota, vislumbra servir como uma oportunidade da academia em compreender cada vez mais a atuação dos países da semi e da periferia e da inserção internacional destes no contexto da nova ordem global vigente.

No campo social, ao trabalhar-se como um dos instrumentos de pesquisa a teoria da Escola Institucionalista da Economia, verifica-se a relevância de pesquisar temas de crescimento e desenvolvimento econômico vislumbrando compreender as questões sociais que são criadas a partir de um ambiente institucional frágil como no caso paquistanês.

Ademais, a justificativa deste estudo para o campo da Economia Política Internacional e de Estudos Estratégicos Internacionais está ligada primeiramente à posição geográfica do estado do Paquistão¹⁶ corroborando para a compreensão da importância estratégica deste na região do Leste Asiático, estando próximo aos países da Ásia Central: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão. Além da proximidade com os estados do Oriente Médio, como Afeganistão, Irã, Iraque. Neste sentido, o país serve como um importante elo econômico e logístico para a demanda por fontes de recursos energéticos de gás e petróleo, servindo

¹⁶ O Paquistão compõe o seletor grupo de países com desenvolvimento nuclear. Além dele, encontram-se nesse grupo outros oito países, são eles: Estados Unidos; Rússia; Reino Unido; França; China; Índia; Coreia do Norte; e Israel (TORRALBA, 2017).

principalmente aos interesses de Pequim. Os pontos estratégicos fundamentais paquistaneses estão ligados a uma rota alternativa ao Estreito de Malaca; a proximidade da região de Gwadar ao importante porto de Chabahar no Irã; saída para o Oceano Índico e ao Estreito de Ormuz (MALIK, 2016; 2018; RAHUL, 2018).

Por estes motivos, pode-se perceber que os interesses chineses no Paquistão estão relacionados com a estabilidade securitária da região de Xinjiang, situada na fronteira com o Paquistão. Essa província é formada em sua grande maioria pelos Uighurs, povo de descendência turca, o qual tem movimentos de cunho social vinculados a grupos rebeldes que anseiam por separatismo frente ao estado chinês, pondo um elevado grau de risco a estabilidade interna chinesa nos mais variados níveis de escala social, econômica e política como um todo. De fato, Pequim procura combater os três males: separatismo, extremismo e terrorismo, tendo nessa região grupos rebeldes ligados as causas do Islã radical (VISENTINI, 2011). Assim, o Paquistão é identificado como um importante aliado para o desenvolvimento econômico dessa província chinesa, ao passo que o CPEC se concretiza como elo entre as fronteiras. Como exemplo, temos o legado histórico da Karakoram Highway, construída em cooperação entre Pequim e Islamabad no contexto de formação do estado paquistanês (SMALL, 2015; COHEN, 2004).

Além disso, a partir da crise de 2008, os chamados países emergentes procuraram reorientar o sistema internacional respaldados na Cooperação Sul-Sul, que foi lançada ainda no século XX, a partir da Conferência de Bandung no ano de 1955, tendo em vista “se organizar[em] em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria. (...) [M]antendo uma autonomia que permitisse a soberania e autodeterminação dos povos. (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 119-120). Neste âmbito, a *Belt and Road Initiative* surge como uma Iniciativa que visa dar um novo patamar para as relações internacionais, tendo, na posição estratégica do Paquistão, um dos principais eixos de conexão tanto na via terrestre quanto marítima, visando projetos em infraestrutura para o crescimento e desenvolvimento econômico (MALIK, 2016; 2018; PAUTASSO; 2011; SHAH, 2018).

Um dos aspectos relevantes nesta pesquisa está na compreensão das relações entre os interesses dos estados do Paquistão com a China para a formulação e concretização da Iniciativa Cinturão e Rota, em nível de poder político e barganha em escala local, regional e internacional (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017). Nesse sentido, os fatores econômicos são latentes no contexto interno paquistanês, uma vez que este estado a partir da cartilha de projetos da Nova Rota tem como perspectiva tornar-se autossuficiente em produção e distribuição de energia

(AZIZ, 2019; MIRZA; FATIMA; ULLAH, 2019). Além disso, os aspectos ligados a ampliação de projetos em irrigação moderna, estão vinculados ao novo ambiente institucional que está sendo gerado pelo CPEC visando o desenvolvimento e crescimento econômico no longo prazo (CONCEIÇÃO, 2002; WEBLEN, 1898).

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O capítulo um apresenta a introdução desta pesquisa. O capítulo 2 apresenta o processo de formação econômica do estado do Paquistão sendo considerado como recorte temporal o ano de 1965 a partir da primeira obra de infraestrutura da parceria estratégica com a China até o final do século XX. Sendo assim, o capítulo *A trajetória econômica do Paquistão* está subdividido a partir de uma análise de poder político e econômico através dos períodos de regimes de governo paquistanês que se sucederam respectivamente, são eles: o Controle Militar de 1965 até dezembro de 1971; a Quase ditadura de dezembro de 1971 até julho de 1977; o Controle Militar de julho de 1977 até agosto de 1988; e a Política Competitiva de agosto de 1988 até outubro de 1999. Nota-se assim, a preponderância do poderio militar nas ações e articulações estratégicas internas e externas do Paquistão, tendo consequências políticas, econômicas e securitárias que serão apresentadas ao longo do presente capítulo.

O capítulo 3 contextualiza a histórica relação estratégica entre o Paquistão e a China em nível bilateral e multilateral. Nesse sentido, a estrutura do capítulo tem por finalidade analisar as condicionantes que aproximaram estes dois países até a formalização no século XXI do *China-Pakistan Economic Corridor*. Sendo assim, ele está subdividido em sete subcapítulos, são eles: a “Entente-Cordiale”; a Rodovia Karakoram Highway; o Desenvolvimento nuclear; o Porto de Gwadar; o Contexto do Oceano Índico; o Nível multilateral (terceiro mundo - SAARC – OCX); e o século XXI. Com isso, identifica-se que o processo de aproximação entre Pequim e Islamabad excede o plano político e diplomático, evoluindo cada vez mais sob o enfoque dos investimentos baseados em infraestrutura local e regional, sendo o CPEC consequência das relações estratégicas de longo prazo entre os dois estados.

O capítulo 4 desta pesquisa tem por finalidade analisar os impactos dos investimentos diretos externos chineses no Paquistão. Para isso, elucida-se primeiramente o processo de transição sistêmica na qual a China passa a ser protagonista no século XXI, com a sua política de *Going Global* e entrada na OMC, ambos ocorridos em 2001, e especialmente, com a crise de 2008. Assim, verifica-se de que forma o Paquistão se insere cada vez mais neste contexto atrelado a ordem paralela que vai sendo estruturada pelos países emergentes ao longo do presente século sob protagonismo chinês baseada em novas instituições do e para o Sul Global. Como resultado disso, o *China-Pakistan Economic Corridor* é analisado neste capítulo a partir

da Escola Institucionalista da Economia. Por fim, apresentam-se os investimentos diretos chineses no Paquistão e de que forma eles têm influenciado na infraestrutura paquistanesa tendo como objetivo o crescimento e desenvolvimento econômico no longo prazo deste país. Por último, serão apresentadas as conclusões desta Dissertação.

2 A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DO PAQUISTÃO

Como base para estruturação deste capítulo, será considerado o recorte e a divisão histórica do Paquistão dada pelo autor Shahid Javed Burki (2010), tendo como perspectiva temporal o primeiro grande investimento chinês em nível de cooperação bilateral com Islamabad a Rodovia Karakoram Highway, que significou o primeiro contato físico entre China e Paquistão pós-independência deste último. De fato, este projeto era identificado como fundamental para os planos estratégicos destes dois países tendo em vista os contenciosos do país muçulmano com a Índia, principalmente no contexto da segunda Guerra entre ambos, datada de 1965 (BURKI, 2010; SMALL, 2015).

Com isso, será utilizada a divisão feita por Shahid Javed Burki, considerando como escopo de análise o recorte temporal sob a perspectiva política e econômica de poder do Paquistão. Assim, é identificado que, para melhor compreensão da trajetória econômica paquistanesa, deve-se seguir, primeiramente, a política interna do país e de como essa acaba interferindo nas relações deste Estado com a região e com as grandes potências globais (BURKI, 2010).

Nesse sentido, o Paquistão teve três constituições federais, foram elas: a de 1956; de 1962; e a de 1973. Segundo Cohen (2004)

A constituição de 1956 substituiu o governador-geral por um presidente, mas com o poder nas mãos de um primeiro-ministro eleito por um parlamento nacional. Ele preservou a maior parte da estrutura constitucional indiana britânica e declarou que o Paquistão era uma república islâmica. Fora isso, não houve medidas “islâmicas” significativas introduzidas, para o desapontamento dos partidos islâmicos. A constituição de 1962 criou uma presidência mais forte e um elaborado sistema de governo local, presumivelmente um que era livre de partido. A terceira constituição, a de 1973, reintroduziu um sistema de primeiro-ministro (COHEN, 2004, p.58-59, tradução nossa).

Desta forma, estruturalmente, o capítulo 2 será dividido cronologicamente em quatro partes: Controle Militar de 1965 até dezembro de 1971; Quase ditadura de dezembro de 1971 até julho de 1977; Controle Militar de julho de 1977 até agosto de 1988; e Política Competitiva de agosto de 1988 até outubro de 1999.

Do final de 1999 em diante, sob o forte Controle Militar de outubro de 1999 até março de 2008 e a Política Competitiva de março de 2008 até agosto de 2018, será trabalhado a partir do capítulo 3, pois se compreende que dois aspectos são fundamentais para separar o contexto

do século XXI em relação ao período anterior, são eles: a Guerra Contra o Terror¹ imposta pelos Estados Unidos da América no contexto do pós 11 de Setembro de 2001 e a política de *Going Global* da China, também em 2001, com projeção de investimentos diretos externos em âmbito regional e internacional. Ou seja, a conjuntura interna do Paquistão sofreu forte influência destas duas agendas internacionais angariadas por Washington e Pequim. Também será considerado para esta análise o governo de Nawaz Sharif, o qual assinou os Memorandos de Entendimento com o governo de Ji Jinping para a criação do *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC) no âmbito da *Belt and Road Initiative* (BRI) em 2015. Desse modo, por questões de proximidade temporal e da pouca análise técnica científica existente, não será abordado o governo de Imran Khan, novo Primeiro Ministro paquistanês que iniciou seu mandato em agosto de 2018 (BURKI, 2010; VISENTINI, 2011; VADELL, 2018; ARRIGHI, 2008; PAUTASSO, 2011; 2017; VIZENTINI, 2004).

De acordo com Burki (2010) o Paquistão pode ser compreendido a partir de um contexto de formação burocrático militar, sendo que este setor ganhou poder e legitimidade frente às fragilidades institucionais partir da independência. O próprio conceito de independência dado ao Paquistão em 1947 ainda é debatido, pois, estando este em uma condição de Estado periférico do Sistema Internacional, ainda é muito dependente das condicionantes estabelecidas pelas grandes potências globais. Assim, é colocada uma divisão temporal para melhor compreender o ambiente interno hostil paquistanês nos parâmetros políticos e econômicos dentro da perspectiva do objetivo de pesquisa. Ou seja, as variações entre longos períodos militares e breves lapsos de “democracia” refletem, e muito, os laços históricos com o Reino Unido (MALIK, 2016; 2018; SMALL, 2015; SHAH, 2014; SIDDIQA, 2017).

É importante destacar que não será levantado o período de 1947-1964 sobre a história do Paquistão anterior, como também, não serão trabalhados diretamente os seguintes aspectos: as relações com os Estados Unidos e de como esta potência acabou fomentando e financiando o exército nacional de Islamabad; além das aproximações com a China, que serão esmiuçadas nos próximos capítulos da pesquisa. Nesse sentido, será apresentada indiretamente, também, a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no período da Guerra Fria e

¹ Washington formalizou, no governo Bush filho, o Projeto para o Novo Século norte-americano, significando um eixo de atuação político e econômico, entrelaçado a um viés estratégico de defesa e segurança sob a intervenção militar no território afegão e, posteriormente, iraquiano, com foco em barganhar legitimidade em uma região fortemente instável por diversos grupos fundamentalistas e, de fato, para angariar presença e acesso as zonas de extração de gás e petróleo (ARRIGHI, 2008).

posteriormente Rússia, bem como os impactos das quatro guerras entre indianos e paquistaneses (1947; 1965; 1971²; 1999) (GARVER; 2002).

Para Cohen (2004), a formação do Estado do Paquistão está vinculada ao conceito de Terceiro Mundo³, no qual, na maioria das vezes, o Paquistão não reflete a ideia de Estado-nação compreendida pelo Acordo de Westfália em 1648. Ou seja, a estrutura nacional paquistanesa a partir de sua independência é considerada por boa parte da literatura como forjada por grupos de interesses externos vinculados, pela Coroa Britânica a fins de manter a região asiática na perifeira do sistema internacional, enaltecendo as rivalidades regionais, como no caso indiano.

O baixo grau de espírito nacional e os problemas advindos da divisão britânica, deixou, com o lado indiano, toda estrutura econômica vinculada ao antigo Banco Central britânico, restando ao Paquistão apenas o Exército como herança, o que acabou culminando com problemas econômicos para o país. Entende-se, desta forma, que o corpo regimental paquistanês tem, em sua formação, um baixo grau de estrutura econômica e um forte grau de estrutura vinculado a defesa e segurança (AMJAD; BURKI, 2015; MALIK, 2016; 2018). Neste âmbito, se reconhece a necessidade de reformas econômicas profundas capazes de eliminar os desequilíbrios estruturais do país, tendo em vista o aumento da eficiência, da competitividade, do empreendedorismo e da inovação. Essas condicionantes devem servir de parâmetro de ação institucional do Estado para um crescimento e desenvolvimento econômico mais equânime em longo prazo. (AMJAD; BURKI, 2015; MCCARTNEY, 2011; SHUMPETER, 1954; 1984).

Desta forma, pode-se dizer que a estrutura estatal do Paquistão foi edificada a partir das tensões políticas com a Índia, ou seja, as três guerras (1947, 1965 e 1971) que desempenharam um papel fundamental no eixo de formação das prioridades burocráticas, administrativas e governamentais ligadas ao estado. O poder militar foi amplamente desenvolvido, primeiramente, conforme anteriormente comentado, foi o setor que, de fato, foi herdado da Coroa Britânica, além disso, a instabilidade interna a partir da heterogeneidade social e os embates com Nova Déhli justificavam uma política nacional majoritariamente na linha de defesa e segurança. Hasan (2015) contribui com esta perspectiva a partir de um

² Conflito entre o Paquistão Ocidental com o Oriental que culminou com a independência do estado do Bangladesh.

³ “A história do sistema mundial implica a existência de regiões centrais e periféricas. Antes da descolonização dos povos, as relações entre a periferia se deram em escala reduzida e intermediadas pelo centro. Nesse sentido, a Conferência de Bandung e outros mecanismos multilaterais como o Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 inauguram uma nova etapa na história mundial, sendo o ponta pé inicial do desenvolvimento das relações sul-sul. Pela primeira vez, a periferia do sistema mundial passa a se organizar em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria. Neste primeiro momento, as demandas principais eram acelerar a descolonização e garantir o não-alinhamento a nenhuma das potências no contexto da Guerra Fria, mantendo uma autonomia que permitisse a soberania e autodeterminação dos povos” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p.119-120).

exemplo entre as relações das primeiras décadas pós-independência entre Islamabad e Nova Dehli quando o:

Paquistão decidiu não desvalorizar sua moeda em 1949, o que levou à cessação do comércio entre os dois países e ao início da industrialização de substituição de importações que se alimentou do boom coreano com o aumento dramático do preço das matérias-primas. Além disso, a disputa pela divisão das águas do rio Indus permaneceu instável pela primeira década e meia. Essas tensões fizeram com que o Paquistão tivesse que reservar muito mais recursos para a defesa do que poderia pagar economicamente (AMJAD; BURKI, 2015, p.3, tradução nossa).

Neste contexto da formação econômica do país, é possível delinear alguns pontos que corroboram para esta análise dos problemas paquistaneses no longo prazo:

- a) gastos elevados em defesa, tendo como motivo a Índia;
- b) crescimento populacional elevado;
- c) baixo índice de investimentos em setores importantes, como, por exemplo, o setor educacional;
- d) baixa taxa de poupança;
- e) investimentos externos mal alocados, sendo majoritariamente estadunidenses e chineses, a maior fatia destes foi para alimentar o aparato militar em defesa e segurança, fortalecendo este setor em detrimento dos outros;
- f) baixo índice de governança, com elevado declínio institucional, refletindo amplamente nas estruturas institucionais, tendo um baixo grau de qualidade nos serviços públicos prestados e, com isso, uma elevação exponencial da pobreza (AMJAD; BURKI, 2015).

Nos aspectos ligados às fragilidades institucionais do Paquistão, há uma nítida relação entre os regimes militares e os breves lapsos de “democracia”, refletindo em grandes problemas em longo prazo para o alocamento de recursos capazes de angariar um processo contínuo e coeso de crescimento e desenvolvimento econômico. Burki (2010) avalia que “os economistas, particularmente os historiadores econômicos, começaram a reconhecer que é difícil mapear o progresso econômico de uma sociedade sem entender completamente sua evolução política” (BURKI, 2010, p.83, tradução nossa). Ou seja, embora seja discutível o processo de evolução política do Estado paquistanês, podemos delinear que o poder, conforme foi estabelecido por Islamabad teve papel crucial nas ramificações sociais e econômicas do país. Os grupos de interesses – especialmente, militares, indianos muçulmanos que migraram para o território paquistanês e os povos estabelecidos no Sindh e Baluchistão, regiões estas mais pobres e agrárias do Estado – se viram divididos, e não representadas pelo poder central da região de

Punjab onde reside a capital do país desde sua independência (COHEN, 2004; AMJAD; BURKI, 2015).

Desta forma, Burki (2010) identifica que as relações entre política e economia são complexas, pois as influências externas no Paquistão interferem diretamente no ambiente institucional do país. Assim, os agentes externos e o ambiente de mudanças regionais e globais influenciam na forma com a qual o estado se organiza internamente. As relações de proximidade com os Estados Unidos, principalmente no apoio irrestrito deste com os regimes militares paquistaneses, demonstram o quanto as condicionantes desta potência ocidental abrangem as características regimentais de Islamabad (RIZVI, 1993). De fato, “tanto a economia quanto a política são afetadas pelas mudanças que estão ocorrendo fora das fronteiras do país e sobre as quais os formuladores de políticas têm pouco ou nenhum controle” (BURKI, 2010, p.83, tradução nossa).

Além disso, outra importante influência que Islamabad tem em sua formação é o surgimento do extremismo islâmico, que tem uma importância fundamental nas relações deste país com os demais países e organizações internacionais. Ao longo da história paquistanesa, os recursos externos enviados por Washington sempre tiveram como escopo manter o Paquistão sob a égide de sua influência, tanto por questões ligadas, em outro momento histórico, ao combate ao socialismo da URSS, bem como às instabilidades geradas pelos grupos extremistas e fundamentalistas presentes na região asiática, como Irã, Afeganistão e a própria província de Xinjiang na China (SMALL, 2015; VISENTINI, 2011). De acordo com isso, Burki afirma que o “Paquistão tornou-se politicamente estável apenas quando os militares estavam no comando” (BURKI, 2010, p. 84, tradução nossa).

Atrelado a isso, identifica-se que as remessas norte-americanas refletiam diretamente no crescimento e no desempenho econômico de Islamabad, ou seja, quando os regimes militares estavam no poder, o apoio em ajuda, empréstimos e investimentos dos Estados Unidos eram ampliados. Podemos notar essas características a partir da análise dos dados apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 – Assistência dos Estados Unidos para o Paquistão

Período	Valor em milhões de \$	Média anual \$
Pré-primeiro Plano	181.2	30.2
Primeiro Plano 1955-60	472.9	94.6
Segundo Plano 1960-65	504.1	100.8
Terceiro Plano 1965-70	197.4	39.5
Quarto Plano 1970-75	141.1	28.2
Pré-primeira Guerra do Afeganistão 1975-81	23.3	3.9
Primeira Guerra do Afeganistão 1982-89	1,517.2	216.7
Pós-Guerra do Afeganistão 1990-98	2.216.4	246.3
Pós testes nucleares 1999-2001	303.3	75.8
Suporte para a Guerra Contra o Terror 2001-07	1,695.4	333.1

Fonte: Burki (2010, p.85, tradução nossa).

Nota-se que os dados levantados por Burki (2010) demonstram o quanto as relações de Islamabad estavam inseridas na égide dos Estados Unidos, identifica-se aqui uma evidente relação do Centro com a periferia do sistema internacional. O período de 1955 até 1965 tem um montante de assistências que não ultrapassam somente os períodos pós-conflito do Afeganistão e a Guerra Contra o Terror, já no século XXI. Ao longo da formação econômica do Paquistão, houve certo distanciamento norte-americano em relação ao período que precedeu a segunda guerra entre Islamabad e Nova Dehli, em 1965, e a guerra do Bangladesh, em 1971, com a ascensão do governo de Bhutto pelo Partido Popular do Paquistão (PPP) na década de 1970 sob um regime tido como democrático, mais próximo do socialismo pendulando entre URSS e a República Popular da China (RPC) (ANWAR, 2013; RIZVI, 1993).

Dentro desta perspectiva, ao longo dos períodos em análise, podem-se identificar pontos que contribuem para a compreensão da formação econômica do país, tais como:

- a) demografia como agente importante na formação dos grupos sociais e econômicos; migração de muçulmanos da Índia para o Paquistão ao longo do período de independência destes dois Estados, refletindo em termos percentuais de 72% da população paquistanesa anterior à migração para 93% posteriormente, o que contribuiu amplamente para a radicalização de vários grupos internos ao longo da história deste país;
- b) a carência de um ambiente institucional bem estruturado e capaz de representar todos os grupos socioeconômicos que formavam e formam o Paquistão;

- c) o exército como o setor herdado do período pré-independência e de como este fomentou a ampliação de sua base econômica a partir do uso de seu amplo poder no cenário doméstico;
- d) a característica centralizadora angariada pelos militares;
- e) as fortes ondas de migração ao longo do período da Guerra Fria de cidadãos da região asiática e do Oriente Médio fizeram com que a formação social e econômica do Paquistão se tornasse cada vez mais heterogênea e incapaz de ter um poder amplamente representativo no nível federal e até mesmo provincial (BURKI, 2010).

Observa-se que as fragilidades e as falhas institucionais do Paquistão impactam na alta concentração de poder nas mãos de poucas classes sociais dominantes, como é o caso dos militares, além das diferentes visões sociais, políticas, econômicas e culturais dessas classes (COHEN, 2004). Diante disso, Burki (2010) aponta, neste sentido, as cinco principais ramificações da sociedade paquistanesa no seu contexto de formação como Estado independente dentro da perspectiva westfaliana:

Os grupos que disputavam o poder incluíam os refugiados da Índia que haviam se estabelecido em Karachi e Hyderabad e haviam dominado a política por uma década depois da independência, os refugiados que se instalaram no campo de Punjab e receberam a terra desocupada pelos pequenos proprietários e camponeses Sikhs que haviam migrado para a Índia, os grandes latifundiários de Punjab e Sindh que tinham sido politicamente poderosos quando os britânicos governaram a Índia, os chefes tribais do Baluchistão e da NWFP e os líderes religiosos em Punjab e na NWFP (BURKI, 2010, p. 88, tradução nossa).

Ou seja, os diversos grupos sociais do Paquistão refletiam interesses díspares a ponto de não conseguirem dialogar entre si. A forte presença muçulmana levou o Estado para grupos de extremismo e terrorismo ao longo de sua história. De fato, os regimes de ditadura, que se sucederam consecutivamente, eram reflexos dessas instabilidades sociais que acabavam fragilizando a busca por uma identidade nacional. De acordo com isso, o islamismo parte da compreensão de que a democracia é regime político Ocidental e é incapaz de refletir os anseios e os critérios estabelecidos pelo mundo muçulmano (HASAN, 2015).

Haja vista estas disparidades no contexto social paquistanês, Cohen (2004) contribui para esta análise ao identificar uma diferença “crucial” entre a Índia e o Paquistão no que diz respeito, não apenas no âmbito das ramificações entre as classes sociais, mas de como a perspectiva da política interna do lado de Islamabad tinha e tem uma relação mais direta com a política externa do que Nova Dehli. Com isso, o entrelaçamento interno e externo no Paquistão é perceptível ao longo de sua história, especialmente, política e economicamente dentro do que

iremos trabalhar nesta pesquisa, partindo da relação entre um país da semiperiferia a Índia, enquanto o Paquistão como um país da periferia. De fato, Cohen aponta para duas características que são consideradas fundamentais para a compreensão deste entrelaçamento quase que direto entre as condicionantes internas e externas de Islamabad, afirmando que “a posição geoestratégica mais perigosa do Paquistão [em relação à Índia] é em parte porque o exército paquistanês predominantemente olha para dentro e para fora” (COHEN, 2004, p. viii, tradução nossa).

De acordo com isso, as próprias divisões partidárias, do Islã⁴ das elites civis, minorias étnicas, linguísticas e sectárias refletiram e refletem o interesse e a preocupação das grandes potências globais dada a conjuntura geográfica deste país e de seu possível poderio regional, estando este Estado no seleto grupo das potências nucleares do sistema internacional contemporâneo (SHAH, 2014). Burki (2010) identifica a centralização da governança de Islamabad a partir de que “[o] Paquistão não conseguiu desenvolver um sistema viável de governo local, apesar dos muitos esforços feitos por diferentes regimes durante seis décadas” (BURKI, 2010, p.93, tradução nossa).

Além disso, este contexto de formação econômica do Paquistão dentro da perspectiva do crescimento e do desenvolvimento econômico esteve ligado, diretamente, às fragilidades institucionais reflexo das ramificações do seio social, político e econômico do país, onde as classes dominantes não conseguiram criar um ambiente de homogeneidade nacional, sendo este termo nacional algo utópico, especialmente, para a realidade de muitos países da semi e da periferia global. Por fim, antes de entrarmos nos períodos delineados para uma melhor compreensão das falhas e das condicionantes do governo central de Islamabad, vale mencionar

⁴ “O Islã é dividido em duas grandes seitas, sunitas e xiitas. O Paquistão espelha a porcentagem global de cada um: do número total de muçulmanos, cerca de 85% são sunitas e 12% são xiitas. O xiismo está ancorado no Irã, um estado quase totalmente xiita. As seitas diferem sobre o sucessor legítimo do Profeta e são organizadas em linhas diferentes. Por analogia, os sunitas se assemelham aos protestantes porque acreditam ter uma ligação espiritual direta com Deus; os xiitas tendem a ser organizados mais formalmente, como a Igreja Católica, e o clero (muitos dos quais têm suas raízes teológicas no Irã e no Iraque) são hierarquicamente estruturados. Os sunitas e os xiitas têm mesquitas separadas no Paquistão, embora em alguns casos - principalmente no exército - rezem juntos em um serviço islâmico sincrético. O Paquistão é também o lar de várias outras seitas islâmicas, incluindo os ismaelitas, os seguidores do Aga Khan. Os ismaelitas residem em algumas áreas urbanas, principalmente Karachi, e na região montanhosa do extremo norte; Eles contribuíram para instituições médicas e de caridade do Paquistão, principalmente através da renomada Fundação Aga Khan. Não há oposição teológica a eles, como havia para outra seita, a Ahmediyyas, fundada na cidade punjabi de Qadian em 1889. Seus seguidores foram declarados não-muçulmanos pelo parlamento do Paquistão em 1974, um movimento apoiado por Zulfikar Ali Bhutto. Eles foram posteriormente ameaçados de morte se eles se fizessem passar por muçulmanos, rezassem em uma mesquita ou proferissem a declaração básica de fé, a Kalima. Enquanto essas quatro são as principais seitas formais, a maioria dos paquistaneses nas áreas rurais permanece vaga sobre seu Islã, e sua religião é fortemente misturada com práticas populares, crenças sufistas e até mesmo hinduísmo e budismo” (COHEN, 2004, p. 11, tradução nossa).

a performance econômica do Paquistão entre 1947-2008 a partir da pesquisa de Shahid Javed Burki (2010), conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – Performance econômica do Paquistão em vários períodos políticos

Período	PIB – taxa de crescimento (%)	População – taxa de crescimento (%)	PIB – crescimento per capita (%)
1947-58	2.7	1.8	0.9
1958-69	6.1	2.3	3.8
1969-71	5.8	2.8	3.0
1971-77	3.9	3.1	0.8
1977-88	6.5	3.1	3.4
1988-99	4.7	2.7	2.0
1999-2008	6.1	2.3	3.8

Fonte: Burki (2010, p. 90, tradução nossa).

A partir do desempenho econômico do Paquistão, tendo como perspectiva o Produto Interno Bruto (PIB) e a distribuição deste em valores proporcionais à população paquistanesa podemos identificar que os períodos de maior alta do PIB refletem em uma maior distribuição dos recursos para a sociedade em geral em termos proporcionais como observado na Tabela 2.

Nota-se que apenas interpretar os dados do Paquistão, principalmente em relação à distribuição de renda *per capita*, não é capaz de identificar o problema da centralidade de governança e a relação dispar na distribuição dos recursos internos entre a região de Punjab, onde se encontra Islamabad, em relação ao Baluchistão, por exemplo. Inclusive, um dos motivos, se não o motivo crucial para a independência do antigo Paquistão Oriental e agora Bangladesh, foi, justamente, a distribuição desigual dos recursos internos e os provindos de ajuda, empréstimos e investimentos externos, em grande parte dos Estados Unidos, entre 1947 até 1977 (ACEMOGLU, 2012; MCCARTNEY, 2011).

Embora críticos às análises puramente quantitativas, elas traçam alguns paralelos interessantes antes de adentrarmos nos períodos previamente estabelecidos da política interna do Paquistão. O primeiro pico do PIB paquistanês ocorreu no período de 1958-1969, tendo, como características primordiais para este *boom* em relação ao período anterior, o processo de substituição de importações, que avançou ao longo destes 10 anos, principalmente em bens de capital para a produção do principal produto de exportação deste país: o setor têxtil, bem como o setor de fármacos (HASAN, 2015).

A relação de Islamabad, independentemente do governo, sempre teve forte influência externa, tanto em nível político quanto em nível econômico. Assim, as décadas que vão de 1950

até meados da década de 1970 são de intensa relação econômica com Washington e, de fato, os dados da tabela 2 apresentam forte relação com essa perspectiva bilateral entre Paquistão-Estados Unidos (RIZVI, 1993).

Quanto ao período que se sucedeu após meados de 1970, as questões envolvendo a Guerra do Bangladesh, o primeiro choque do Petróleo, o período de tensionamento entre URSS-EUA no Afeganistão, a ascensão do governo de Bhutto, pelo Partido Popular do Paquistão (PPP), com viés mais vinculado às pautas do terceiro mundo e socialistas, bem como a aproximação dos Estados Unidos com a Índia e o repúdio norte-americano ao desenvolvimento nuclear paquistanês, favoreceram a maior aproximação da URSS com Islamabad. Ademais, houve também uma ampla cooperação com a República Popular da China, em especial quanto a desenvolvimento nuclear, fornecimento de armas e investimentos diretos no setor de infraestrutura, culminando com a conclusão da Rodovia Karakoram Highway em 1978, após 13 anos de trabalho (SMALL, 2015; MALIK, 2016; 2018; IQBAL; 2016).

Por fim, ainda referente à tabela 2, o crescimento populacional do Paquistão no período em questão foi aumentando proporcionalmente junto ao seu PIB. Acrescentando a essa perspectiva é importante salientar que não houve, como ainda não há, um planejamento deliberado pelo governo de Islamabad referente à distribuição populacional em nível territorial. Ou seja, a formação do conjunto social paquistanês foi acontecendo, como ainda acontece, de maneira não deliberada e com grandes migrações de civis de outros países, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, vindos do Oriente Médio e do Afeganistão (BURKI, 2010; COHEN, 2004).

2.1 CONTROLE MILITAR DE 1965 ATÉ DEZEMBRO DE 1971

A Década de 1960 refletiu um momento de novas condicionantes para a economia paquistanesa, com a resolução do contencioso da divisão para exploração dos rios, todos com suas nascentes no território da Caxemira, houve um compasso de espera no que concerne aos problemas entre Islamabad e Nova Dehli. Com a intervenção do Banco Mundial no ano de 1960, foi firmado o Tratado da Água dos Rios Indus entre o Paquistão e a Índia. Conseqüentemente, os reflexos econômicos para o Paquistão foram imediatos, pois, na década de 1950, a Índia estava desviando as águas dos rios orientais do sistema hindus, o que acabava impedindo a passagem natural para a região de Punjab e as demais regiões do país. Com isso, o então Primeiro-Ministro Lianqat Ali Khan sugeriu declarar guerra a Nova Dehli (CHAUDHRY, 2015). Ou seja, para um país majoritariamente agrário e recém-independente,

ter problemas vinculados à sua bacia hidrográfica refletia diretamente no seu PIB. O tratado representou, em termos práticos, um projeto de longo prazo em investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento agrícola sob a égide do Banco Mundial. Em contrapartida, os altos gastos em defesa nas guerras contra a Índia, de 1965 e 1971, culminando com a independência do Bangladesh e geraram uma redução maciça nos gastos governamentais em setores para o desenvolvimento nacional (HASAN, 2015). Segundo Chaudhry:

Após o Tratado das Águas do Indo, negociado com a Índia com a ajuda do Banco Mundial, um esquema maciço de água para canal de irrigação de rios, compreendendo dois grandes depósitos, várias barragens e vários canais de ligação principais, foi empreendido pela recém-criada WAPDA (sob uma Guarda-chuva do Banco Mundial) para transferir 20 MAF de água dos rios Indus e Jhelum para os comandos de irrigação de Ravi e Sutlej no Paquistão, em substituição aos 30 MAF dados à Índia (o Beas se funde com o Sutlej na Índia) (...) A assistência do Banco Mundial foi inestimável, tanto no aspecto técnico quanto financeiro, assim como seu papel como garantidor do Tratado da Água da Bacia do Indus e sua assunção de responsabilidade pela conclusão das obras de substituição. O papel da WAPDA na concepção e execução do programa também foi importante. Essa combinação, junto com o financiamento paquistanês e internacional, permitiu que toda a obra de substituição da bacia do Indus fosse concluída no início da década de 1970. (...) Assim, em 1980, o Paquistão tinha duas barragens principais (Mangla e Tarbela), uma barragem média com barragem em Chashma (0,8 MAF), 19 barragens, 12 canais de ligação, 43 comandos de canal cobrindo 90.000 chaks em cerca de 40.000 milhas de canais ramificados, principais canais e distribuidores; e cursos de água, canais de campo e valas de campo correndo aproximadamente mais 1 milhão de milhas (CHAUDHRY, 2015, p. 200, tradução nossa).

Diante do exposto acima, antes de avançar para as condicionantes do período em análise, convém salientar que a década de 1950 foi marcada pela rápida industrialização do país. Segundo Hasan (2015), este período serviu como base para o crescimento econômico, com uma agenda contendo fortes investimentos, tendo em vista o setor ligado à infraestrutura física, o setor industrial, bem como capital humano. Ainda houve a criação de importantes instituições, como “Pakistan State Bank, Water and Energy Development Authority (WAPDA), Pakistan Industrial Development Corporation (PIDC), and Pakistan Industrial Investment and Credit Corporation (PICIC)” (HASAN, 2015, p. 24).

Tendo como ponto de partida este cenário, o crescimento do PIB paquistanês, que era de 3% na década de 1950, passou a ser de 7% na década de 1960. Assim, com a entrada do novo Primeiro Ministro Ayub, houve um momento de pujante crescimento da economia nacional administrada por Islamabad, tendo como características básicas: desenvolvimento econômico; investimentos externos; liberalização econômica; e avanços tecnológicos na agricultura. Os gastos militares na época tinham financiamento norte-americano (MCCARTNEY, 2011; COHEN, 2004). Conforme Hasan, o crescimento econômico da década

de 1960 foi reflexo dos acertos tanto na parceria estratégica com os Estados Unidos no âmbito dos recursos externos, como a partir de:

[...] três principais motores de crescimento nos primeiros anos: (i) uma burocracia competente, comprometida e honesta com líderes econômicos fortes como Ghulam Mohammad, Chaudhry Mohammad Ali, Ghulam Faruque e Zahid Hussain; (ii) um grande número de migrantes, constituídos por profissionais com boa formação que desempenharam um papel vital no fortalecimento da função pública e do setor financeiro; e (iii) empresários do setor privado liderados principalmente por membros das comunidades de Bohra, Memon e Khoja que migraram da Índia e se estabeleceram em Karachi, tornando-se a principal cidade industrial do Paquistão (HASAN, 2015, p.24).

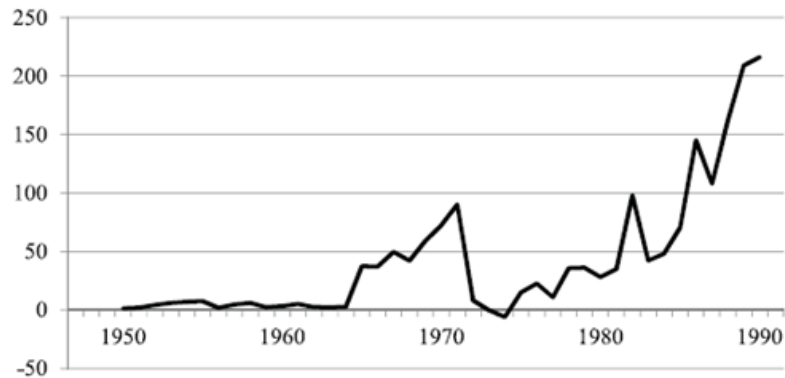
Embora estes aspectos fossem positivos para a formação da economia do Paquistão, os gastos em defesa e com os burocratas militares acabaram minando as instituições. Conseqüentemente, a distribuição dos recursos do país foram cada vez mais comprometidos com a agenda de segurança e defesa o que acabou culminando com uma estagnação após este início propulsor (BURKI, 2010; MCCARTNEY, 2011). Segundo Hasan (2015) as instituições formadas pelo exército paquistanês seriam eficientes e capazes de proporcionar um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento nacional do país, especialmente, os setores industrial e energético. Outros autores como Burki (2010), McCartney (2011), Cohen (2004), entre outros, definem o corpo militar como um sistema de governança extremamente centralizador e que acabou, com o tempo, alocando cada vez mais os recursos em altos gastos em defesa e segurança, refletindo em baixos valores para infraestrutura, ficando na dependência dos investimentos diretos externos para cobrir este vácuo.

Nesse sentido, a entrada de Ayub, em 1960, colaborou com o momento de crescimento econômico do Paquistão, reflexo deste ambiente propício “os crescentes laços estrangeiros do Paquistão foram marcados por uma defesa mútua de acordo com os Estados Unidos e entrada no Tratado do Sudeste Asiático Organização (SEATO) em 1954, bem como a participação no Pacto de Bagdá” (COHEN, 2004, p. 8, tradução nossa). Reflexo disso, os Investimentos Diretos Externos (IDE) no Estado passaram por uma ampliação significativa, ficando em uma média anual de 10% de 1965 a 1969. O fluxo de renda destinado aos setores produtivos do Paquistão refletiu em um aumento de aproximadamente 9% nesta época. Segundo Hamdani (2015), por ser um período inicial do setor manufatureiro e tecnológico, ele foi “dinâmico na aquisição de tecnologia, aplicação e aprendizagem através da igualdade e de laços entre as famílias⁵ e

⁵ Identifica-se que o termo “Era de Ouro” da economia paquistanesa como o período que o país conseguiu, de certa forma, crescer e desenvolver seus principais setores produtivos nacionais. Em contrapartida, conforme a pesquisa demonstra, estes resultados foram altamente concentrados em empresas familiares, especialmente da

empresas estrangeiras” (HAMDANI, 2015, p.256, tradução nossa). Conforme Gráfico 1, do Banco do Estado do Paquistão, houve um *boom* nos influxos de IDE:

Gráfico 1 - - Influxos de IDE nos primeiros anos (milhões de dólares)



Fonte: Pakistan State Bank.

Sendo assim, dentro da perspectiva das primeiras décadas de formação econômica do Paquistão, o Estado passou pela chamada “Era de Ouro”⁶ de sua economia, que foi de 1947 até 1972, tendo como enfoque o crescimento, bem como o desenvolvimento econômico produtivo nacional, muito embora arraigado na dependência dos investimentos externos, principalmente vindos dos Estados Unidos e da China (COHEN, 2004). Segundo Hamdani “foi à expansão do rápido crescimento das empresas familiares em conglomerados industriais, com acesso privilegiado ao crédito financeiro e câmbio para a importação de insumos industriais” (HAMDANI, 2015, p. 257, tradução nossa). Ou seja, o influxo de capitais na economia paquistanesa gerava um efeito gravitacional dentro do setor industrial, considerando estes 25 primeiros anos de formação do país. A própria ascensão de Ayub ao poder e as suas articulações internas e externas ditavam o ritmo acelerado da economia nacional como um todo (HAMDANI, 2015; MCCARTNEY, 2011).

Ayub Khan representava o primeiro governo de Islamabad pós-independência e, mesmo diante de um golpe militar, suas boas relações com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha aceleraram resoluções sociais, como no caso dos refugiados do Punjab do leste, que refletiu diretamente na organização intrarregional do setor primário, pois os laços destes civis

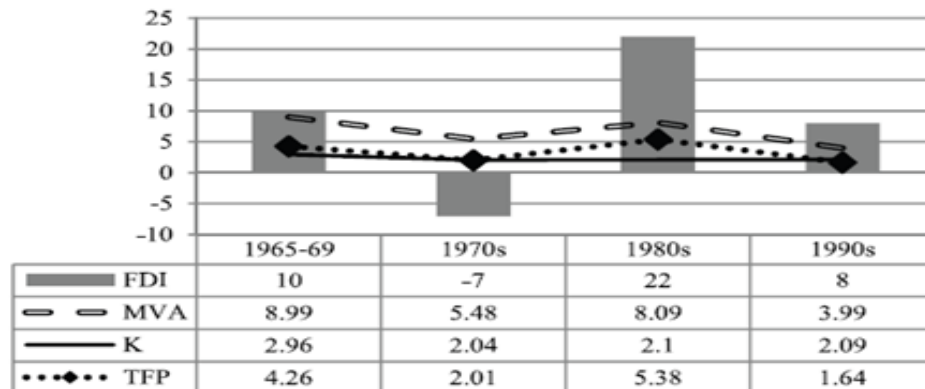
região de Punjab, não sendo capaz de alocar recursos para a população como um todo. A alta dependência de recursos externos e o ambiente interno e regional instável mantiveram o país com baixa distribuição de recursos.

⁶ Entre as famílias dos Punjabs, ou seja, as famílias que mais angariam recursos financeiros no processo de crescimento e de desenvolvimento manufatureiro e tecnológico do Paquistão foram as famílias ligadas a região de Punjab, especialmente, nas cidades de Lahore capital da Província e Islamabad que foi construída posteriormente para ser a capital do país.

foram revividos de maneira a auxiliar no desenvolvimento de terras férteis no Paquistão. Somado a isso, Ayub transferiu a capital paquistanesa de Karachi, na Província do Sindh, vista como símbolo de corrupção militar, construindo uma nova cidade para ser a capital do país: Islamabad na região de Punjab (SHAH, 2014; SIDDIQA, 2017).

O governo instituiu sua própria constituição, a conhecida Constituição de 1962, com a perspectiva de incluir todo o conjunto social no meio político, especialmente os islâmicos. Conforme Cohen, “esta constituição criou uma presidência indiretamente eleita por 80.000 conselheiros sindicais, além disso, criou seu próprio partido político, a Conferência da Liga Muçulmana (COHEN, 2004, p. 65, tradução nossa). Concomitante ao escopo político deste novo governo, a esfera econômica paquistanesa seguia em plena evolução em termos de investimentos e produtivos em escala considerável. Assim sendo, Khalil Hamdani (2015) pontua que a década de 1960 foi dinâmica, com altas taxas de expansão de fabricação, com entrada de IDE, aquisição de tecnologia e crescimento da produtividade. Diante disso, conforme podemos notar no Gráfico 2, a ‘Era de Ouro’ do Paquistão seguia com um alto índice de desenvolvimento do setor manufatureiro:

Gráfico 2 - Crescimento do setor manufatureiro em percentual



Taxas de crescimento de manufatura, **capital (K)** e **produtividade total dos fatores (TFP)**, como apresentado em Kemal et al. (2002). As taxas de crescimento do IDE são de entradas agregadas e baseadas em dados do Banco do Estado do Paquistão. Fonte: Hamdani (2015, p. 263).

O crescimento do setor manufatureiro do Paquistão, em especial para a análise de 1965-1969, era reflexo da política que Cohen (2004) afirmou ser um modelo para os países do sul asiático nas décadas de 1950 e 1960, com um forte viés desenvolvimentista e sob o enfoque do processo de substituição de importações visando ao fomento às exportações. Assim, como notado no Gráfico 2, a produtividade total dos fatores (TFP) depois do período em foco só retornaria ao patamar de 5% aproximadamente na década de 1980, sendo importante notar alguns fatores externos que influenciaram nestes da dos positivos da década de 1960: ajuda

maciça de empréstimos e investimentos norte-americanos, europeus e japoneses; impulso inicial pela conjuntura da Guerra da Coreia; e enorme demanda internacional por algodão e juta duas das principais culturas da produção primária do país. Atrelado a estes fatores externos, há fatores internos a serem destacados: aliança entre os militares e a comunidade empresarial; e importante criação da Pakistan Industrial Development Corporation (PIDC), tendo como enfoque o financiamento do setor industrial paquistanês na década de 1960 (COHEN, 2004).

Este cenário de crescimento econômico estava intrinsecamente vinculado aos parâmetros das articulações políticas que o governo de Ayub Khan conseguia articular interna e externamente. Além do pujante crescimento manufatureiro, com bens de capital capazes de transformar o algodão em tecido, havia o incentivo à produção do setor primário, baseado na produção de algodão, juta, chá e trigo. A própria divisão das nascentes dos Rios Indus com a Índia proporcionava aos produtores melhores condições para o cultivo das culturas citadas (HASAN, 2015; SIDDIQA, 2017).

Mesmo diante deste cenário “positivo”, cabe salientar outro aspecto ligado às fragilidades institucionais do estado de Paquistão, que estava relacionado à sua formação histórica (ACEMOGLU, 2004; 2012). McCartney (2010) aponta que, embora o governo de Ayub tenha criado um cenário econômico capaz de gerar crescimento econômico, relacionado, principalmente, às condicionantes externas, o que viria após este período *ad hoc* seria um revés a uma política estatal que não foi capaz de planejar o crescimento tendo como perspectiva o desenvolvimento econômico do país. Segundo ele “[o] estado falhou em seus esforços para promover instituições inclusivas. A mudança social desencadeada pela revolução verde, a urbanização e a industrialização não foram acomodadas pelo sistema” (MCCARTNEY, 2010, p.8, tradução nossa).

Além disso, a segunda Guerra entre o Paquistão e a Índia, bem como escândalos familiares e políticos do governo Ayub Khan acabaram minando a reputação do regime militar instituído por sua política constitucional de 1962. Com isso, entrava no cenário político paquistanês o jovem Ministro das Relações Exteriores Zulfikar Ali Bhutto, que se tornaria o Primeiro Ministro do país por vias tidas como democráticas no início da década de 1970. Essa mudança no espectro político nacional estava vinculada fortemente ao “impacto da derrota na guerra de 1971 (...) O Paquistão perdeu 54% de sua população, e o exército, o núcleo do Establishment, tinha sido humilhado, com mais de 90.000 oficiais e homens feitos prisioneiros” (COHEN, 2004, p. 75, tradução nossa).

Desta forma, cabe mencionar, resumidamente, três consequências da Guerra de 1971: a mudança de equilíbrio político interno no Paquistão, quando Punjab se torna a região mais

importante; a perda do Paquistão Oriental (Bangladesh – os bengalis) significou a perda de diversidade cultural e de debates parlamentares; e a perda dos muçulmanos moderados (bengalis) significou, em termos práticos, maior espaço para a ascensão dos muçulmanos mais radicais, como os do Baluchistão (COHEN, 2004). Por fim, o primeiro governo não militar no Paquistão de Bhutto significou, mesmo que em curto prazo, um breve flerte da democracia nacional paquistanesa, tendo como escopo as reivindicações populares, o apoio nulo dos Estados Unidos frente à independência do Paquistão Oriental atual Bangladesh, e a aproximação aos países socialistas da URSS e da República Popular da China no que precederia a Guerra do Afeganistão em termos políticos e, em termos econômicos. Neste sentido, se montava o cenário do Primeiro Choque do Petróleo em 1971 (BURKI, 2010; COHEN, 2004).

2.2 QUASE DITADURA DE DEZEMBRO DE 1971 ATÉ JULHO DE 1977

O período de quase ditadura de 1971 até julho de 1977 estava intrinsecamente ligado à ascensão do governo do Partido Popular do Paquistão (PPP), liderado por Bhutto, ex Ministro das Relações Exteriores, que tinha como projeto de governo “recolocar” a trajetória de Islamabad em nível interno e externo, sendo importante ressaltar sempre que o Paquistão, ao longo de sua história política e econômica, foi e é um dos países que mais tem sua política interna interligada diretamente às nuances externas, dadas suas questões geográficas e históricas de país periférico do Sistema Internacional (BURKI, 2010; HASHMI, 1976).

McCartney (2011) identifica que o breve período de 1970 a 1971, que precedeu a entrada de Bhutto no poder, foi de superávit doméstico baixíssimo, porém com PPP dois fatores foram, ao mesmo tempo, paralelos e complementares para uma “retomada” econômica do país. Foram eles: os fluxos de capitais mobilizados pelo Estado no contexto de pós Guerra do Bangladesh e desgaste político, econômico e estratégico com os Estados Unidos frente ao apoio deste a Nova Dehli que apoiou amplamente a causa bengali; e uma ampliação dos influxos de capital internacionais, principalmente pela readequação das parcerias estratégicas paquistanesas de Bhutto, sob um enfoque do lado socialista junto a URSS e a China (HASHMI, 1976). Segundo Hashmi-Essays,

[...] em 1971, os termos de troca do país pioraram em 25%, o que significou uma perda anual de 900 milhões de dólares para a economia. Essa acentuada deterioração dos termos de troca também afetou negativamente a necessidade por recursos orçamentários, bem como a situação dos preços no País. Quase 75% da receita cambial de commodities foram gastos no financiamento de importações de produtos

essenciais como trigo, fertilizantes, óleo comestível e petróleo (HASHMI-ESSAYS, 1976, p. 9, tradução nossa).

Este período da década de 1970 foi identificado como um pico histórico em termos de entradas de capitais externos, chegando, aproximadamente, a quase 100 milhões de dólares correntes (BANK OF STATE PAKISTAN, 2011). Assim, conforme veremos no capítulo 3, a China teve uma importância estratégica fundamental nesta década, ou seja, houve uma maior aproximação entre Islamabad e Pequim dada à conjuntura de certo “afastamento” de Washington por razões regionais entre Paquistão Ocidental e Oriental (Bangladesh); os embates com a Índia; a primeira Crise do Petróleo; a aproximação e o apoio da política externa de Bhutto ao Afeganistão e sua perspectiva de proximidade à URSS (SMALL, 2015).

Cohen (2004) é ainda mais incisivo ao apontar o ano de 1971 como um marco relevante para definir que os Estados Unidos se tornam um aliado menos proeminente para o Paquistão. Assim, Islamabad passou, cada vez mais, a direcionar sua política externa à China, bem como a outros países que passaram a ganhar maior espaço nas relações externas do Paquistão. A posição de Estado periférico o colocou para além de uma aliança estratégica com o lado socialista na década de 1970. O país adotava uma posição de terceiro-mundo que apontava para uma agenda mais ampla, assim, em primeiro nível, Bhutto estava próximo à URSS e à China, recebendo investimentos, ajudas e empréstimos, tanto em nível de armamento bélico, quanto no desenvolvimento nuclear junto a Pequim (SMALL, 2015; HASHMI, 1976). Em segundo nível, havia uma proximidade com a Turquia, Irã e Iraque, relações essas que foram formalizadas a partir do Pacto de Bagdá, o qual passaria, posteriormente, a se chamar de *Central Treaty Organization* (CENTO), e também uma maior proximidade com a Coreia do Norte. Cohen (2004) conclui que “a relação Irã-Turquia era ostensivamente uma aliança de estados anticomunistas moderados, mas o Paquistão também entrou em um relacionamento militar próximo com a Coreia do Norte totalitária” (COHEN 2004, p. 122, tradução nossa). Também ligados às estratégias de pluralidade da política externa paquistanesa, estavam às relações estreitas com estados do Golfo Pérsico, em especial com a Arábia Saudita, pela perspectiva do Islã (HASHMI, 1976).

Atrelado a estas novas condicionantes externas, o governo de Bhutto, em sua política interna, teve, até meados de 1975, um amplo apoio de influxos externos, porém, sob a perspectiva institucional, a ascensão do PPP ao poder foi a chance de as instituições

democráticas (integradoras)⁷ ganharem maior espaço e legitimidade frente às instituições repressoras (autônomas)⁸ do Estado. Considerados os primeiros esforços do governo neste sentido, o histórico entrelace burocrático militar ao Estado do Paquistão não deu alternativas a Bhutto se não de se interligar novamente o serviço civil ao setor militar (MCCARTNEY, 2011; COHEN, 2004). Segundo McCartney (2011, p. 9, tradução nossa), “[o] PPP falhou em seu possível papel como uma instituição inclusiva - foi gradualmente assumido por grupos mais conservadores e falhou em incorporar os grupos emergentes em uma sociedade em mudança”. Ou seja, a Constituição de 1973, que estava alicerçada em estrutura descentralizada e federal, foi amplamente minada por instituições centralizadoras e antidemocráticas em sua essência, especialmente o corpo do exército militar (MCCARTNEY, 2011).

De acordo com isso, Daron Acemoglu e James Robinson (2012), identificam, em uma análise similar os porquês de as nações falharem e não conseguirem interligar o crescimento econômico ao desenvolvimento. Ou seja, Bhutto, ao longo da década de 1970, não foi capaz de manter seu projeto inicial tendo como perspectiva as instituições democráticas (integradoras). De fato, aproximou-se assim, cada vez mais, do setor militar, antes mesmo do golpe de 1977 (HASHMI, 1976).

A “Era de Bhutto” no poder foi de forte fomento às instituições públicas frente às privadas, a onda de nacionalização das empresas e o aumento do índice de produtividade pública frente à iniciativa privada foi uma vertente seguida pela agenda “nacionalista” deste governo (BURKI, 2010). De acordo com isso, conforme McCartney (2011), o governo se envolveu, em 1977, extensivamente no setor produtivo, que, posteriormente a este período, ficou marcado por uma forte impressão de que a esfera pública deixou o setor industrial paquistanês ineficiente e deficitário (MCCARTNEY, 2011). McCartney salienta que o período entre:

1972/73 e 1981/82, as empresas estatais superaram as empresas do setor privado em termos de produção, produtividade do trabalho e produtividade geral; a produtividade do trabalho, por exemplo, aumentou em 52% para as indústrias do setor público e apenas 27% para as que permaneceram no setor privado (Zaidi 2005: 147). [...] A melhoria da lucratividade não se deveu a preços mais altos ou a mudanças contábeis. Entre 1976/77 e 1979/80 o índice de produção aumentou de 162 (1972/73 = 100) para 262, e o índice de emprego de 133 para 123, e como resultado o índice de produção real por trabalhador aumentou de 122 para 213. Grande parte dessa melhoria deveu-

⁷ Para McCartney (2011) se compreende uma instituição como integradora aquela que é capaz de promover um ambiente mais favorável para o crescimento e desenvolvimento do país, pois de acordo com ele a democracia favorece ao diálogo entre todos os setores do Estado.

⁸ Para McCartney (2011) se compreende uma instituição como autônoma quando em um ambiente não democrático os setores passam a agir de forma separada não correspondendo aos interesses nacionais e sim do grupo que está no poder, neste caso, um dos grandes problemas para o Paquistão está diretamente ligado aos regimes de forte ditadura militar, nos quais não refletiam os interesses de crescimento e desenvolvimento econômico.

Estados Unidos	22.1	26.0	29.1	18.5	6.2	5.0	6.7	6.5
América do Sul	-	0.4	0.6	0.4	0.1	0.1	0.3	0.09
Europa Ocidental	34.1	28.2	28.8	25.5	21.9	24.9	27.5	25.9
Europa Oriental	10.3	7.1	5.8	6.11	11.7	7.5	6.2	5.5
Oriente Médio	8.1	10.7	12.7	17.6	13.4	9.2	18.7	24.9
África	1.2	2.0	0.8	0.94	1.4	4.7	5.2	3.8
Ásia	24.1	23.5	21.4	29.4	44.1	47.6	34.3	31.9
Outros	0.1	2.1	0.7	1.54	1.2	1.0	1.1	1.05

Fonte: Hashmi(1976, p. 14).

O aumento substancial de 8.1% em 1972 para 17.6% em 1975 em importação de produtos dos países do Oriente Médio, bem como de 13.4% em 1972 para 24.9% em 1975 no setor de exportação representaram um aprofundamento significativo na pauta econômica e comercial do Paquistão com os países árabes. Na perspectiva da agenda regional e internacional, o governo de Bhutto demonstrava-se mais alinhado com os países asiáticos, do Oriente Médio e com uma leve queda referente à pauta comercial com os Estados Unidos no período entre 1972 e 1975, mantendo a posição de um país semiperiférico e não alinhado (HASHMI, 1976).

O grande problema da economia do Paquistão estava como ainda está, ligado à alta dependência da importação de energia, que se reflete diretamente na soberania nacional do país (HASHMI, 1976). Diante disso, o país, no período em análise, era altamente dependente do petróleo, correspondendo a 45% das exigências do e para o setor produtivo. Enquanto isso, o gás, o carvão, a hidrelétrica e a energia nuclear representavam 33%, 7%, 15% e 5% respectivamente. Com o aumento substancial da produção industrial do país entre 1965 a 1973, houve um crescimento da demanda energética acima dos 66% (HASHMI, 1976). Abaixo, o Quadro 1 refere-se aos índices de consumo energético no ano de 1972.

Quadro 1 – Padrão de consumo de energia no Paquistão

Fonte	Consumo 1972	Convertido em escala uniforme (MM BTU)	Percentual de participação
Carvão	1.3 milhões de tons	24.75	7.0
Óleo	3.19	157.1	44.5
Gás Natural	120 bilhões Cft.	117.0	33.2
Hidroelétrica	4354 milhões KWTs	52.3	14.8
Nuclear		1.87	0.5
		353.02	100.0

Fonte: Hashmi-Essyas (1976, p. 40).

Entende-se que uma das características essenciais para a posição do Paquistão como estado periférico está vinculada, justamente, à alta dependência de recursos energéticos, vinculados ao baixo índice de desenvolvimento econômico do país no setor de infraestrutura. Estes estando fortemente ligados a investimentos diretos externos ao longo da história nacional do país. Embora o período de Bhutto tenha tentado solidificar uma base mais nacionalista, angariando um setor produtivo industrial a partir da nacionalização de empresas privadas passando para administração pública, este acabou não conseguindo reagir de forma eficiente diante dos embates econômicos da época, tendo resultados econômicos e políticos pouco expressivos, o que afetou, mais uma vez, a frágil capacidade do ambiente institucional do país em prol de crescimento e desenvolvimento econômico mais equânime (ACEMOGLU; ROBBINSON, 2012; HASHMI, 1976).

2.3 CONTROLE MILITAR DE JULHO DE 1977 ATÉ AGOSTO DE 1988

A entrada de Zia no poder sob o apoio dos militares deu ao Paquistão um novo momento na economia nacional, isto porque a década de 1970 foi considerada como regressiva em termos gerais por um ambiente institucional de forte nacionalização de empresas privadas pelo governo de Bhutto, no qual havia indícios de desvios de verbas e ligações com grupos mais ligados a região mais rica do Estado (COHEN, 2004). Com isso, estes grupos fizeram com que a economia ficasse praticamente estagnada, de acordo com Parvez Hasan (2015) os seguintes indicativos foram atingidos: crescimento negativo no que tange aos IDE's, atividade manufatureira mais lenta do que em relação às décadas de 1950 e 1960. Com o advento da década de 1980, segundo Hasan (2015) a atividade econômica ressurgiu, os IDE's tornaram-se significativos novamente, e aprendizagem tecnológica nos setores público e privado ganharam

um novo impulso a partir da cooperação com países como a China (HASAN, 2015; SMALL, 2015).

De acordo com a análise de McCartney (2011), as décadas de 1970 e 1980, mesmo com a mudança de governo de Bhutto (1971-1977) para Zia (1977-1988), não ocasionou um crescimento econômico capaz de reorientar a economia paquistanesa a fim de recuperar as duas décadas iniciais do Estado pós-independência em 1947. Assim sendo, o primeiro governante foi considerado pela literatura paquistanesa e internacional como “democrático e nacionalista”, enquanto o segundo recolocou o exército no poder, essa mudança, de fato, refletiu que “o Paquistão não conseguiu acompanhar as economias asiáticas de alto crescimento, onde houve aumentos espetaculares no tamanho relativo e nas taxas de crescimento de produtos e maquinário de metal” (MCCARTNEY, 2011, p. 46, tradução nossa).

Sendo assim, a dependência externa paquistanesa por bens industriais, que, nas décadas de 1950 e 1960, tinha sido reduzida a partir do processo de substituição de importações, estava, nas décadas de 1970 e 1980, novamente em um patamar de estagnação perto dos patamares que precederam à independência do país, em especial, a década de 1940 (HASAN, 2015). Arelado a isso, o setor primário, principal instrumento de crescimento da economia do país no período em análise, teve uma redução de 38,02% para 25,83%, enquanto que o setor secundário manteve-se praticamente estável, de 14,16% para 17,59%, assim como o terciário, de 41,8% para 48,62% (MCCARTNEY, 2011).

Com isso, considerando o PIB, os dados do setor primário cresceram em participação de 16,49% no período de 1970-1975 para 23,09% no período de 1975-1980. Enquanto isso, o setor terciário teve uma elevação na sua participação de 17,21% no período de 1970-1975 para 26,88% no período de 1975-1980. Observa-se, desta forma que a economia do Paquistão encontrava-se estagnada em termos de participação dos dois principais setores da economia nacional. Conforme McCartney (2011, p. 46), “o setor industrial permaneceu altamente concentrado a participação da produção de indústrias tradicionais”.

O ambiente institucional paquistanês frágil dentro dos parâmetros políticos e econômicos internos (ACEMOGLU, 2012) acabava por minar as políticas de realocação dos recursos existentes para os devidos setores nacionais capazes de ampliar a agenda de crescimento do PIB. Assim, diante do cenário de instabilidade interna, como a Guerra de independência do Bangladesh em 1971 e das condicionantes externas, tais como: o primeiro e segundo choque do petróleo na década de 1970; a recessão das economias de alta renda do sistema internacional; bem como o cenário de guerra no Afeganistão (COHEN, 2004). Consequentemente, essas condicionantes criaram uma agenda paquistanesa mais regional,

tendo em vista os países do terceiro mundo, de fato, no período entre 1974 e 1982 a participação das exportações paquistanesas na Organização das Exportações da Conferência *Islâmica* obteve um aumento de 14% para 24,4 (MCCARTNEY, 2011). Diante disso, segundo McCartney e Husain:

[...] o Paquistão foi consistentemente incapaz de gerar mais de 14% do PIB em receitas fiscais. Isto se deveu a três fraquezas persistentes: um sistema fiscal estreito e distorcido, a excessiva dependência de impostos indiretos e a fraca administração fiscal (MCCARTNEY, 2011, p.141, tradução nossa). Estimou-se que, no início dos anos 1990, se todas as licenças fossem usadas por um indivíduo, o limite de isenção para a tributação de renda seria mais de doze vezes a renda média. Apenas 1 milhão de uma população de mais de 130 milhões pagou imposto de renda (HUSAIN, 1999, p. 199, tradução nossa).

Ou seja, a má administração pública paquistanesa acabava por engessar os meios de alocação de recursos para os setores que demandavam investimentos para um crescimento e desenvolvimento econômico mais equânime e coeso do Paquistão entre suas regiões, o que obrigava o país a se voltar mais para seus vizinhos como exposto anteriormente. De acordo com este retrospecto de ineficiência da gestão pública no que tange a cobrança de impostos e tributos, o setor energético e o de infraestrutura permanecem, até o presente, com grande déficit (MALIK, 2016; 2018). É neste quadro de fragilidade institucional que o Paquistão se demonstrou frágil e ineficiente independentemente do governo (MCCARTNEY, 2011; BURKI, 2010; HUSAIN, 1999).

Diante disso, especialmente as décadas de 1970 e 1980 foram de grandes entraves para um ambiente institucional capaz de realocar os recursos de maneira eficiente e sustentável no longo prazo. Ou seja, enquanto Bhutto, a partir das reformas de 1973, tentou angariar, em termos de representatividade, os diversos grupos das regiões do país no parlamento, ao mesmo tempo, acabou centralizando em termos práticos os recursos sob o enfoque governamental a partir da nacionalização de empresas privadas que funcionavam dentro dos parâmetros estabelecidos pelos governos anteriores nas décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, com a entrada de Zia ao poder, os militares voltaram ao poder e ampliou esse setor como centralizador dos recursos e dos gastos amplamente no setor de defesa e segurança (COHEN, 2004; BURKI, 2010).

Como reflexo desse ambiente, ainda no governo de Bhutto, ocorreu a nacionalização de cinco grandes bancos do Paquistão, foram eles: Habib, National, Muslim Commercial, United e Allied Banks. Neste grupo, entrou, também, o banco de fomento ao crédito para o setor primário a partir do banco Agricultural Development Bank of Pakistan (ADBP). Esse

ambiente de alocação do setor privado para o setor público refletia um momento de rearranjo institucional da economia nacional paquistanesa que, de certa forma, refletiu na política interna e externa no contexto pós 1977 (HASHMI, 1976; BURKI, 2010; MCCARTNEY, 2011).

Atrelado a isso, em 1984, foi introduzida uma nova política industrial, cujo impacto gerou um ambiente melhor para investimentos internos e externos. Esse ambiente propício estava alicerçado nas reformas econômicas impostas pelo então Ministro das Finanças do Paquistão, Mahbubul-Haq, que já havia trabalhado no Banco Mundial. Assim, “ele produziu um programa para a liberalização, privatização, desregulamentação e globalização da economia” (COHEN, 2004, p.250, tradução nossa). Porém, muitos grupos, como, por exemplo, os grandes produtores ligados ao setor primário, foram contra a estas reformas, o que mantinha a economia nacional em um contexto de estagnação (COHEN, 2004).

Neste cenário, as décadas de 1970 e 1980 ocasionaram uma economia nacional progressivamente dependente dos recursos externos, mesmo que o montante líquido de investimentos do Estado ultrapassasse o montante líquido da poupança (MCCARTNEY, 2011). Segundo Qureshi, em comparação com os países asiáticos, “o Paquistão tendeu a ter níveis mais baixos de investimento, níveis significativamente mais baixos de poupança interna e, conseqüentemente, uma necessidade significativamente maior de acesso à poupança externa”(QURESHI, 1997, p.894, tradução nossa).

Compreende-se, neste período, que o nível de vulnerabilidade externa do Paquistão estava evidenciado na alta dependência dos recursos externos para a correção da baixa capacidade de alocação e administração dos seus recursos públicos (BURKI, 2010; GONÇALVES, 2005). Neste sentido, pode-se dizer que as relações de dependência de Islamabad com a agenda de Washington estavam dentro de uma perspectiva de que a “estratégia de desenvolvimento do país era inteiramente dependente da boa vontade ou dos caprichos dos doadores; em particular, as prioridades dos EUA determinavam as políticas internas e externas do Paquistão” (MCCARTNEY, 2011, p. 145, tradução nossa).

Desta forma, os recursos externos serviam para correção dos desajustes internos institucionais do Paquistão, o índice de investimentos, ajudas e empréstimos externos no período de 1970 e 1980 foi representado da seguinte forma: os Estados Unidos com um montante de \$ 194 milhões, a URSS com \$ 214 milhões. A China pós 1970 aumentou amplamente os recursos para o Paquistão chegando ao valor de \$ 217,4 milhões e por fim a Áustria e a Dinamarca no montante de \$ 155,2 milhões (MCCARTNEY, 2011).

Tabela 4 – Indicadores de Dívida Externa

	1971-75	1976-80	1981-85	1986-90
RELAÇÃO DA DÍVIDA-PIB	48.8	46.6	40.3	48.4
RELAÇÃO DA EXPORTAÇÃO-DÍVIDA	397.7	276.6	200.3	241.5
RELAÇÃO DOS SERVIÇOS-DÍVIDA	20.2	19.3	18.8	24.6
RELAÇÃO EMPENHO-EXPORTAÇÃO	7.6	7.7	7.5	9.4

Fonte: Husain(apud McCartney, 2011, p.147, tradução nossa).

Nota-se na Tabela4o peso da dívida externa do Paquistão em relação ao PIB, como também às exportações totais do país, bem como do detentor dos serviços. Assim, constata-se que as décadas dos governos de Bhutto e de Zia tiveram em comum um cenário de estagnação econômica latente, embora seja interessante ressaltar certa melhora do último período analisado de acordo com a Tabela 3 com relação ao primeiro. Ou seja, no que tange a relação da exportação com a dívida, o país saiu de \$397.7 milhões para \$241.5, acompanhando esse retrospecto positivo podemos notar a relação dos serviços da dívida de \$20.2 milhões para \$24.6 milhões e do desempenho das exportações que saem dos \$7.6 milhões para \$9.4 milhões, tendo um salto de \$ 1.8 milhões (MCCARTNEY, 2011). Somado a isso, o desempenho do setor energético teve uma melhora significativa a partir dos dados constantes natabela5:

Tabela 5 – Indicadores selecionados para avaliar o desempenho da indústria de energia elétrica estatal no Paquistão, 1972-95

Anos	Perdas do Sistema (%)			Fator de capacidade de geração (%)		
	WAPDA	KESC	POWER	WAPDA	KESC	POWER
1972-77	34	22	32	46	42	45
1978-83	32	23	31	50	48	48
1984-89	26	26	26	52	50	50
1990-95	23	33	26	54	50	52

Fonte: McCartney (2011, p.161).

Este retrospecto relativamente positivo para o setor de produção energética do Paquistão impulsionou certo crescimento no engajamento das políticas dos governos, principalmente no período de Zia a partir do final de 1977, pois este setor sempre foi dependente ao longo do contexto histórico de formação econômica do Paquistão da produção de outros países. Entre 1984 e 1989, há uma queda significativa nas perdas de WAPDA e Power se comparados com 1972 a 1977, tendo respectivamente 8% e 6% de queda na perda de energia. De fato, Islamabad estava coordenando uma política mais incisiva a fim de alocar recursos para

setores de infraestrutura que auxiliassem na retomada do crescimento e do desenvolvimento nacional (HASAN, 2015). Porém, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por estagnação econômica, alto índice de entrada de capitais estrangeiros e de conflitos como a Guerra de Bangladesh 1971 e a Guerra do Afeganistão 1979 (COHEN, 2004). Assim, os recursos eram notoriamente vinculados a gastos com segurança e defesa, estando o setor energético e de infraestrutura em segundo plano (MCCARTNEY, 2011).

Além disso, o governo Zia também tentou alocar, em seu plano de governo, a representatividade de grupos do Islã de regiões rebeldes como o Baluchistão e o Sindh, ambas com a presença de vários grupos extremistas, como o caso da Al-Qaeda, que ganhou força a partir da Guerra do Afeganistão, estando envolvido na formação, na década de 1980, do partido Islami Jamhoori Ittihad (IJI) e do Movimento Muhajir Qaumi (MQM). Ou seja, Zia organizava a administração a partir de Islamabad, considerando a representatividade de cada província como forma de balancear e abrandar os movimentos separatistas do Estado paquistanês (COHEN, 2004; BURKI, 2010).

Nesse sentido, Cohen (2004) identificou “A Década de Zia” a partir de um cenário que começou com a prisão de Bhutto pelo exército nacional paquistanês em 5 de julho de 1977 sob o comando do general Zia ul-Haq. O governo de Zia foi o primeiro a priorizar, em sua agenda, o Islã como fundamental para o Paquistão, o que coincidiu com um cenário intitulado por Samuel Huntington de Ressurgimento Muçulmano entre as décadas de 1970-1980 (HUNTINGTON, 1969). O problema de colocar o Islã diretamente no processo de tomada de decisões do país estava justamente no fato de que havia a divisão entre sunitas e xiitas, que representavam 25% e 10% da população da época respectivamente (COHEN, 2004; SMALL, 2015; HASHMI-ESSAYS, 1976).

Nesse cenário, a perspectiva do governo estava em realocar a agenda nacional para garantir maior controle sobre os grupos islâmicos, principalmente como forma de vinculá-los ao exército e fazer com que corroborassem para uma maior estabilidade governamental. Em contrapartida, “o Islã nunca forneceu a coesão ideológica que o governo de Zia esperava; em vez disso, a islamização patrocinada pelo Estado intensificou as divisões sectárias dentro do islamismo paquistanês, e o pluralismo cultural e a rica herança do sul da Ásia não podia ser forçada” (TALBOT, 1998, p. 286) a estar e permanecer em um governo altamente centralizador (TALBOT, 1998).

Segundo Jalal (1995, p. 107), o governo Zia “permaneceu como mestre de cerimônias de um sistema político subserviente, fragmentado, altamente monetizado, corrupto e violento”. Por fim, após a morte de Zia, em um acidente de avião não explicado até hoje, o Paquistão

passaria por mais uma eleição com baixa participação da sociedade paquistanesa em 1988. Assim, a partir de 1989, a agenda da política externa de Islamabad teria os seguintes desdobramentos: com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos “abandonaram”, na década de 1990, a região, incluindo o Paquistão; a aproximação com a China torna-se mais latente, bem como a aproximação com a Arábia Saudita; política de “encaminhamento” com o Afeganistão e os países da Ásia Central, tendo como perspectiva contrabalancear a presença regional indiana e; uma aproximação estratégica no âmbito de intercâmbio tecnológico com a Coreia do Norte (COHEN, 2004).

2.4 POLÍTICA COMPETITIVA DE AGOSTO DE 1988 ATÉ OUTUBRO DE 1999

De acordo com a divisão cronológica da formação econômica do Paquistão a partir de Burki (2010), a entrada do novo governo de Benazir, em 1988, dava início a uma era de intensificação das disputas políticas internas paquistanesas, em um período de forte mudança internacional com o fim do mundo bipolar. Uma vez que existia uma rearticulação da política externa, o governo tinha como principais metas alocar recursos para as regiões com maior instabilidade e manter o controle dos grupos rebeldes, resolvendo, de certa forma, os problemas com a oposição liderada pelo PPP partido de Bhutto (COHEN, 2004).

Mesmo diante destes esforços iniciais, a década de 1990 foi marcada por uma “política (...) tão conflituosa, que o processo de legislação parlamentar praticamente cessou, e a legislação estava restrita àquela que poderia ser aprovada por decreto presidencial” (MCCARTNEY, 2011, p. 169, tradução nossa). Com isso, o cenário político de Benazir estava ligado a um sistema de aliança bipartidária, ou seja, este cenário emergiu nos anos de 1990, sendo altamente instável, fraco e caótico (MCCARTNEY, 2011). Assim, o então governo ficou “preso em uma amarga disputa de poder com o governo estadual do Punjab, que formou uma administração paralela, solicitando aos funcionários públicos desta província, por exemplo, para que eles ignorassem as políticas federais” (MCCARTNEY, 2011, p. 169).

Já as eleições de 1990 levaram ao poder Nawaz Sharif para cumprir seu primeiro mandato. O Paquistão estava em um cenário econômico e político caótico, tendo como principais aspectos: os altos desequilíbrios macroeconômicos; elevado acúmulo da dívida internacional; e uma grave crise no setor energético (HASAN, 2015). Segundo Amjad e Burki as causas da crise energética podiam ser:

[...] atribuídas à decisão do Paquistão durante os anos 1990 de optar por uma combinação de energia que envolvesse produtores independentes de energia (PIEs) que instalassem usinas de energia movidas a petróleo e a gás para superar a escassez de energia do país. À medida que o preço do petróleo aumentava de cerca de US \$ 15-20 o barril para US \$ 100-140, essas usinas só podiam fornecer eletricidade a preços altos, que tinham que ser subsidiados por medo de que a reação do público transbordasse em violência nas ruas (AMJAD; BURKI, 2015, p. 6, tradução nossa).

Dentro desta perspectiva, Sharif efetivou uma agenda de reformas sob o viés de uma política de privatização e liberalização da economia nacional para entrada de capitais privados internacionais e, assim, a agenda neoliberal ganhou força em um contexto de pós-Guerra Fria nas instituições e no governo de Islamabad (BURKI, 2010). Havia uma abertura no que tange os investimentos em infraestrutura serem capitaneados pelo setor privado, em especial o setor energético, o qual estava novamente com fortes problemas de produção, estando o Paquistão em uma situação de alta dependência de importação de recursos energéticos (MALIK, 2016; 2018). Segundo Hasan:

[...] começou-se a privatizar os ativos do setor público, não apenas na indústria, mas também nos setores bancário, de telecomunicações e de energia. (...) As reformas não conseguiram evitar uma desaceleração econômica e uma crise da dívida externa no final dos anos 90. O maior fator foi o fracasso em reduzir os desequilíbrios macroeconômicos: déficits consideráveis financiados pela criação de crédito levaram a um grande surto de inflação e uma perda de competitividade à medida que o ajuste da taxa de câmbio ficou defasado. A Atração de grandes depósitos em moeda estrangeira com uma grande taxa de juros implícita, consumo sustentado e importações em alto nível semearam as sementes de futura crise cambial (HASAN, 2015, p. 29, tradução nossa).

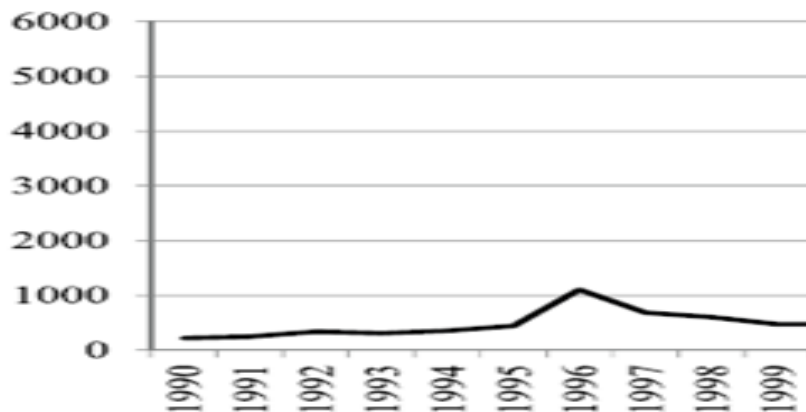
A incapacidade do governo paquistanês em capitanear e alocar recursos acabou enfraquecendo ainda mais a economia nacional ao longo da década de 1990. Seguindo uma perspectiva de declínio em investimentos do setor público frente ao privado, os investimentos externos diretos foram ampliados especialmente no setor energético, enquanto isso o setor manufatureiro permanecia relativamente lento (HAMDANI, 2015).

De acordo com isso, o Paquistão seguia a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) mesmo com a política de distanciamento dos Estados Unidos na década de 1990 para o continente asiático (VISENTINI, 2011). Com o afastamento de Nawaz Sharif do governo por noventa dias, assumiu em seu lugar Moeen Qureshi, ex funcionário do Banco Mundial, que teve como perspectiva o aumento das receitas exigidas pelo Fundo, evitando um possível colapso da economia paquistanesa. Para isso, suas medidas foram: aumentar os impostos, assegurar autonomia do Banco Central, introduzir o imposto agrícola e o regime de recuperação das dívidas (COHEN, 2004; MCCARTNEY, 2011).

A década de 1990 refletia, no longo prazo, as fragilidades do funcionamento institucional do Paquistão no que tange aos aparatos administrativos, financeiros e judiciais, afetando os custos de transação e eficiência industrial. Vinculado a isso, diretamente está o alto custo e a baixa qualidade do setor de infraestrutura paquistanês, em que os principais gargalos eram os setores de energia, transporte e comunicações (HAMDANI, 2015). Segundo o Banco Mundial (2009) o Paquistão está entre os piores estados do mundo para se investir.

Segundo Hasan (2015, p. 258, tradução nossa) “o calcanhar de Aquiles das empresas públicas do país foi à incapacidade de gerar ganhos para reinvestimento”. Diante dessa situação, os influxos de investimentos externos foram ampliados, especialmente no sentido de buscar a correção nos déficits da produção energética. Conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3 – Influxos de investimentos externos em milhões \$



Fonte: Hasan (2015, p.258).

Podemos notar que houve uma melhora nos indicadores no período entre 1995 e 1996, refletindo, de certa forma, as questões dos combustíveis e dos contratos firmados a partir de “uma estrutura tarifária pré-fixada e indexada ao dólar por 15 a 30 anos” (HASAN, 2015, p.258). Como observado no gráfico 3, o período de 1990-1995 foi de estagnação no que tange aos investimentos externos, tendo como base para esta perspectiva a política norte-americana de afastamento da região asiática, bem como por um momento de certo distanciamento das relações do Paquistão com parceiros como a China (COHEN, 2004; SMALL, 2015). Além disso, com o retorno ao governo em 1997, Nawaz Sharif herdava um país praticamente ingovernável. Segundo Hasan:

O esquema de incentivos rapidamente se mostrou insustentável para o setor público: o Petroleiro do Estado do Paquistão (PSO) tinha dificuldade em fornecer o combustível para os produtores de energia e a Autoridade de Desenvolvimento de Água e Energia e outras empresas tinham dificuldade em comprar a energia gerada. Isso significou saídas significativas de câmbio superior a US \$ 1 bilhão por ano até a

próxima década. O problema em manter o cronograma de pagamento definido interrompeu a produção e criou a chamada “dívida circular” entre as concessionárias estaduais, IPPs e PSO. O legado maior é a contínua escassez de energia, que afetou negativamente toda a indústria. Levou mais dez anos até que os ingressos anuais de IED atingissem novamente US \$ 1 bilhão, em 2005 - dessa vez impulsionados principalmente pela privatização dos bancos e das telecomunicações. O setor bancário atraiu IDE de países árabes (Bahrein, Kuwait, Omã e Emirados Árabes Unidos) e outros países (Malásia, Holanda, Reino Unido, EUA e Suíça). Esses investimentos infundiram à indústria novo capital e know-how gerencial e proporcionaram concorrência na forma de novos entrantes, como o Faysal Bank, o Bank Alfalah e o Meezan Bank (banco islâmico) (HASAN, 2015, p. 259, tradução nossa).

Diante disso, “os testes nucleares tit-for-tat na Índia e no Paquistão em 1998 trouxeram mais sanções econômicas dos Estados Unidos, Japão e outros grandes doadores. Os esforços de Nawaz para um avanço estratégico com a Índia falharam” (COHEN, 2004, p. 252, tradução nossa). Ou seja, a economia paquistanesa estava cada vez mais estagnada, tendo como perspectiva que o crescimento do PIB que era de 10% na década de 1980 caísse para 3,6% em 1999, bem como o aumento da dívida que em 1986 que era de \$15 milhões fosse elevada para \$34 milhões em 1999 (COHEN, 2004). Por fim, cabe destacar, havia diversas contradições nas estruturas políticas, econômicas e sociais paquistanesas, o governo mantinha seu apoio ao Talibã afegão, bem como aos militantes islâmicos insurgentes na Caxemira indiana. De fato, a Guerra de Kargil, a quarta entre Paquistão e Índia, levou a uma crise civil-militar recolocando o poder militar nas esferas do governo de Islamabad, enquanto isso os apoios ao Talibã afegão e os vínculos deste com o Al Qaeda colocavam Pequim e Washington mais próximos ao governo de Nova Dehli (SMALL, 2015).

3 RELAÇÕES PAQUISTÃO-CHINA

Este capítulo tem por finalidade compreender os principais desdobramentos históricos entre as relações entre Paquistão e China, bem como analisar as condicionantes que aproximaram estes dois países até a formalização no século XXI do *China-Pakistan Economic Corridor*, do qual trabalharemos mais profundamente no capítulo 4 desta pesquisa. Estruturalmente, este capítulo está subdividido em sete subcapítulos, são eles: 3.1 - A “Entente-Cordiale”; 3.2 - Rodovia Karakoram Highway; 3.3 - Desenvolvimento nuclear; 3.4 - Porto de Gwadar¹; 3.5 - Contexto do Oceano Índico²; 3.6 - Nível multilateral (terceiro mundo - SAARC – OCX³); 3.7 - O século XXI.

Esta subdivisão é justificada a partir da percepção de que as relações entre o Paquistão e China se desenvolveram não apenas em um contexto de aproximação regional entre ambos, mas sim, por uma série de fatores vinculados a estratégia “Entente-Cordiale”⁴. Bem como ao desenvolvimento do primeiro grande projeto de cooperação bilateral entre os países a Rodovia Karkoram Highway. Somando a isso a importância histórica do desenvolvimento nuclear; o relevante teor histórico e estratégico do Porto de Gwadar para o Paquistão também é considerado como um dos pontos fundamentais para a compreensão das relações históricas entre Pequim e Islamabad.

Além disso, a partir de uma perspectiva de autores como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, José Luís Fiori e Paulo Fagundes Visentini, nota-se a importância de debater o contexto do Oceano Índico para o século XXI e de como este cenário reflete diretamente nas estratégias da China para o Paquistão, tanto em termos econômicos, quanto políticos e securitários, refletindo por fim em pesados investimentos diretos chineses em infraestrutura a partir, especialmente, no século XXI culminando com o China-Pakistan Economic Corridor. Ultrapassando, de fato, até mesmo os investimentos externos dos Estados Unidos.

¹ Este subcapítulo está baseado a partir da seção ‘Desdobramentos históricos do Porto de Gwadar’ e ‘Importância Geoestratégica do Baluchistão’ presentes no artigo: ‘Porto de Gwadar: O Eixo Geoestratégico do Corredor Econômico China-Paquistão’ apresentado no V EBERI na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2018, bem como atualizado e publicado na Revista Conjuntura Austral da UFRGS edição de dezembro/2019.

² Este subcapítulo está baseado a partir da seção ‘O Contexto Geopolítico do Oceano Índico na perspectiva da Nova Rota da Seda’ presente no artigo: ‘Porto de Gwadar: O Eixo Geoestratégico do Corredor Econômico China-Paquistão’ apresentado no V EBERI na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2018, bem como publicado na Revista Conjuntura Austral da UFRGS edição de dezembro/2019.

³ Este subcapítulo está baseado a partir do artigo ‘China: a instrumentalização da OCX como um dos pilares para a consolidação da Nova Rota da Seda’ apresentado no II SICP na UFRGS no ano de 2018 e presente nos anais deste Seminário: <https://www.ufrgs.br/iisicp/anais/>.

⁴ A “Entente-Cordiale” foi o termo utilizado por John Garver (2002, p.386) para definir a parceria estratégica entre China e Paquistão desde 1963. Existem três aspectos desde relacionamento: Apoio da China ao Paquistão em seus contenciosos com a Índia; Apoio chinês aos esforços econômicos e militares paquistaneses para resistir à dominação Indiana e consultas frequentes entre lideranças e elites políticas (RIBEIRO, 2014, p.47).

3.1 A “ENTENTE-CORDIALE”

Ao longo de sua história o Paquistão teve como aporte a cooperação com Pequim para a construção de grandes obras de infraestrutura como, por exemplo, a rodovia Karakoram Highway no período entre os anos de 1965 a 1978 (QAZI, 2016). Além disso, destacam-se as vendas de armas de Pequim para Islamabad e o desenvolvimento nuclear, sendo importante mencionar a instabilidade regional entre Índia e Paquistão e o ‘apoio’ histórico dos chineses para o Paquistão (SMALL, 2015; COHEN, 2004).

Dentro do aspecto estratégico o Paquistão teve na sua aproximação com a China um importante aliado regional desde o início de sua independência em contrapartida aos interesses indianos. De fato, “o Paquistão foi o primeiro país muçulmano a reconhecer o povo da República Popular da China em 4 de janeiro de 1950” (RIZVI, 1993, p.140, tradução nossa). Muito embora Pequim tenha se posicionado de forma neutra como no caso dos históricos conflitos diretos entre paquistaneses e indianos, a China procurou alicerçar sua aproximação com Islamabad a partir de fatores como: a Guerra Sino-Indiana de 1962 que significou a aproximação em 1963 com o Paquistão; as quatro guerras entre Paquistão-Índia (1947; 1965; 1971; 1999); as fontes insurgentes jihadistas; a proximidade geográfica e de grupos extremistas do Afeganistão; a região muçulmana de Xinjiang⁵ e; a localidade geoestratégica do Paquistão como conector para gás e petróleo do Oriente Médio e da Ásia Central (SMALL; 2015; MALIK, 2016; 2018; VISENTINI, 2011; PAUTASSO, 2011; GARVER, 2001).

As relações entre os estados da China e do Paquistão se deram a partir do início da independência do Paquistão no pós Segunda Grande Guerra Mundial. O importante passo para as relações de “amizade fraterna” (MALIK, 2016; 2018) entre estes dois países está no reconhecimento diplomático por parte de Islamabad da República Popular da China (RPC) na década de 1950, além de manter-se como importante aliado nas duas décadas subsequentes de isolamento político chinês 1960-1970 (AFRIDI & BAJORIA, 2010). Assim, parte de uma compreensão histórica de que “(...) Os paquistaneses amam a China pelo que podem fazer por eles, enquanto os chineses amam os paquistaneses, apesar do que fazem por si mesmos” (SMALL, 2015, p.X, tradução nossa).

⁵ “Xinjiang - a região rebelde de maioria muçulmana no noroeste da China - e o papel que as lutas da China com o terrorismo têm desempenhado na relação sino-paquistanesa. Enquanto o Paquistão já foi a principal saída religiosa e econômica para os uigures, habitantes indígenas muçulmanos de Xinjiang, tornou-se agora sua principal conexão com o mundo do extremismo” (SMALL, 2015, p.4, tradução nossa).

Neste sentido, os laços milenares entre Islamabad e Pequim estiveram sempre ligados às questões referentes tanto ao intercâmbio cultural como através das relações que se davam a partir da antiga Rota da Seda entre persas e o Império Chinês (QAZI, 2016). Somado a isso, a conturbada independência paquistanesa do antigo Império Britânico já em seu início foi colocada em rivalidade com a Índia no que tange a região da Caxemira. De fato, a partir disso ocorreu o que seria o primeiro conflito entre estes dois estados recém-independentes persistindo este embate atualmente (ASHRAF, 2016; SMALL, 2015). Enquanto isso, na década de 1950, as relações sino-paquistanesas mantinham-se limitadas em termos econômicos comerciais tendo como perspectiva relações limitadas a comercialização de juta, algodão, arroz, têxteis, artigos de couros e carvão (RIZVI, 1993).

O fator indiano⁶ é o grande motivo da aproximação da China com o Paquistão em todos os níveis. Assim, a preocupação chinesa está vinculada ao espectro das rivalidades regionais entre Índia e Paquistão que significam uma das maiores preocupações das potências globais, tendo como principais conflitos a título ilustrativo: a Guerra Indo-Paquistanesa 1947-1948; a Guerra Indo-Paquistanesa 1965; a Guerra de Independência de Bangladesh 1971; e a Guerra de Kargil 1999. Neste contexto de intensos conflitos geopolíticos, há de salientar o desenvolvimento nuclear indiano e posteriormente o importante financiamento com investimentos diretos chineses no que tange o desenvolvimento nuclear⁷ do Paquistão que teve como finalizado no final do século XX, no ano de 1998 (SMALL, 2015; VISENTINI, 2011).

⁶ “Após a Guerra Sino-Indiana de 1962, a disputa pela Caxemira passou a fazer parte das relações triangulares China-Índia-Paquistão [...]. De fato, os líderes chineses frequentemente declaravam o apoio da China ao Paquistão contra a Índia, enquanto qualificavam e limitavam cuidadosamente as obrigações assumidas pela China por meio de tais declarações. Na questão crítica da Caxemira, na conclusão de uma visita de Zhou Enlai ao Paquistão em fevereiro de 1964, o comunicado conjunto "expressou a esperança de que a disputa da Caxemira fosse resolvida de acordo com os desejos do povo da Caxemira, conforme lhes foi prometido, pela Índia e pelo Paquistão." Assim, a China se alinhou atrás do Paquistão na questão crítica da Caxemira” (GARVER, 2001, p.192-193, tradução nossa).

⁷ “Durante décadas, os laços secretos de Pequim com Islamabad se aproximaram mais do que a maioria das alianças formais. Fundado em uma inimizade compartilhada com a Índia, o apoio da China ao Paquistão foi tão profundo que se dispôs a oferecer o melhor presente de um estado para outro: os materiais que os cientistas nucleares do Paquistão precisavam para construir a bomba. O Paquistão atuou como backdoor da China durante seus anos de isolamento diplomático, a ponte entre Nixon e Mao, e a linha de frente nas lutas de Pequim com a União Soviética durante os últimos estágios da Guerra Fria. Agora, o Paquistão é uma parte central da transição da China de uma potência regional para uma global. O país está no centro dos planos de Pequim para uma rede de portos, oleodutos, estradas e ferrovias conectando os campos de petróleo e gás do Oriente Médio às megacidades do leste da Ásia. Seu litoral está se tornando um ponto de partida crucial para a decolagem da China como potência naval, estendendo seu alcance desde o Oceano Índico até o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo. A penetração dos serviços de inteligência do Paquistão nos cantos mais escuros das redes jihadistas globais é um trunfo vital para a China à medida que avança em seus interesses crescentes no mundo islâmico e busca sufocar o apoio às atividades militantes que representam uma das mais graves ameaças a estabilidade interna da China” (SMALL, 2015, p.1, tradução nossa).

3.2 RODOVIA KARAKORAM HIGHWAY⁸

Posteriormente ao primeiro conflito entre Nova Déhli e Islamabad em 1947, ocorreu no ano de 1965 à segunda Guerra entre o Paquistão e a Índia, a qual pode ser compreendida como importante exemplo de cooperação entre Pequim e Islamabad em todos os níveis. De acordo com isso, ambos os governos notaram a necessidade de construir uma rodovia que ligasse a Província chinesa de Xinjiang à região de Punjab, mais precisamente a capital do Paquistão. O projeto intitulado de Karakoram Highway (KKH) foi de suma importância para a consolidação da infraestrutura entre os dois países, mas mais do que isso, significava o primeiro grande esforço chinês em prol de uma integração bilateral mais assertiva no que se refere ao Paquistão. A obra contou tanto com investimentos diretos da China quanto com a criação da empresa militar estatal Frontier Works Organization⁹ (FWO) no ano de 1966, gerando um elo de extrema relevância até os dias de hoje entre China-Paquistão (QAZI, 2016). O mapa 1 ilustra os pontos de conexão criados pela construção da KKH entre os anos de 1965-1978 (Kashgar-Islamabad) e posteriormente a ampliação para o Corredor de Karakoram China-Paquistão até os portos de Karachi e Gwadar (RIBEIRO, 2014).

⁸ “Precedentes à construção da rodovia Karakoram Highway: além da Guerra Sino-Indiana de 1962, “quatro grandes tratados e protocolos assinados em 1963 sinalizaram o início de uma nova era nas relações Paquistão-China. Estes incluíram o acordo comercial dando o "tratamento da nação mais favorecida" para o outro no comércio e expedição em janeiro; o acordo de fronteira em março; o ar acordo de transporte em agosto; e o acordo de troca em setembro” (RIZVI, 1993, p.141, tradução nossa).

⁹ A Frontier Works Organization (FWO), a empresa de construção mais versátil e vibrante de hoje, foi criada em 31 de outubro de 1966 para realizar um milagre e esculpir uma estrada moderna, a Karakoram Highway, através de penhascos e fendas das montanhas mais altas do mundo. Foi no estágio de conclusão da KKH que o governo analisou o tremendo potencial do FWO na realização de projetos de engenharia civil em áreas difíceis e inóspitas e decidiu não apenas manter o FWO existente, mas também expandir seus tentáculos em todo o país (SITE OFICIAL FWO). Para saber mais sobre acessar: <https://www.fwo.com.pk/>.

Figura 1 - A Rodovia Karakoram Highway



Fonte: Ribeiro (2014, p.48).

Nesse sentido, a KKH teve um papel crucial na interligação estratégica da China com o Paquistão, tendo como perspectiva a interconexão via infraestrutura física utilizando um montante de mais de 8.000 toneladas de explosivos e aproximadamente 80.000 toneladas de cimento. Fomentando o comércio entre os dois países, tendo como base o trajeto da antiga Rota da Seda. Nas questões voltadas para a mão de obra foram envolvidos em média 15.000 homens, 1.200 veículos e mais de 1.000 peças de maquinários fabris para a construção e consolidação da Rodovia fase 1 durante 13 anos (QAZI, 2016; SMALL, 2015; GARVER, 2001).

De acordo com isso, esse projeto teve outras obras que o antecederam, sendo uma delas a Estrada do Indus Valley, essa construída por os engenheiros do Exército do Paquistão em 1959, a qual passou a ligar a região do Gilgit às principais cidades deste país. Conforme visto anteriormente, o fator chave para a construção da Karakoram foi o conflito Indo-paquistanês de 1965. Somado a isso, a relação estratégica entre Paquistão e China foi identificada quando os chineses:

[...] consentiram em construir uma estrada semelhante ao lado do passe Khunjerab, ligando cidades chinesas como Tash-Kurgan, Kashgar e Urumchi ao Paquistão. A China também ofereceu assistência na forma de máquinas e equipamentos de construção de estradas para a construção de pontes sob a acordos assinados em 1966 e 1967. Essa ligação foi inaugurada em fevereiro de 1971. Dois anos depois, a China e o Paquistão decidiram transformar essa estrada em uma rodovia de padrão internacional. Os chineses ofereciam máquinas, equipamentos e material de construção, e seu trabalho trabalhou junto com o trabalho paquistanês neste projeto. A força de trabalho total era de 24.500, incluindo os chineses (RIZVI, 1993, p.161, tradução nossa).

Além disso, o fator Xinjiang para a China torna-se primordial para a interconexão entre essa região e o Paquistão, tendo em vista a importância da infraestrutura de transportes para fomentar o crescimento e desenvolvimento dessa região muçulmana com saída para o mar Árábico fluxo internacional de gás e óleo (RIZVI, 1993). A parceria entre os dois países para a finalização da primeira etapa da Rodovia 1965-1978 significou um importante passo para um estreitamento cada vez maior das relações bilaterais entre Islamabad e Pequim (SMALL, 2015).

Por fim, a KKH é utilizada como um importante fluxo de numerosos religiosos e políticos muçulmanos chineses que anualmente vão a cidade de Meca na Arábia Saudita. Ou seja, a construção e consolidação da KKH ao longo da formação do Estado paquistanês é identificada como uma obra que ultrapassa os interesses de infraestrutura de transportes apenas. A ampliação da Rodovia no século XXI a partir do CPEC tem como foco ampliar as capacidades deste projeto, tendo em vista a utilização da Karakoram Highway como interconexão a mercadorias de grande porte até os portos de Gwadar e Karachi atendendo os três níveis de parceria estratégica entre Paquistão e China: militar; econômico e comercial (MALIK, 2016; 2018; RAHUL, 2018; KHAN, 2018).

3.3 DESENVOLVIMENTO NUCLEAR

Além das dificuldades advindas da geografia territorial entre China e o Paquistão, onde suas fronteiras estão entre as Montanhas Karakoram, sendo a Rodovia Karakoram Highway a com maior altitude do mundo (HUSAIN, 2015; IQBAL, 2018). Somam-se a isso, as questões geopolíticas com a Índia, além dos grupos terroristas, extremistas e fundamentalistas que apresentam um elevado grau de problemas com os quais o governo de Islamabad teve e tem de gerir, no qual considera Pequim como um parceiro fundamental e primordial no mais alto nível de cooperação para estabilidade tanto interna quanto regional e internacional (QAZI, 2016; SMALL, 2015).

Diante disso, enquanto o Projeto de KKH estava em andamento, ocorreu a Guerra de Independência do Bangladesh no ano de 1971 envolvendo mais uma vez o confronto entre Paquistão e a Índia. Assim, “(...) Se a relação militar está no coração dos laços entre a China e o Paquistão, as armas nucleares estão no centro das relações militares” (SMALL, 2015, p.29, tradução nossa). Ou seja, o desenvolvimento nuclear significa o laço estratégico central para as relações entre os dois países. Com a derrota de Islamabad na Guerra de 1971, intensificou-se a preocupação deste com o desenvolvimento do arsenal nuclear indiano que em 1974 já realizava

testes. De fato, o Paquistão encontrava-se cada vez mais em desvantagem, notando isso conjuntamente, a China passou então a fornecer recursos militares e tecnológicos para o desenvolvimento do armamento nuclear que passaria a ser um importante instrumento de dissuasão tanto para o Paquistão quanto para a própria China frente à expansão regional indiana (COHEN, 2004).

Observa-se que a cooperação nuclear entre China-Paquistão era de suma importância para ambos, pois a própria China via-se obrigada a desenvolver seu armamento nuclear próprio, ainda mais depois de 1955, ano em que ocorreu a intervenção norte-americana em Taiwan e a própria desistência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em auxiliar a China. De fato, identifica-se o elo de cooperação que foi sendo criado entre China e Paquistão diante das dificuldades advindas de parcerias com o Ocidente e com a própria URSS (SMALL, 2015).

Neste período de Guerra Fria, quando começou a ocorrer a preeminência de uma possível Guerra no Afeganistão por parte da URSS, o governo norte-americano passou a priorizar o fomento ao desenvolvimento nuclear chinês, tratando Pequim como um parceiro geoestratégico no conflito que se iniciaria em 1979. Uma atenção especial foi colocada estrategicamente pelos EUA na parte de cooperação com a China para o “desenvolvimento tecnológico ordenado e no fluxo de tecnologia comercial e militar. O Paquistão foi certamente uma das primeiras fontes desse fluxo” (SMALL, 2015, p.38, tradução nossa). Ou seja, o desenvolvimento nuclear passou a ser pauta prioritária nas relações sino-americanas, contribuindo para a transferência direta da China para o Paquistão, uma vez que Pequim desenvolvia sua planta nuclear à Islamabad¹⁰ (COHEN, 2004).

Pode-se dizer que os conflitos entre China-Índia e Paquistão-Índia mantêm os problemas relacionados ao armamento nuclear como uma forma de dissuasão entre estes países há longos anos. Assim, os governos ao longo da história têm buscado interagir de forma a cooperar e promover acordos tendo como foco gerar um ambiente pacífico frente aos riscos dos grupos extremistas, especialmente vinculados à região da Caxemira (RAJAIN, 2005). Neste contexto, Pequim tem sido um ‘parceiro para todos os climas’ com Islamabad, exemplo disso foi quando

¹⁰ “Cooperação nuclear sino-americana e a cooperação com o Paquistão: Há evidências de que os chineses foram bem-sucedidos em assimilar seu programa de armas nucleares da tecnologia dos Estados Unidos em áreas como alto explosivo, radioquímica, metalurgia, soldagem, supercomputadores, modelagem numérica, fotônica de alta velocidade e perfuração subterrânea. A tecnologia e os contínuos esforços chineses foram, na década de 1980 e no início dos anos 90, uma melhoria qualitativa das ogivas. O agradecimento por isso, no entanto, deveu-se ao “contato aberto com os cientistas dos EUA e à tecnologia e à aquisição secreta da tecnologia dos EUA”, 83 não para os paquistaneses. Nessa época, as trocas militares e as vendas de armas entre Estados Unidos e China haviam se tornado cada vez mais normalizadas, chegando a US \$ 5 bilhões em 1985. Qualquer que seja o acordo que Bhutto tenha feito com Mao, fica claro quem conseguiu o melhor resultado” (SMALL, 2015, p.39, tradução nossa).

mesmo com a oposição internacional, a China vendeu lançadores M-11 ao Paquistão no início da década de 1990, sofrendo com retaliações norte-americanas (SMALL, 2015).

Ao longo da década de 1990 a China seguiu apoiando o desenvolvimento nuclear paquistanês, tendo como perspectiva a aliança geoestratégica de Islamabad frente às condicionantes regionais com a Índia, especialmente (RAJAIN, 2005). A cooperação nuclear bilateral entre ambos os países significou um elo de confiança mútua que representou o desenvolvimento tanto para o âmbito político como econômico e principalmente militar. Para os Estados Unidos a China significava o parceiro necessário para auxiliar e manter o Paquistão de acordo com as normas internacionais de desenvolvimento nuclear evitando tensionamentos com o lado indiano, o que de não foi possível impedir a Guerra de Kargil no ano de 1999 (ARANTES JÚNIOR, 2003). Nesse sentido, a Guerra do Kargil passou a ser inevitável na região da Caxemira, segundo Andrey Small:

[...] na primavera de 1999, o Paquistão se infiltrou com 1000 tropas de suas forças paramilitares, mais a infantaria da luz do norte, através da linha de controle na Caxemira. [...] E ao contrário de 1965, a China não forneceria nenhum tipo de apoio para a posição do Paquistão, trabalhando em silêncio com os Estados Unidos para cortar o terreno político sob seus pés. [...] Como a situação em Kargil começou a fugir do controle do Paquistão, a garantia do apoio internacional começou a se tornar a única opção de Islamabad, além de uma séria escalada do conflito ou de uma derrota total (SMALL, 2015, p.57-58, tradução nossa).

Frente a este contencioso, Pequim procurou junto aos Estados Unidos mediar um acordo de paz entre paquistaneses e indianos, uma vez que era importante do lado de Pequim demonstrar imparcialidade após ter apoiado a finalização do desenvolvimento nuclear paquistanês no ano de 1999 (COHEN, 2004). Com isso, Islamabad e Nova Dehli, ainda em 1999 passaram a negociar a Declaração de Lahore e Memorando de Entendimento¹¹ tendo

¹¹ A Declaração e os Memorandos continham as seguintes disposições:

“1. As duas partes deverão realizar consultas bilaterais sobre conceitos de segurança e doutrinas nucleares, com vistas a desenvolver medidas para aumentar a confiança nos campos nuclear e convencional, visando evitar conflitos. 2. Os dois lados comprometem-se a notificar-se previamente dos testes de voo com mísseis balísticos e concluem um acordo bilateral a esse respeito. 3. As duas partes estão totalmente comprometidas em adotar medidas nacionais para reduzir os riscos de uso acidental ou não autorizado de armas nucleares sob seu respectivo controle. Os dois lados comprometem-se ainda a notificar-se imediatamente no caso de qualquer incidente acidental, não autorizado ou inexplicável que possa criar o risco de uma precipitação com consequências adversas para ambos os lados, ou um surto de guerra nuclear entre os dois países para adotar medidas destinadas a diminuir a possibilidade de tais ações ou que tais incidentes sejam mal interpretados pelo outro. Os dois lados devem identificar / estabelecer o mecanismo de comunicação apropriado para esse fim. 4. Os dois lados continuarão a respeitar sua moratória unilateral na condução de novas explosões de testes nucleares, a menos que um dos lados, no exercício de sua soberania nacional, decida que eventos extraordinários prejudicaram seus interesses supremos. Esta declaração está enterrada sob as neves de Kargil, que levará muito tempo para derreter. O Acordo de Shimla e a Declaração de Lahore, enfatizando o bilateralismo, fornecem um bom ponto de partida. Um renascimento do processo de Lahore pode ser

como perspectiva reduzir os riscos perante as questões ligadas ao desenvolvimento nuclear de ambos os países (RAJAIN, 2005).

3.4 PORTO DE GWADAR

A Figura 2, abaixo, ilustra a importância geoestratégica do Porto de Gwadar para a interconexão da China com o Golfo Pérsico a partir do Paquistão. Dessa forma, a região de Xinjiang da China passa a ter saída para o mar se conectando ao centro global de oleodutos e gasodutos. Enquanto isso para Islamabad esse Porto é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento econômico mais equânime de seu território, tendo em vista que Gwadar se encontra na região mais pobre economicamente do país o Baluchistão.

Figura 2 – A posição geoestratégica do Porto de Gwadar



Fonte: CPEC's Regional Spread. 2016, FWO Archives, www.fwo.com.pk.

Dessa forma, o Porto de Gwadar reflete um esforço histórico do governo do Paquistão. Islamabad já via a necessidade de criação do Porto desde 1964, porém durante o período da Guerra Fria, o que avançou foi a fundação em 1977 do distrito de Gwadar. De fato, o país não conseguiu angariar recursos externos para que o projeto fosse adiante no período da

complementado pela Convenção Internacional sobre Notificação Antecipada de um Acidente Nuclear (restrito a instalações que não são de armas)” (RAJAIN, 2005, p.365, tradução nossa).

bipolaridade. No início dos anos 1990, em 1993 o governo apontou para um projeto ferroviário e rodoviário que ligasse a região de Gwadar ao restante do país (MALIK, 2016).

Concomitante aos principais investimentos diretos chineses ao longo da história com o Paquistão no que tange a rodovia KKH, venda de armas, e cooperação nuclear, houve também a presença de capital chinês referente à construção já no século XXI do Porto de Gwadar a partir de 2001, após a desistência de investidores da Cingapura que alegaram falta de segurança na conflituosa região do Baluquistão. Com isso, a empresa chinesa Chinese Overseas Ports Holding Company Ltd¹² (COPHCL) interessou-se pelo Projeto, passando então a financiar o desenvolvimento do Porto obtendo concessão de 40 anos a partir da finalização da primeira fase em 2006, sendo criada a empresa China Overseas Ports Holding Company Pakistan (Pvt.) Ltd. em 2013, filial no Paquistão de capital chinês (MALIK, 2016).

Atrelado a esse contexto de investimentos, o pós Guerra Fria apresentava novas condicionantes ligadas a região da Ásia Central e Meridional, uma destas condicionantes está intrinsecamente vinculada ao desinteresse inicial dos Estados Unidos pela região já que não havia mais o risco da presença da URSS, além de seu próprio insucesso no sistema internacional e a consolidação da desordem internacional (RAMO, 2004; HOBSBAWN, 1995; IQBAL, 2018; PAUTASSO, 2011; SWASTRÖN, 2011; VIZENTINI, 2004). Somado a isso, o fim do socialismo soviético abria um vácuo de poder na região que precisava ser redirecionado por alguma potência regional, a qual a China passava identificar cada vez mais seu papel de protagonista no cenário internacional. Islamabad tinha mais uma vez na China a oportunidade de desenvolver sua relação com Pequim priorizando na década de 1990 a finalização do desenvolvimento nuclear (MALIK, 2016; SMALL, 2015).

Diante disso, o fim do século XX com a Guerra de Kargil (região na Caxemira) e a entrada do século XXI geraram novos desafios a serem enfrentados pelas relações China-Paquistão, principalmente no que se refere à Guerra Contra o Terror, na qual a China sairia como a grande vencedora (ARRIGHI, 2008). Pequim pôde ao mesmo tempo utilizar do pós Crise de 2008 para colocar-se como protagonista no cenário internacional, fundando assim em 2013 a Belt and Road Initiative no qual o Paquistão estaria dentro do mais importante Corredor Econômico e significando um novo momento para as relações entre os dois estados, com a

¹² O Paquistão é uma empresa filial da COPHC, uma empresa emergente e de rápido crescimento em Hong Kong. Registrou seu Escritório Regional no Paquistão. A China Overseas Ports Holding Company Limited, a COPHC assumiu orgulhosamente o comando do recentemente desenvolvido Porto de Gwadar e da Zona Franca de Gwadar em 16 de maio de 2013 por 40 anos (conforme contrato de concessão). O objetivo da empresa é desenvolver o porto mais estrategicamente bem localizado da região em um centro de comércio marítimo em toda a região, incluindo a Região da Ásia Central (CAR) sem litoral, em geral, e o Paquistão em particular (SITE OFICIAL COPHC) Para saber mais sobre acessar: <http://cophcgwadar.com/index.aspx>

assinatura do Acordo no ano de 2015, além da entrada paquistanesa na Organização de Cooperação de Xangai como membro permanente em 2016 (MALIK, 2016; PAUTASSO, 2017; YIWEI, 2016).

3.4.1 Desdobramentos Históricos do Porto de Gwadar

O Porto de Gwadar está inserido em uma região preponderantemente de *Balochis*, população com forte anseio separatista e que luta pela islamização do Estado, priorizando o aparato público e a reforma agrária. Os grupos radicais na região têm sido monitorados constantemente pelos sucessivos governos do Paquistão, principalmente após a Guerra do Bangladesh, em 1971, que teve significado trágico para o poder central do país. Assim, movimentos de apoio à *Sharia* e as ligações com grupos radicais do Afeganistão e Irã põem em xeque a estabilidade regional do Baluchistão para o seu pleno desenvolvimento (COHEN, 2004; SMALL, 2015).

Com isso, a representatividade da região, tanto em termos populacionais quanto em termos econômicos e políticos, está voltada, justamente, aos investimentos em obras de infraestrutura, visando a ampliar e melhor conectar a região ao poder central do Punjab, bem como ao Porto de Karachi, o que será um fator determinante para a estabilidade de longo prazo do Baluchistão. A consolidação dos projetos dentro da perspectiva do Corredor Econômico faz parte desta compreensão frente às ondas separatistas, mesmo que possam não representar um alto grau de risco evidente no que tange à separação territorial (MALIK, 2016; 2018; KHAN, 2019).

Somado a isso, o próprio contexto histórico de formação da região é verificado com grandes entraves para a articulação dentro da esfera interna do Estado paquistanês. Assim, o fato de as áreas dominadas antigamente pelo Reino Unido serem compostas na região do atual Paquistão e Índia por estados principescos, que tinham como finalidade, justamente, manter a partilha como forma de desestabilização regional, acabaram contribuindo, até hoje, para a manutenção de grupos que inibem a eficiência do governo, sendo que, em alguns casos, o Estado só entra com permissão destes (COHEN, 2004).

A estabilidade do Baluchistão depende muito, também, das relações entre Islamabad junto ao Afeganistão. Marcados por conflitos históricos desde a independência paquistanesa, a Linha de Durand é um reflexo destas disputas territoriais, onde se misturam com os grupos separatistas e, muitas vezes, se confundem com as ações de próprios grupos extremistas como

o Talibã. Há um receio veemente do Paquistão por uma articulação entre afegãos e indianos, que poderiam unir-se para desestabilizar as fronteiras ocidentais do país (FAIR, 2014).

Dentro deste cenário, no ano de 1958, Gwadar foi inserida ao território paquistanês. Anteriormente, fazia parte do Sultanato de Omã, que, por sua vez, esteve sob posse britânica por volta de 200 anos. Com a independência do Paquistão e da Índia, em 1947, o território passou a ser administrado por um indiano, muito embora, segundo fontes oficiais, não tivesse ocorrido interesse por parte de Nova Délhi em anexá-lo. Assim, o Paquistão comprou a região com um custo em torno de 3 milhões de dólares e a região pesqueira passou a fazer parte do Baluchistão (KANWAL, 2018; SMALL, 2015).

Atrelada a isso, a anexação do território com características naturais para um porto de águas profundas tornava-se cada vez mais importante para os interesses paquistaneses em nível econômico e nível securitário. Assim, o governo de Islamabad solicitou a construção do Porto em 1964, sendo que a empresa norte-americana *US Geological Survey* havia realizado um estudo sobre a viabilidade da construção deste em 1954, identificando a região como tendo importantes características portuárias. Porém, na época, o Paquistão não detinha recursos suficientes para a consolidação desta obra, até mesmo pelo conturbado período entre duas guerras contra a Índia entre 1965 e 1971, esta última resultando na independência de Bangladesh (MALIK, 2016; SMALL, 2015; KANWAL, 2018).

Dessa forma, no período que podemos chamar de entre guerras (1965-1971), identificava-se como crucial para a estabilidade interna do Paquistão como estado recém-independente e junto a isso, a região do Baluchistão, onde está inserido Gwadar. Esta região passaria a ser uma alternativa geoestratégica para o país, haja vista que, em 1971, as tropas militares indianas ocuparam o Porto de Karachi, “principal base operacional para a marinha paquistanesa” (SMALL, 2015, p. 103), significando, em termos práticos, que o governo de Islamabad teria de angariar recursos e parceiros para desenvolver esse projeto [Porto de Gwadar] o mais breve possível (SMALL, 2015).

Partindo desta percepção estratégica, em 1977, Gwadar tornou-se um distrito e, assim, a região passava a ter uma administração mais independente frente ao Baluchistão e, ao mesmo tempo, significava um enfoque mais particular sob os problemas a serem resolvidos para que o Projeto pudesse ser concretizado. De fato, este Porto passaria a ser o terceiro do país junto ao de Karachi e de Qasim, com uma geografia de aproximadamente 600 km de extensão da sua costa e capacidade para receber submarinos e porta-aviões (SMALL, 2015; MALIK, 2016).

Diante disso, mesmo com a percepção paquistanesa do desenvolvimento da região, a década de 1970 representava um momento de instabilidade interna de grandes proporções, haja

vista os embates que se sucederam até a independência do Bangladesh em 1971, os movimentos separatistas no Baluchistão (1973-1975) e, por fim, os antecedentes para a Guerra do Afeganistão, em 1979. Ou seja, os gastos e o enfoque nestes conflitos postergavam mais uma vez a concretização do projeto de Islamabad, que tinha, nessa década, forte apoio chinês para o seu desenvolvimento nuclear frente ao estado indiano (SMALL, 2015; MALIK, 2016). Além disso, o Paquistão foi, na década de 1980, “um parceiro vital [dos Estados Unidos] para expulsar a União Soviética do Afeganistão” (COHEN, 2004, p. 1).

Na década de 1990, com o eminente fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os Estados Unidos passavam a “abrir mão” de suas parcerias com o Paquistão, pois havia uma compreensão de que o risco socialista não se fazia mais presente, ou seja, Islamabad, assim como os outros estados do mundo, teria de se adaptar às condicionantes “irreversíveis” do capitalismo ocidental (RAMO, 2004; HOBBSAWN, 1995; IQBAL, 2018; PAUTASSO, 2011; SWASTRÖN, 2011; VIZENTINI, 2004).

Nesta perspectiva, as relações de amizade com a China passariam a ter um status fundamental na estabilidade interna e na inserção externa do país. Partindo desta premissa, no ano de 1993, o governo paquistanês apontou, mais uma vez, para a construção do Porto e a sua importância estratégica no que tange a ser o terceiro porto de água profunda no país, além da necessidade de uma melhor conexão do território com o restante do Estado através de rede de rodovias e ferrovias (MALIK, 2016).

Nesse sentido, a entrada do século XXI, com a preeminência do crescimento econômico chinês, a partir da perspectiva Going Global (BERNASCONI-OSTERWALDER; JOHNSON; ZHANG, 2013) e o próprio contexto interno do Paquistão frente ao pós-Guerra de Kargil, no ano de 1999, contra a Índia, corroborava para o entendimento na construção definitiva do Porto. De acordo com isso, a partir de 2001, após a desistência de investidores da Cingapura, que alegaram falta de segurança na conflituosa região do Baluchistão, a empresa chinesa *Chinese Overseas Ports Holding Company Ltd* (COPHCL) interessou-se pelo Projeto, passando a financiar o seu desenvolvimento, criando a Autoridade Portuária de Gwadar em 2003 e obtendo concessão de 40 anos a partir da finalização da primeira fase em 2006, sendo criada a empresa *China Overseas Ports Holding Company Pakistan (Pvt.) Ltd.* em 2013, filial no Paquistão de capital chinês (MALIK, 2016; SMALL, 2015).

De fato, os desdobramentos históricos refletem grandes problemas referentes à própria percepção de movimentos separatistas internos e de elementos externos, como as influências, muitas vezes suspeitas, de soviéticos e britânicos, na época da Guerra Fria, e de norte-americanos e indianos, que acabavam, por vezes, a desestabilizar o poder efetivo do governo

do Paquistão na região. Assim, a China se manteve como importante aliada de Islamabad, enfrentando ataques terroristas de radicais nas construções portuárias e solicitando uma administração o mais transparente possível das autoridades paquistanesas a fim de manter as relações de “amizade”. O China-Pakistan Economic Corridor, em suma, aponta para a consolidação desses laços históricos entre os dois países, muito embora haja entraves latentes nesse empreendimento dentro da *Belt and Road Initiative* (SMALL, 2015; MALIK, 2016; COHEN, 2004).

3.4.2 Importância Geoestratégica do Baluchistão

Tendo em vista as condicionantes de Gwadar, temos como objetivo, nesta seção, compreender, mesmo que brevemente, a origem do Baluchistão, região na qual o Porto está inserido. Primeiramente, identificamos que as condicionantes históricas são os maiores problemas para a estabilidade atual da região. Conforme Cohen (2004) identifica “essa regi[ão] tinha sido levemente governada ou não governada pelos britânicos e continham alguns dos estados principescos mais regressivos do subcontinente” (COHEN, 2004, p. 42). Com isso, o reflexo para os governantes atuais, tanto da província quanto do país, é de que, em algumas localidades deste território, o Estado só pode entrar quando efetua pagamento de “pedágios” (COHEN, 2004). Ou seja, a região tem, nestes grupos extremistas, problemas internos que fazem o governo de Islamabad manter uma política interna de estabilização a partir de apoios históricos como dos Estados Unidos e da China, dada também a importância deste território fazer divisa com o Afeganistão (SMALL, 2015).

Além disso, segundo Cohen para a região do Baluchistão, falta uma classe média, uma liderança, além de a população ser menor do que em relação aos Punjabs; Pashto; Sindhi; e Urbu. De fato, Irã e Afeganistão não têm interesse nenhum em propagar o separatismo *baloch*, pois isso afetaria a estabilidade territorial destes países também. Ou seja, embora haja preocupação quanto aos insurgentes nesta região, promovendo sua importância, para além dos aspectos geopolíticos, é pouco provável que ocorra uma independência do Baluchistão (COHEN, 2004).

Andrew Small ao trabalhar com separatismo e regionalismo, trouxe a perspectiva securitária ao contexto do Porto de Gwadar, uma vez que o Baluchistão detém os mais diversos grupos terroristas com apoio de países e organizações que produzem um eixo de instabilidade na região, capazes de interferir no processo de desenvolvimento de projetos como malhas rodoviárias, ferroviárias, projeção para gasoduto em Gwadar, entre outros, todos ligados à

melhoria econômica regional (SMALL, 2015). O fator Afeganistão é um dos grandes pontos estratégicos para a política de defesa e segurança estabelecida na região, tendo como exemplo a política estadunidense de apoio ao governo do Paquistão contra o Al Qaeda de Osama Bin Laden.

Com isso, Cohen pontua que, em qualquer política abrangente para o Paquistão, incluíse, majoritariamente, os Estados Unidos e a China, devendo ser abordado o relacionamento de Islamabad com Cabul. Assim, foi criado um comitê de segurança tripartite entre Estados Unidos, Paquistão e Afeganistão para monitorar o progresso contra o Al Qaeda e o Taliban. Embora essa iniciativa tenha gerado uma certa “estabilização” política, o Afeganistão e em menor grau o Paquistão são considerados países com governos potenciais para fomento ao terror (COHEN, 2004).

Nesse sentido, a região do Baluchistão tem uma importância vital para o Paquistão dada suas condicionantes políticas, econômicas, sociais e securitárias. No âmbito político, a região tem forte apelo separatista por grupos insurgentes ligados a grupos extremistas “terroristas”, como no caso da Al Qaeda e do Talibã (COHEN, 2004). De fato, o grau de risco torna-se elevado, pois o povo *Baloch* está localizado exatamente na fronteira com o Afeganistão, principal eixo de instabilidade contemporânea da Ásia. Neste sentido, tanto os Estados Unidos, quanto a Índia e a própria China têm uma postura mais crítica ao Paquistão devido a um suposto “apoio histórico” deste país a estes grupos (COHEN, 2004; SMALL, 2015; YIWEI, 2016).

No âmbito econômico, a província tem pouca representatividade dada sua geografia árida, ou seja, pouco propensa à produção, sendo que o Paquistão é um Estado fundamentalmente agrário. Com isso, a importância dos investimentos diretos externos adquire maior relevância em que os objetivos de crescimento e desenvolvimento econômico corroborem para uma maior estabilização interna dos grupos insurgentes regionais, tanto no nível interno quanto externo do país. Vinculado a essas condicionantes, o âmbito social está intrinsecamente ligado a um sentimento de nação separado dos interesses dos *Punjabs*, região mais rica e desenvolvida do Paquistão onde se encontra Islamabad, a capital do país. Assim, tendo como exemplo prático, quando o China-Pakistan Economic Corridor foi assinado entre China e Paquistão, em 2015, nos parâmetros estabelecidos pela Belt and Road Initiative, a disputa entre os projetos da Rota Leste e Oeste colocaram mais uma vez em jogo a verdadeira importância do Baluchistão, pois Punjab foi priorizada mais uma vez, aumentando a instabilidade interna entre os representantes políticos do Leste com o Oeste (COHEN, 2004; MALIK, 2016, 2018).

No âmbito securitário, a região do Baluchistão tem, segundo Small, duas condicionantes fundamentais, que são os interesses geopolíticos e ideológicos. Embora ambos se complementem, este autor identifica o segundo como o ponto principal para a instabilidade interna do Paquistão (SMALL, 2015). Ou seja, os grupos terroristas paquistaneses geram uma forte instabilidade através de preceitos ideológicos fundamentalistas, que refletem uma preocupação baseada nos preceitos chineses do chamado “três males”: separatismo, extremismo e terrorismo (VISENTINI, 2011; PAUTASSO, 2017; XI JINPING, 2014).

Dentro do escopo geopolítico, para Small, este estaria em segundo plano, porém não deixando de ser importante para definir as políticas estratégicas de segurança e defesa nacional do país. Assim, o entrelace dos interesses do Paquistão, em conjunto com os Estados Unidos e a China desde o período da Guerra Fria, demonstra o quanto o fator localização é importante para definir as estratégias territoriais (SMALL, 2015). Isso evidenciou-se, por exemplo, na década de 1970, quando, no período que precedeu a Guerra do Afeganistão, o Paquistão recebeu amplo apoio da China e dos Estados Unidos tendo na região do Baluchistão um importante eixo estratégico para a estabilização do Afeganistão frente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os próprios interesses indianos e iranianos (COHEN, 2014; RAFFESTIN, 1993).

Sendo assim, o fator da localização geográfica evidencia a importância da estabilidade territorial do Baluchistão para a política interna e externa do Paquistão. Neste sentido, compreende-se que a territorialidade está intrinsecamente vinculada à relação de poder do Estado com a região (RAFFESTIN, 1993). Os movimentos insurgentes e a ideia de Estado Islâmico são grandes inquietudes geradas na fronteira entre Paquistão e Afeganistão, onde os grupos extremistas não identificam as fronteiras políticas como representativas de si próprios (COHEN, 2004). Segundo Raffestin “os limites políticos administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). De fato, Islamabad tem investido fortemente no Porto de Gwadar, visando a ampliar a projeção de poder do político para o econômico na região, corroborando a análise de Raffestin (1993) a respeito do poder político e econômico, em que pese o fator securitário esteja intrinsecamente ligado a estas condicionantes também.

De acordo com estas condicionantes, a entrada do século XXI e seus desdobramentos políticos, econômicos e militares, principalmente no que tange aos ataques de 11 de setembro, demonstraram, ao longo do período, a importância que os Estados Unidos passaram a dar à região do Oceano Índico, em suma, no Oriente Médio, ensejando duas guerras de grandes proporções: a Guerra do Afeganistão, iniciada em 2001, e a Guerra do Iraque, iniciada em 2003

(ARRIGHI, 2008). A Guerra Contra o Terror, instituída pelo governo de George W. Bush (2001-2008) vislumbrou deteriorar grupos terroristas como o Talibã e o Al Qaeda, ambos articulados em vários Estados e que têm no Oriente e na Ásia suas principais bases, sendo o Paquistão um destes países. Foi no Paquistão que Osama Bin Laden foi encontrado e assassinado em 2011. Kaplan (2010), em seu livro *Monsoon: The Indian Ocean and the future of American Power*, identifica a importância da região para os desdobramentos da política externa norte-americana. Segundo Malik, Kaplan prevê que o “Novo Grande Jogo da Ásia será jogado no Oceano Índico¹³, chamando a atenção para os Estados Unidos, China e Índia para a busca por “novas colônias” na forma de controle de água e influências.” (KAPLAN apud MALIK, 2016, p.112, tradução nossa).

Neste sentido, o Porto tem um aspecto fundamental na interconexão da economia do Paquistão à rota marítima internacional. A sua posição reflete os interesses das grandes e médias potências mundiais, estando em um jogo que, se bem utilizado pelo governo do país, poderá servir como margem de barganha para ganho em curto, médio e, principalmente, longo prazo. Ou seja, Gwadar como parte do Corredor significa, em termos práticos, a redução da “distância da rota marítima entre a Europa e a China Ocidental para menos da metade” (QAZI, 2016, p.136).

Anshuman Rahul identifica a importância dada pelo Estado chinês a projetos que tenham em vista reduzir a dependência de Pequim pelo estreito de Málaca, em que pesem os interesses indianos e norte-americanos no Mar do Sul. Assim, aproximar-se via Gwadar do Golfo Pérsico é uma vantagem estratégica, já que quase 40% do petróleo comercializado mundialmente passam por essa região (RAHUL, 2018, p.188). O “Dilema de Málaca” enfrentado pelos chineses é uma das justificativas que fazem parte do discurso de Xi Jinping para estreitar cada vez mais os laços de amizade fraterna entre China e Paquistão (MALIK, 2016; 2018; PAUTASSO, 2017).

Nos planos internos de desenvolvimento econômico paquistanês, a região do Baluchistão que abrange Gwadar está inserida como um importante polo de consolidação da Nova Rota da Seda. Assim, importantes projetos estão inclusos, tais como universidades, hospitais, zonas econômicas especiais, rodovias, ferrovias e a ligação ao porto de Karachi. Dessa forma, fomentar uma cadeia de relações que vise a estabelecer oportunidades de emprego e renda, ao mesmo tempo em que signifiquem a redução das insurgências dos *Balochis*. Neste

¹³O jogo do Oceano Índico será trabalhado no próximo subcapítulo.

ponto, a estabilidade da região representa uma relação mais amistosa e de maior proximidade com o Afeganistão (MALIK, 2016; 2018; QAZI, 2016).

Em contrapartida aos investimentos, o “fator Baluchistão” tem significado um grande entrave para o China-Pakistan Economic Corridor, pois os grupos rebeldes (insurgentes *Balochis*) têm realizado ataques sistemáticos às obras na região. O interesse fundamental deles é que o Baluchistão se desenvolva apenas se for considerada independente do Paquistão. Temem também um aumento de fluxo de estrangeiros em seu território, haja vista a ampliação do Porto, além das outras obras de infraestrutura que estão sendo realizadas na região. Os investimentos diretos chineses, bem como seus civis (trabalhadores chineses) têm sido os principais alvos destes ataques (ABID; ASHFAQ, 2016).

Além disso, outro fator de instabilidade no Paquistão está ligado às suas relações bilaterais com a Índia, marcadas por rivalidades regionais históricas, que acabam interferindo no maior desenvolvimento deste território como um todo. Sob este enfoque, a China tem aumentado sua presença militar no Mar do Sul, vislumbrando seguir, em Gwadar, a sua estratégica ligada ao “colar de pérolas”, interligando este a outros portos regionais e provocando um cerco a presença indiana em âmbitos comerciais e militares (RAHUL, 2018; CARRIÇO, 2007).

Concomitante a isso, a Índia tem se aproximado dos Estados Unidos e este tem fomentado a permanente participação indiana no Oceano Índico. Desta forma, para contrabalancear essa atuação, a China tem trabalhado em conjunto com o Paquistão. Essa estratégia chinesa representa um novo modelo calcado pelo protagonismo chinês no século XXI, o novo sistema sinocêntrico, trabalhando dentro da perspectiva da nova ordem global (ARRIGHI, 2008; PAUTASSO, 2017). Neste sentido, Gwadar ganha um status de importância fundamental para Belt and Road Initiative no sentido não meramente econômico, mas também em termos geopolíticos, como estabilizador regional frente aos interesses, em suma, dos Estados Unidos e de Nova Délhi.

Atrelado a isso, os países da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão) não têm acesso ao mar, quanto menos a um Porto de águas profundas. Diante disso, constata-se a importância da região do Baluchistão como um território que liga importantes regiões da Ásia, além de possuir uma das maiores populações do mundo e deter armamento nuclear, sendo compreendido, desta forma, como um estado estabilizador a partir de sua posição estratégica. Assim, países como os Estados Unidos procuram trabalhar com Islamabad a fins de garantir acesso, por exemplo, ao Afeganistão, a partir desta região (ANWAR, 2013). De fato, a posição geoestratégica da região tem, no desenvolvimento do

porto, uma base para a inserção internacional mais consolidada, embora o grande jogo do Corredor Econômico encaminhe os mais diversos interesses entre as nações envolvidas com a região (XIGUANG, 2016; KHAN, 2018; HALI, 2016; YOUKANG, 2016; ASHRAF, 2016; MALIK, 2016; 2018; QAZI, 2016).

3.5 CONTEXTO DO OCEANO ÍNDICO

Para entender a importância do Porto de Gwadar para o Paquistão e de suas relações com a China, identificamos que é preciso compreender o contexto geopolítico contemporâneo do Oceano Índico, que está respaldado em um “jogo de soma zero”. A respeito disso, Fiori (2011) trabalha a partir de uma perspectiva de que toda relação política é assimétrica, em que os países mais fortes disputam cada vez mais por maiores parcelas de poder no sistema internacional e os estados mais fracos buscam seguir a agenda dos Estados mais poderosos. Assim, o que de fato acontece nada mais é do que uma “pressão sistêmica” por poder e riqueza entre as nações (FIORI, 2009). Ou seja, o Oceano Índico, a partir de vários estudos depreendidos por Giovanni Arrighi (1996; 2008), Wallerstein (1992) estaria no epicentro das disputas no século XXI. Nesse sentido, segundo Yiwei (2016):

[...] a Rota da Seda Marítima do Século XXI reflete a nova ideia da China sobre a cooperação marítima no século XXI. Essa nova ideia sustenta a inovação de modelos de cooperação de transporte, como franquias e coconstrução e compartilhamento de portos. Uma característica proeminente do conceito de cooperação marítima é que ele é inovador e contemporâneo. Em outras palavras, que os defensores da lei são um caminho pacífico de igualdade, sinceridade, benefício mútuo, resultados em favor de todos e desenvolvimento sustentável (YIWEI, 2016, p. 153, tradução nossa).

Fiori demonstra que a “manutenção do poder”, *status quo*, conseqüentemente, leva à “acumulação de poder” e, por fim, chega-se à “acumulação de riqueza”, pois o sistema capitalista está assentado em bases materiais (FIORI, 2009). De fato, a China tem buscado cada vez mais angariar parceiros para sua projeção internacional tendo como enfoque maior poder de barganha no sistema contemporâneo, conceituado por Oliver Stuenkel (2018) como “O Mundo Pós-Occidental”, tendo no Paquistão importante parceiro para esta projeção, tanto pelos laços históricos quanto pela posição geográfica.

Neste âmbito, trabalhando sobre a perspectiva da Iniciativa Cinturão e Rota e de seus projetos para o Paquistão, debate-se se esta Iniciativa visa romper com a Ordem proposta pelos Estados Unidos ou serve apenas como uma alternativa aos países da semi e da periferia no

sistema internacional. De acordo com isso, o Porto de Gwadar estaria dentro de um projeto chinês de estruturas paralelas ao Centro do Sistema Internacional. Segundo Stuenkel “um dos principais objetivos de estabelecer estruturas paralelas é aumentar lentamente a autonomia estratégica e reduzir a dependência da China de estruturas controladas pelo Ocidente” (STUENKEL, 2018, p.128). Ou seja, Pequim visa a aderir, pelo menos inicialmente, às regras do jogo, mas com maior autonomia, estando vinculados diretamente a esta percepção os investimentos em portos estratégicos no Oceano Índico, como é o caso do Porto de Gwadar, em “contrapartida” à presença indiana no Porto de Chabahar no Irã (RAHUL, 2018; DANIELS, 2013).

Nesse sentido, o contexto geopolítico do Oceano Índico pode ser estruturado a partir da perspectiva da construção do “sistema mundo moderno” trabalhado por Luís Fiori (2011), pois este autor trabalha com uma análise tridimensional, na qual os estados em posição inferior na hierarquia internacional se inserem das seguintes formas: por desenvolvimento associado, quando um estado se desenvolve a partir de uma ou mais potências centrais; *catch up* (alcançar o líder); e, por fim, os estados periféricos que se mantêm como meros fornecedores de insumos para as potências centrais (FIORI, 2009).

Além disso, a obra de Fiori (2009) identifica cinco transformações estruturais e de longo prazo no século XXI, são elas: integração de novos Estados soberanos no sistema internacional; o deslocamento do eixo articulador da economia mundial para a Ásia; a crescente importância chinesa como centro articulador do sistema periférico internacional; as questões referentes ao poderio norte-americano desde a consolidação do sistema monetário internacional ‘dólar flexível’, até a globalização e expansão do seu “poder global”; bem como a elevação gradual da competição geopolítica entre Estados Unidos e China no sistema internacional (FIORI, 2009).

Anshuman Rahul (2018) corrobora o debate sobre o contexto geopolítico entre Estados Unidos e China no século XXI, quando analisa o jogo pela hegemonia regional, onde coloca a Índia como ‘parceira’ dos interesses norte-americanos no Oceano Índico em contrapartida aos interesses regionais e internacionais chineses. Desta forma, segundo o autor, os indianos são “da opinião de que a construção e operação de portos em Bangladesh, Myanmar, Sri Lanka e Paquistão pela China estão de acordo com a teoria do Colar de Pérolas, pela qual a Índia é cercada por esses portos chineses construídos no Oceano Índico que podem ser usados para fins comerciais e militares” (RAHUL, 2018, p. 186).

Nesse sentido, o conceito de Colar de Pérolas reflete a disputa que tem sido estabelecida entre os Estados Unidos e a China por posição na região do Oceano Índico, peça

chave para dominação do *Heartland*, conforme conceito de Mackinder (2004). Com isso, a Índia, como potência regional, independente do “auxílio” ou não dos Estados Unidos, tem almejado contrabalancear os interesses mútuos de Pequim junto, principalmente, a Islamabad. Assim, a partir da instituição do CPE e, atrelado a esse, o controle chinês do Porto de Gwadar, levantou grandes suspeitas por parte do *establishment* indiano, tendo em vista o risco do uso duplo pela China, tanto em nível econômico como militar (RAHUL, 2018). De fato, o contexto geopolítico do século XXI, tem sido alicerçado por uma presença mais assertiva e propositiva no sistema mundo (FIORI, 2009).

Além disso, com a necessidade de demanda por energia, matérias primas e exportação de sua mão de obra, a China tem buscado materializar o controle do Oceano Índico e, assim, estabelecer Linhas de Comunicação Marítima (LCM) para abastecimento do crescente mercado chinês. Com isso, o “colar de pérolas”, que Índia, Estados Unidos e Irã temem, tem sido um foco estratégico de Pequim para sua expansão marítima (CARRIÇO, 2007), tendo em vista a ligação do Índico aos outros oceanos como Pacífico e Atlântico, sendo a Nova Rota da Seda uma Iniciativa primordial para este plano geopolítico e geoeconômico (YIWEI, 2016; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Neste âmbito, o colar se estenderia da ilha de Hainan, arquipélago das Spratly, “pelo Camboja, Tailândia, por Mianmar (ilhas Coco, ilha de Hainggyi, ilha Zadetkyi Kyun, portos de Sittwe, Kyaukpyu, Basseine Mergui), Sri Lanka e Bangladesh até à entrada do Golfo Pérsico (porto de Gwadar)” (CARRIÇO, 2007, s/p). Pequim passaria a ter crescente controle por meio de monitoramento e vigilância das LCM. Tendo como enfoque a interconexão do Golfo Pérsico com a Costa Oriental da África em direção ao Estreito de Málaca (CARRIÇO, 2007). Como exemplo da ascensão estratégica chinesa na região do Índico, está a parceria junto ao Paquistão para a utilização deste país do sistema chinês de satélites Beidou, no âmbito militar, o qual tem como objetivo final substituir a rede GPS de satélites controlada pelos Estados Unidos. Assim, Islamabad, na Nova Rota da Seda, passa a ser um campo de testes da China também vinculado aos parâmetros estratégicos de monitoramento, tendo, por fim, uma orientação mais precisa de mísseis, navios e aviões (ABI-HABIB, 2018).

Sendo assim, De acordo com o contexto geopolítico que tem sido travado entre China e Estados Unidos, Pequim tem procurado restringir, de certa forma, a presença norte-americana, principalmente no que tange à globalização econômica e no que isso acarreta para os laços estratégicos com os países da região asiática da qual os chineses têm cada vez mais almejado propor uma agenda a partir de instituições regidas por eles (STUENKEL, 2018; MOORE, 2005). Diante disso, conforme Jianwei Wang, o “crescente interesse de Pequim em estabelecer

uma ordem internacional menos instrumental, mais baseada em regras e normas, particularmente em torno de sua periferia” (WANG, 2005, p. 160, tradução nossa). Ou seja, a perspectiva das atuações de instituições como a Organização de Cooperação para Xangai; o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS; refletem este novo ambiente de influência chinesa, em que a convergência de fatores econômicos tem ganhado cada vez mais abrangência e construído uma rede de parceiros ao longo da rota marítima, tendo como exemplo o Oceano Índico (STUENKEL, 2018).

Neste cenário, a China tem almejado a cooperação através da regionalização (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; ARRIGHI, 2008; NEVES, 2014). Soma-se a isso “o novo conceito de segurança que também significa "segurança cooperativa", ou seja, buscar segurança por meio da cooperação” (WANG, 2005, p. 128, tradução nossa). Dentro desta temática mais assertiva chinesa, também está uma característica fundamental que a diferencia, ou seja, a promoção da globalização econômica a partir de objetivos políticos melhor orientados, buscando uma maior democratização das relações internacionais e significando, em termos práticos, um mundo multipolar, no qual a China seria protagonista de sua região de influência, se expandindo com a consolidação da Iniciativa Nova Rota da Seda (MOORE, 2005; PAUTASSO, 2017).

Nesse debate, o tema da segurança tem uma nítida correlação com os demais temas nas áreas da economia, política, monetária e financeira. Assim “a segurança não é mais uma preocupação puramente militar. Ela permeou a política, a economia, as finanças, a ciência, a tecnologia, a cultura e muitas áreas” (MOORE, 2005, p. 136, tradução nossa). Com isso, o jogo do Oceano Índico, bem como a estratégia do Colar de Pérolas, está intrinsecamente ligado ao pensamento de que não há como Pequim almejar segurança e desenvolvimento sem que a região que a circunda também faça parte de sua estratégia (MOORE, 2005). Arelado a isso, segundo Wang “um dos principais objetivos da política externa chinesa no pós-Guerra Fria é a multipolarização como uma função de mudança do equilíbrio de poder” (WANG, 2005, p.163, tradução nossa).

Dentro deste contexto geopolítico no Oceano Índico, a China lançou sua Iniciativa para uma Rota da Seda reformulada de acordo com os padrões e necessidades do sistema internacional contemporâneo. A grande diferença da Iniciativa Cinturão e Rota para a antiga está, justamente, em abranger uma vasta rota marítima interligando portos que vão do Pacífico até o Atlântico, tendo como principal passagem o Índico (YIWEI, 2016). A Estratégia do Colar de Pérolas, conforme exposto anteriormente, tendo sido fonte de preocupação por países como, principalmente, Índia e Estados Unidos, os quais têm procurado barrar o expansionismo chinês

(RAHUL, 2018). Nesta perspectiva, o Japão também tem entrado como parceiro da Índia para contrabalancear a estratégia chinesa, assim foi definido entre o Primeiro Ministro japonês Shinzō Abe e o Primeiro Ministro Narendra Modi, que ambos os países irão investir no Porto de Colombo no Sri Lanka, combatendo a Beltand Road Initiative(ASIAN NIKKEI, 2019).

Segundo Visentini “o Oceano Índico têm sido palco de novas descobertas. Assim, a reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança dos Oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços” (VISENTINI, p.120, 2011). Ou seja, a conjuntura regional tem sido protagonizada resumidamente pelos interesses entre Pequim e Nova Dehli, com os quais de um lado estão o Paquistão como ‘amigo para todos os climas’ junto aos chineses e o Japão como forte ‘aliado’ da Índia (RAHUL, 2018).

Em contrapartida a este cenário de “rivalidade regional”, em julho de 2015, foi decidida, pelos membros plenos da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a entrada do Paquistão e da Índia, passando estes a serem membros plenos. Assim, a China passou a ter maior margem de barganha para negociar investimentos em infraestrutura, bem como é uma Organização que tem por uma de suas finalidades relativizar o peso das instituições de segurança ocidentais (STUENKEL, 2018). O ponto chave para maior compreensão do entrelace geoestratégico do Oceano Índico tem sido o fator indiano que trabalha sob uma perspectiva de potência regional frente à China, cooperando em muitos temas como no âmbito da OCX, BRICS, como rivalizando em outros temas, no que tange, principalmente, ao apoio chinês ao Paquistão (RAHUL, 2018; YIWEI, 2016; STUENKEL, 2018; PAUTASSO, 2017).

De acordo com as circunstâncias políticas, econômicas e de segurança e defesa, Gwadar poderá vir a se tornar um *hub* asiático, tendo como pano de fundo o efeito gravitacional angariado pela China ao longo destas duas décadas do Século XXI (PAUTASSO, 2011). Segundo o mesmo autor “o fato [da China] de ter se tornado a maior potência comercial do mundo em 2009 capacita o país a exercer um efeito gravitacional sobre a região. [Sendo este] o principal parceiro comercial de antigos aliados dos EUA (Taiwan, Japão, Coreia do Sul) e da Rússia (Vietnã, Quirquistão e Tadjiquistão)” (PAUTASSO, 2011, p. 51).

Segundo Wolf “basicamente um corredor econômico é um projeto de desenvolvimento visando o aumento do crescimento econômico ao longo de um período e em uma área específica” (WOLF, 2018, p. 85, tradução nossa). No contexto do Oceano Índico, o China-Pakistan Economic Corridor tem como um de seus focos interligar a região de Xianjiag, na China, ao grande fluxo de gasodutos e oleodutos do Oriente Médio e da Ásia Central, além da Europa e África. De fato, o Projeto ligado ao Porto de Gwadar tem como enfoque tornar este

porto e sua região um *hub* logístico, tendo os vínculos das cadeias produtivas, comerciais e de infraestrutura fomentando um maior poder de barganha da China no Sistema Internacional, junto a uma política externa de proximidade com Islamabad (WOLF, 2018; YIWEI, 2016).

Somado a isso, a visão estratégica de Gwadar para a China está vinculada a dois pontos principais, segundo Wolf (2018), são eles: comercial e militar. O primeiro trabalha com a ideia de ampliar os fluxos de mercadorias e produtos, enquanto o segundo ponto trabalha sobre a ótica da defesa e da segurança, tendo como pano de fundo o âmbito regional (DANIELS, 2013). Daniels utiliza-se de dois termos definidores desta estratégia regional de Pequim a partir do Porto de Gwadar, por um lado “Go West” e por outro “Stringof Pearls”. A estratégia do *Go West* “busca desenvolver suas regiões ocidentais paralelamente à costa oriental altamente desenvolvida e, assim, reduzir a diferença econômica entre as duas regiões domésticas” (DANIELS, p. 95, 2013, tradução nossa). No que tange à estratégia do *Stringof Pearls*, “que prevê portos estratégicos ao longo do Mar da Arábia e do Oceano Índico” (DANIELS, p. 95, 2013, tradução nossa). Tendo, por fim, um subterfúgio para o caso do Afeganistão¹⁴.

3.6 NÍVEL MULTILATERAL (TERCEIRO MUNDO – SAARC– OCX)

No nível multilateral as relações de Islamabad com Pequim estiveram dentro do escopo de interações mútuas, ou seja, enquanto países de terceiro mundo durante o período da Guerra Fria, ambos trabalharam em uma política pendular entre EUA e URSS (VISENTINI, 2011). De fato, a identidade soberana sino-paquistanês não pertencia meramente ao campo militar como também incluía suportar as pressões externas, tendo em vista a promoção do desenvolvimento socioeconômico e de estabilidade interna (RIZVI, 1993). De acordo com isso a instabilidade interna paquistanesa junto aos históricos movimentos dos insurgentes Uighurs na região chinesa de Xinjiang condicionaram as políticas externas de segurança em nível regional (SCOBELL, 2005; SAIF UR REHMAN, 2014).

Tendo em vista a perspectiva do Terceiro Mundo, em 1985 foi fundada sob comando indiano a Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), sendo estabelecida pelos governantes do Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Assim, mesmo diante da histórica rivalidade entre paquistaneses e indianos a organização foi capaz de

¹⁴ A China exigiu e recebeu “garantias soberanas” sobre o uso de Gwadar antes de contribuir com fundos e conhecimentos técnicos em 2002. A exigência da China por essas garantias foi por causa de seus temores sobre o uso de bases aéreas da área pelos EUA para lançar ataques no Afeganistão (DANIELS, 2013, p.95, tradução nossa).

ser implementada a partir de interesses comuns ao contexto de formação histórica entre os Estados, são eles: a região herdeira do espaço geográfico e econômico da antiga Índia Britânica; o fim da Guerra Fria significou ao Estado indiano sua projeção como potência do Oceano Índico; a abertura política indiana na década de 1990 levou o país a um ambiente de maior cooperação e interação entre os países da região asiática e; o ambiente de democratização entre os países também foi um aspecto de maior proximidade entre os membros (VISENTINI, 2011).

Embora a China não faça parte da SAARC, de fato, o ambiente de cooperação baseado nos ideais de soberania igualitária, não interferência nos assuntos internos de cada Estado membro e no benefício mútuo, significam um ganho em termos políticos e diplomáticos na estratégia chinesa de pacificação entre o histórico conflito entre Paquistão e Índia. De fato, mesmo após a SAARC, os Cinco de Xangai, não foi possível impedir a Guerra de Kargil no ano de 1999 (COHEN, 2004; SMALL, 2015; RIZVI, 1993).

Neste nível, o contexto da década de 1990 tinha como uma das suas principais características no aspecto da segurança internacional os crescentes movimentos terroristas, especialmente na região do Oriente Médio e Ásia, onde os extremistas Uighurs eram apontados por Pequim de estarem recebendo treinamentos de grupos terroristas da região. O governo chinês preocupado com o crescente risco de instabilidade da população muçulmana de Xinjiang passou a mencionar em sua estratégia de política interna e externa cada vez mais a estabilidade regional em seu livro branco de defesa no ano de 2000 (SCOBELL, 2005).

Além disso, “também mencionam o terrorismo a "Declaração de Dushanbe" de 2000, emitido pelos estados "Cinco de Xangai" (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão); e a "Convenção de Xangai", emitida em junho de 2001 por esses mesmos países, mais o Uzbequistão” (SCOBELL, 2005, p.307, tradução nossa). Nesse sentido, a cooperação de Xangai passou a ganhar cada vez mais força como um fórum multilateral para a defesa e segurança regional, não servindo apenas como uma ‘alternativa’ a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como também servindo de combate ao terrorismo e prevenção contra a instabilidade regional¹⁵ (VISENTINI, 2011). Neste cenário, segundo Andrew Scobell:

Dois estados do sul da Ásia são grandes para a China, uma vez que aborda os problemas do terrorismo, do separatismo e do extremismo: a Índia e o Paquistão. Islamabad é a peça central dos esforços de Pequim para administrar suas relações com o mundo muçulmano. Duas questões centrais são o

¹⁵ “Livro Branco da China ano de 2002. No livro Branco de 2002 o termo ‘terrorismo’ foi citado 50 vezes e o mesmo declarou que “A Organização de Cooperação de Xangai fez progressos notáveis na construção da confiança mútua e desenvolvimento de políticas de Estado com base em parceria e não em aliança e cooperação antiterror” (SCOBELL, 2004, p.313, tradução nossa).

tratamento que a China faz à sua própria população muçulmana, além de persuadir os estados muçulmanos a não apoiar o terrorismo e o separatismo ou a incentivar o extremismo. (...) A China também tem apoiado a decisão do Paquistão de cooperar com os Estados Unidos na guerra global contra o terrorismo. Há indícios notáveis das crescentes ligações entre segurança e aplicação da lei entre a China e os Estados Unidos. Os dois governos assinaram um acordo para abrir um escritório de ligação do Escritório Federal de Investigações em Pequim durante a visita de três dias do procurador-geral John Ashcroft à China em outubro de 2002. E em julho de 2003, autoridades alfandegárias dos EUA e da China assinaram um acordo em Pequim para cooperar a partir da Iniciativa de Segurança de Contêineres. Sob este Acordo, os funcionários dos EUA serão estacionados em portos nas cidades de Xangai e Shenzhen. A tarefa da equipe será certificar que os contêineres destinados aos destinos dos EUA estejam livres de armas ou materiais perigosos que possam ser usados por terroristas (SCOBELL, 2005, p.313-315, tradução nossa).

Ou seja, a política externa da China para o Paquistão foi e continua sendo fortemente ligada as condicionantes indianas, além da influência norte-americana e russa (STUENKEL, 2018). Islamabad tem sido um ‘parceiro para todos os climas’ para Pequim, assim em nível multilateral o eixo de cooperação entre estes dois estados foi se consolidando ao longo de interesses mútuos ligados a cooperação de armamento bélico, assistência técnica militar e de investimentos diretos em infraestrutura (SCOBELL, 2005).

3.6.1 A Organização de Cooperação para Xangai (OCX)

O fim da Guerra Fria representou a desconstrução da ordem bipolar, bem como na consolidação de uma desordem mundial e no insucesso da projeção dos Estados Unidos como protagonista em um sistema internacional baseado apenas em Washington (HOBSBAWN 1995; PAUTASSO, 2011; VIZENTINI, 2004). Neste cenário, a *Novíssima China* (VIZENTINI, 2011) passa a desencadear a integração e cooperação regional, tendo como um de seus pilares a criação dos Cinco de Xangai¹⁶ em 1996 sob a perspectiva chinesa de estabilizar as suas fronteiras com os países da Ásia Central, bem como o interesse da Rússia de neutralizar a presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no complexo regional (PAUTASSO, 2011; STUENKEL, 2018).

Sob este aspecto dos países da Ásia Central a identidade regional passou para um novo formato de atuação não mais ligado a URSS. Desta forma, o quadro interno dos países recém-independentes (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão); eram de mudanças.

¹⁶ Este Grupo passou a se transformar em Organização para Cooperação de Xangai (OCX) em 2001.

Havia muitas revoltas de diversos grupos étnicos, além do crescente aumento do Islã nos quadros internos destes Estados (YU BIN, 2013; SAIF UR REHMAN, 2014). Atrélado a isso, houve um aumento da presença chinesa na região, a década de 1990 também significou um “abandono do interesse” de Washington pela a Ásia Central, uma vez que o governo norte-americano nutria a ideia de que o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) significavam um alinhamento estrito ao neoliberalismo ocidental sem alguma forma de autodefesa (YU BIN, 2013), dentro da utopia do livro *O Fim da História e o Último Homem* (FUKUYAMA, 1992).

Somado a isso, os “Cinco de Xangai” representavam um esforço dos seus membros com vistas a atender a demanda de questões internas ligadas a região, este aspecto é um dos que diferenciava esta Organização das ocidentais, as quais sempre foram criadas com vias a atender de forma defensiva as questões externas do sistema internacional, por exemplo a OTAN. De fato, a Organização representava uma defesa a heterogeneidade, até mesmo porque precisava lidar com a grande diversidade político-social e econômica de seus membros, além de defender o princípio da igualdade e construção do consenso (STUENKEL, 2018; VISENTINI, 2011).

Diante dos esforços para a consolidação do espaço regional da Ásia Central, o foco principal da Organização foi à resolução das questões de fronteira sob a ótica da segurança evitando o conflito entre os estados membros, bem como a superação da desconfiança mútua. Os anos de 1997-98 com as Cúpulas dos Cinco Grupos de Xangai e de Almaty, além da segurança (tema que consolidou o espaço regional), também foram acrescentados novos temas como comércio e trocas econômicas (RAKHIMOV, 2013).

Podemos notar que tanto a China quanto a Rússia foram protagonistas na resolução dos problemas latentes da região, caminhando para uma direção de cooperação e integração frente às grandes diferenças e assimetrias entre os países membros. A própria ampliação da temática de segurança para outros assuntos, foi uma clara demonstração do processo evolutivo que passavam as relações entre os estados. Em 2000, na quinta Cúpula de Dushanbe, outros temas passaram a fazer parte da agenda da Organização, tais como: “(...) aplicação da lei, política externa, economia, ecologia, recursos hídricos e cultura” (RAKHIMOV, 2013, p.65, tradução nossa).

Concomitante a esse processo nas relações internacionais destes países, no ano de 2001, na Convenção de Xangai, o Estado do Uzbequistão é acrescentado como membro pleno da Organização que passou a ser a Organização de Cooperação para Xangai (OCX). Dentro deste contexto, foi assinado um importante marco institucional da organização, no que tange o combate ao terrorismo, separatismo e extremismo sobre antiterrorismo. Cabe salientar, que esse

fato ocorreu três meses antes dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos e significou o Primeiro Tratado do século XXI sobre o antiterror (GUANG, 2013; SAIF UR REHMAN, 2014).

Diante deste cenário, Scobell identifica que há um grande paradoxo nas relações da China com os Estados Unidos no que tange o combate ao terrorismo, segundo ele

[...] a guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos teve resultados positivos e negativos. Do lado positivo, o contraterrorismo é outra questão sobre a qual a China e outros países, incluindo grandes potências como os Estados Unidos, podem encontrar um terreno comum e cooperar contra. Do lado negativo, Pequim teme que essa luta antiterrorista global esteja dando a Washington uma desculpa para exercer seu poder e aumentar sua influência na Ásia e em todo o mundo. A China está preocupada com a presença militar dos EUA na Ásia Central e no Iraque; os laços de segurança dos EUA melhorados com a Índia; e reforçou a cooperação em defesa com o Japão e as Filipinas. Algumas elites afirmam que essas medidas também podem visar conter a China (SCOBELL, 2004, p.318-319, tradução nossa).

Com isso, a OCX teve sua agenda ampliada, conforme visto anteriormente, pois assim não abrangeria apenas a luta contra o terrorismo, tema ligado à estratégia norte-americana. De fato, esta é a instituição mais antiga e organização mais institucionalizada de segurança não ocidental (STUENKEL, 2018). Os governos de Pequim e Moscou trabalham na perspectiva desta instituição dos seus parâmetros estratégicos regionais, assim, tendo em julho de 2015 ambos decidiram anexar junto aos demais membros o Paquistão e a Índia como membros plenos desta organização. Para Oliver Stuenkel “agora, todos os principais atores na estratégia chinesa de Um Cinturão, Uma Rota fazem parte da organização, o que a torna a plataforma ideal para Pequim negociar seus planos de investimento regionais” (STUENKEL, 2018, p.168).

3.7 O SÉCULO XXI

A entrada do século XXI, o avanço da inserção internacional chinesa e o próprio contexto de pós-Guerra de Kargil no ano de 1999 entre Paquistão e Índia e os Atentados de 11 de setembro, significaram para paquistaneses e chineses um momento de solidificação cada vez maior de suas relações. Diante disso, a construção do Porto de Gwadar a partir de investimentos chineses já passava a identificar a crescente presença dos chineses em território paquistanês. De fato, a construção deste porto não significava apenas uma obra de infraestrutura, mas sim, um elo geoestratégico, tanto para o Paquistão, no sentido de estar mais longe da Índia em termos de localização, somado à liberação de fluxo dos outros dois portos: Karachi, Port Muhammad

Bin Qasim. Enquanto isso para a China o novo porto paquistanês, além de ser uma alternativa ao Estreito de Malaca, também aproxima a região de Xinjiang ao Oceano Índico, Mar Árabe, Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz (RAHUL, 2018; MALIK, 2016; 2018; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; WOLF, 2018).

Além disso, a Crise de 2008 iniciada nos Estados Unidos e que se expandiu, especialmente, nos países da Europa Ocidental, teve como principal consequência uma maior reivindicação dos países emergentes para uma mudança gradual do *status quo* vigente. A China, diante de seu crescimento e desenvolvimento assumiu o protagonismo rumo a uma ordem paralela, não capaz de se contrapor aos países do Centro do Sistema Internacional, mas sim, tendo uma capacidade de ordenar novas instituições que pudessem ampliar a participação dos países da semi e da perifeira na ordem vigente. Como resultado disso convém salientar: a criação dos BRICS; a entrada da yuan/remminbi nos Direitos de Saques Especiais do FMI; e a criação da Iniciativa Cinturão e Rota baseada amplamente em investimentos em infraestrutura em nível global.

Neste contexto, a China, no ano de 2013, lançou a Iniciativa que tem em vista inicial integrar a Ásia a Europa a partir das rotas marítimas e corredores continentais, consolidando a BRI, pelo presidente Xi Jinping. De acordo com isso, a Iniciativa Cinturão e Rota estava alicerçada inicialmente em seis corredores econômicos, eram eles: Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia; Nova ponte da Eurásia; China-Ásia Central-Ásia Ocidental; China-Península Indochina; Bangladesh-China-Índia-Myanmar ¹⁷ ; Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) (YIWEI, 2016). Entende-se que o CPEC é o principal Corredor para a consolidação da Iniciativa Cinturão e Rota, haja vista a proximidade geográfica, histórica, política, econômica e militar dos atores envolvidos (MALIK, 2016; 2018).

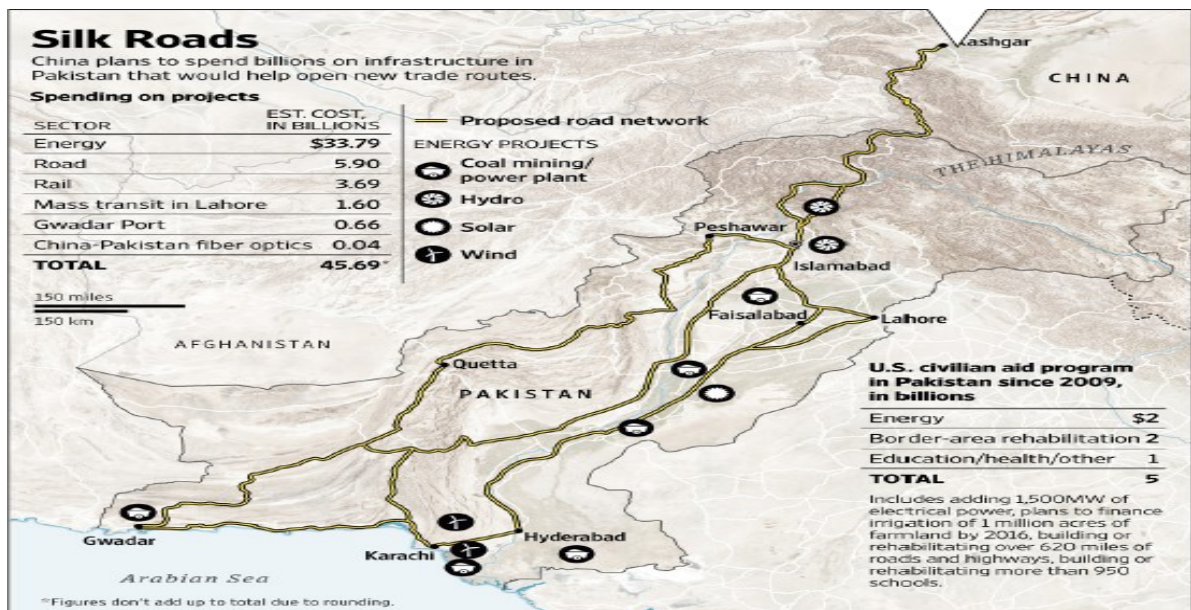
De acordo com isso, em 20 de abril de 2015, em visita ao Paquistão, Xi Jinping firmou acordo junto ao Primeiro Ministro do Paquistão Nawaz Sharif referente ao desenvolvimento do CPEC. Na época, os valores deste Corredor estavam em torno de 46 bilhões de dólares. Durante a assinatura dos 51 memorandos de entendimento entre os países, Sharif (2015) afirmou que “o Corredor transformará o Paquistão em um centro regional e dará à China uma rota mais curta e barata para o comércio com grande parte da Ásia, Oriente Médio e África” (HOURELD, 2015, s/p, tradução nossa). A entrada oficial de Islamabad na Iniciativa Cinturão e Rota representou

¹⁷ Este Corredor não está mais na Iniciativa chinesa a partir da desistência oficial do Estado indiano no ano de 2019 que abdicou de participar da BRI por motivos de oposição ao CPEC, uma vez que este passa pela região da Caxemira paquistanesa, território de litígio histórico entre Islamabad e Nova Dehli. No II Fórum da Nova Rota da Seda, realizado em abril de 2019 na China, foi anunciado oficialmente o fim do projeto ligado ao Corredor Bangladesh-China-India-Myanmar (ANEJA, 2019; SHAHID, 2019).

um ‘realinhamento’ da política externa do país, haja vista os gastos norte-americanos em solo paquistanês, ligados intrinsecamente à Guerra Contra o Terror iniciada pelo governo Bush filho em 2001 (HOURELD, 2015).

Na Figura3 pode-se observar a comparação entre os investimentos chineses a partir da *Belt and Road Initiative* e os investimentos norte-americanos no Paquistão frente a Guerra Contra o Terror:

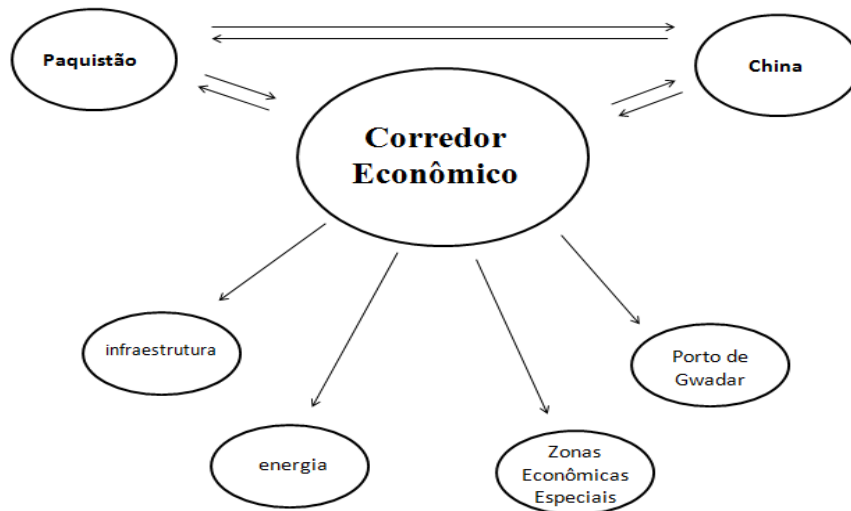
Figura 3 – Comparativo entre a *Belt and Road Initiative* e a Guerra Contra o Terror



Fonte: <http://www.pakdef.org/forum/topic/10118-china-pakistan-economic-corridor/>.

Neste sentido, o primeiro-ministro paquistanês seguiu com um tom otimista relativo à aproximação com a China no que tange à formalização dos projetos ligados a Belt and Road Initiative. Segundo ele a “amizade com a China é a pedra angular da política externa do Paquistão” (HOURELD, 2015, s/p, tradução nossa). Assim, dentro de um ambiente de ‘amizade para todos os climas’, a formalização do Corredor tinha como fundo a cooperação de um modo “1+4”, em que pese o próprio CPEC como o principal, somado aos investimentos vinculados ao porto de Gwadar, Energia, Infraestrutura de Transporte e Cooperação Industrial (CPEC, S/ANO; ASLAM, 2019). Conforme Imagem 3 abaixo, estruturalmente o Corredor estaria da seguinte forma:

Figura 4 – Principais atores e eixos de articulação do CPEC



Fonte: Autoria própria.

Sendo assim, a partir da formalização dos memorandos de entendimento, segundo Malik (2018), foram inaugurados cinco projetos ligados ao setor energético. Leia-se: “o projeto de energia hidroelétrica Karot 720 mW, o projeto de energia eólica Dawood de 50 mW, o projeto de energia eólica Sachal de 50 mW, o projeto solar Zonergy de 900 mW e o projeto Jhimpir de energia eólica de 100 mW.¹ (MALIK, 2018, p.71). Estes projetos representaram um importante avanço para o Paquistão no que compete ao desenvolvimento de produção de energia elétrica uma vez que este país é altamente dependente da importação deste setor. Com a cooperação junto à China, a perspectiva é que o Estado se torne autossuficiente na produção e distribuição de energia (MALIK, 2016; 2018).

Além disso, após a visita do governante chinês para a formalização do Corredor Econômico, Sharif foi à China em julho do mesmo ano tendo como objetivo o direcionamento de grupos técnicos para a realização efetiva dos projetos. Assim foram definidos “(1) o planejamento em longo prazo, (2) energia, (3), infraestrutura de transporte e (4) o Porto de Gwadar” (MALIK, 2018, p.71. Tradução nossa). Dentro destes parâmetros de atuação, o Paquistão passava cada vez mais a atrelar sua política externa à cooperação com a China, sendo discutível o índice de vulnerabilidade externa que estes projetos podem significar ao longo dos anos, principalmente no que tange a forma de pagamento e financiamentos realizados entre os dois países.

Seguindo na perspectiva de cooperação e benefício mútuo, o ministro do planejamento e desenvolvimento do Paquistão, em 2015, identificou no CPEC um marco para o redirecionamento dos laços com a China, apontando do viés geopolítico das relações para um

aprofundamento da temática geoeconômica, que terá um efeito transformador no Estado paquistanês, além de ressaltar o aprimoramento geoestratégico do país no que compete à sua reestruturação em infraestrutura no longo prazo (WOLF, 2018). Assim, a inserção chinesa ganhou cada vez mais espaço estratégico junto ao seu vizinho da Ásia Meridional, cujo grande jogo está no Oceano Índico; frente à presença estadunidense e indiana na região (RAHUL, 2018).

Outro importante passo na cooperação bilateral entre Islamabad e Pequim esteve justamente ligado à compreensão de que a economia do Paquistão deveria estar cada vez mais conectada ao crescimento e desenvolvimento da economia global chinesa, indo ao encontro da atuação Going Global iniciada na entrada do século XXI. Diante deste cenário, o CPEC esteve dentro do 13º Plano Quinquenal (2016-2020), sendo aprovado na Quinta Sessão Plenária do Partido Comunista 18 da China Comitê Central realizado em Pequim em novembro de 2015. De fato, os chineses identificaram que o Corredor Econômico deveria estar vinculado à pesquisa científica, tendo um planejamento de curto, médio e longo prazo (MALIK, 2018).

Sendo assim, a temática ligada ao desenvolvimento energético passa por um interesse em comum entre o Paquistão e China, com o acordo bilateral visando o fornecimento por parte de Pequim de “até US \$ 37 bilhões em investimentos para projetos de energia para gerar 16.400 MW de energia. Os empréstimos concessionais cobrirão quase US\$ 10 bilhões em projetos de infraestrutura” (HOURELD, 2015, s/p, tradução nossa). Mais uma vez a política externa de Islamabad esteve preocupada com as formas de financiamento e como o Estado terá acesso a essa produção, sendo um setor estratégico para a manutenção da soberania nacional.

Juntamente a isso, em termos de cooperação em defesa e segurança, a China tem buscado cada vez mais trabalhar junto ao governo central do Paquistão no que compete aos problemas de instabilidade interna, de grupos de interesses que têm por finalidade minar os projetos vinculados a Iniciativa Cinturão e Rota (HALI, 2016). Exemplos como ataques terroristas na inauguração do Porto de Gwadar, em 2013, demonstram o alto grau de risco destes investimentos e ao mesmo tempo intensificam a pressão ao governo paquistanês que deve realizar uma política mais incisiva de forma a corresponder aos desafios de segurança e permanência das obras em pleno curso em seu território (IQBAL, 2018).

De acordo com isso, a política externa do Paquistão tem adotado um posicionamento de combate ao terrorismo, principalmente junto à China. Este país tem grandes preocupações que vão além do CPEC, pois a estabilidade da região insurgente de Xinjiang na China depende da participação ativa do governo de seu estado vizinho (MAHMOOD, 2019; STEIL; DELLA ROCCA, 2019). Assim, ao firmarem o acordo que inseriu Islamabad na agenda da Beltand

Road Initiative, um dos pontos identificados como primordiais foi a pauta pela estabilidade das regiões de seu território nacional, justamente no sentido de combater os grupos terroristas, haja vista a preocupação histórica de possíveis financiamentos do Paquistão para grupos como, por exemplo, Al Qaeda e Talibã (COHEN, 2004; SMALL, 2015; IQBAL, 2016).

Colaborando para a estabilidade regional e sob enfoque multilateral, Pequim, em resposta à inclusão indiana na Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a convite da Rússia, em 2017, inseriu também o Paquistão como membro permanente desta Organização. Isso reflete a aproximação, especificamente, entre Pequim e Islamabad, não apenas em nível bilateral como também em organizações multilaterais. É importante identificar o tema da segurança na OCX, haja vista ser uma organização que tem como um de seus principais temas o combate, segundo Xi Jinping (2014) aos três males: terrorismo, separatismo e extremismo (XI JINPING, 2014, p.347). Em termos econômicos, significa a facilitação de crédito para o financiamento de obras por meio do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) (YOUANG, 2016).

Além disso, as relações militares entre Islamabad e Pequim são identificadas como primordiais para as relações bilaterais. A cooperação neste tema é histórica tendo em vista os desdobramentos regionais, tanto em nível interno, bem como no que tange à aproximação dos Estados Unidos com a Índia. A China é um dos maiores fornecedores de bens ligados à manutenção das Forças Armadas nacionais do Paquistão. Além do compartilhamento de tecnologias de defesa, sendo exemplos “aeronaves de combate multifuncionais JF 17 e aeronaves de treinamento Karakorum K8, tecnologia de mísseis de cruzeiro, tecnologia espacial, tanques Al Khalid, sistemas de mísseis balísticos, embarcações navais de ataque rápido etc.” (FAHAD, 2015, s/p, tradução nossa).

O avanço da política externa do governo de Sharif esteve muito vinculado às articulações com a China para que o CPEC conseguisse ser consolidado, de forma a garantir uma nova inserção estratégica do Paquistão em longo prazo junto a Pequim. No ano de 2017, outro momento importante foi dado pelos governos neste sentido: ambos assinaram, de forma conjunta aos seus ministérios e departamentos, um mecanismo de cooperação que tinha como base a coordenação e desenvolvimento do Corredor Econômico, sendo formalizado então o Plano de Longo Prazo para o CPEC, com o período estipulado entre 2017-2030. Ou seja, em termos práticos, o Plano tem como objetivo interligar os planos nacionais dos dois países, além de servir para a Visão do Paquistão 2025, estando os projetos de curto prazo vinculados até 2020, médio prazo 2025 e os de longo prazo até 2030 (CPEC, S/ANO; YOUSAFZAI, 2019; SABBAHUDDIN, 2019).

No âmbito do financiamento dos investimentos em infraestrutura da China para o Paquistão, a Iniciativa Cinturão e Rota propõe facilitar os instrumentos de acesso a recursos com garantias de juros mais baixos aos países que aderiram aos projetos. Neste aspecto, o governo paquistanês passou a ter recursos ligados ao AIIB, ainda mais depois de sua adesão à OCX, conforme anteriormente informado, além de outros bancos e instituições financeiras tais como o Banco de Desenvolvimento dos BRICS; o Fundo da Rota da Seda; a Associação Interbancária China-Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); e a Associação Interbancária da OCX (IQBAL, 2016). Isso refletiu, mesmo que teoricamente, em uma maior diversificação na busca por recursos financeiros capazes de financiar as diversas obras mapeadas pela Belt and Road Initiative em solo paquistanês (PATHAK, 2019; RANA; 2019).

4 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NA ECONOMIA DO PAQUISTÃO

Neste capítulo será abordado o processo de transição sistêmica na qual a China é protagonista, bem como de que forma o Paquistão se insere neste contexto. Parte-se assim, para uma análise do conceito e aplicabilidade dos investimentos diretos externos, atrelados a ordem paralela¹ baseada em novas instituições do e para o Sul Global, tendo como estudo de pesquisa o *China-Pakistan Economic Corridor* na perspectiva da Escola Institucionalista². Atrelado a isso, este capítulo tem como foco principal apresentar os investimentos diretos chineses no Paquistão e de que forma eles tem influenciado na infraestrutura paquistanesa tendo como foco o crescimento e desenvolvimento econômico no longo prazo (RECONNECTING ASIA, 2019). O início do século XXI, conforme visto brevemente no capítulo anterior, foi de grande impacto para o cenário global, especialmente para os países que se encontram no contexto do Oceano Índico e suas proximidades. Os ataques às Torres Gêmeas em 2001 nos Estados Unidos, a percepção da China e da Rússia para um maior engajamento estratégico junto à criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a política de *Going Global*³ da China e a Guerra Contra o Terror proposta pelos Estados Unidos junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apontaram para um cenário de intensificação de conflitos e instabilidades neste novo milênio (VISENTINI, 2011; ARRIGHI, 2008).

¹ Compreende-se o termo ordem paralela como “uma estrutura paralela [iniciativas criadas pelos países emergentes, especialmente, a China] que reduzirá a reivindicação universal de várias instituições lideradas pelo Ocidente. Entretanto, à diferença de muitos alarmistas, que presumem de maneira irrealista que a China vá destruir as estruturas existentes no futuro próximo (...): pode-se esperar que os formuladores de política em Pequim (e em Déli e Brasília) continuem a investir em estruturas dominadas pelo Ocidente e pressionem por sua reforma. Ao mesmo tempo, contudo, eles expandirão redes discretas em muitas áreas diferentes, prontos a engajar aqueles que sentem que as instituições de hoje não logram satisfazer suas necessidades, ou aqueles que buscam aumentar sua autonomia em relação aos Estados Unidos” (STUENKEL, 2018, p.128).

² A Escola Institucionalista é uma corrente das Ciências Econômicas que tem como objetivo central explicar o crescimento e desenvolvimento econômico a partir das características institucionais presentes em cada estado. Para essa pesquisa, identificou-se, especialmente, que o autor Daron Acemoglu contribui para a análise do CPEC, uma vez que o Paquistão institucionalizou o Corredor Econômico criando uma Secretaria em conjunto com a China para uma melhor coordenação dos investimentos diretos chineses tendo como perspectiva a correção nos déficits históricos do setor de infraestrutura do país.

³ A política *Going Global* foi uma resposta à crise financeira asiática em 1997 sobre as exportações da China, *Going Global* (*zou Chu qu*, 走出去) foi primeiramente mencionado em 1999: pretendia que as empresas chinesas tivessem acesso a recursos baratos no exterior para reduzir os custos de produção e promover as exportações (HUANG; WILKES, 2011). Em 2001, a política *Going Global* foi incorporada no 10º Plano Quinquenal (2000-2005) para incentivar o investimento no exterior, a fim de criar empresas multinacionais competitivas e marcas internacionais e ajustar a estrutura industrial doméstica. Em conexão com a adesão da China à OMC, a *Gong Global* foi oficialmente mencionada no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 2002 (BERNASCONI-OSTERWALDER; JOHNSON; ZHANG, 2013).

Sendo assim, diante deste cenário de transição sistêmica⁴ identifica-se que a projeção do Leste Asiático tem sido amplamente difundida a partir do aumento das suas capacidades produtivas e tecnológicas. Somado a isso, o novo ambiente institucional que tem se estruturado a partir do rejuvenescimento chinês é baseado em bancos de fomento como, por exemplo, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)⁵. Ou seja, a China como país da semiperiferia tem proposto uma nova ordem global a partir de instituições baseadas nas suas capacidades estatais junto a outros países como no caso do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (STUENKEL, 2018).

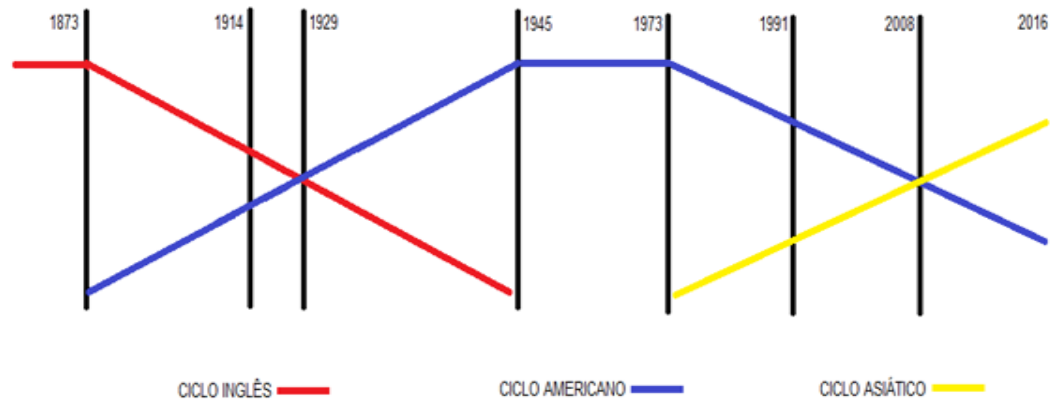
Tendo em vista que temos na atualidade como base um sistema internacional estruturado em um cenário multipolar, sob a perspectiva de alguns autores como Wallerstein⁶ e de Samuel Pinheiro Guimarães⁷, a China está reascendendo em nível global e propondo uma ordem paralela, partindo primeiramente da política para a economia, defesa e segurança (WALLERSTEIN, 2004; STUENKEL, 2018). Dentro desta perspectiva, a leitura de Giovanni Arrighi para o contexto do século XXI é da ascensão do Leste Asiático como um polo de poder. Para Arrighi (2008) o cenário do SI estaria seguindo as características do nível sistêmico cíclico, com o qual os Estados Unidos estariam em um momento de inflexão de sua expansão financeira e da crise de superprodução, assim conforme o Gráfico 4, a atual conjuntura internacional seria esta:

⁴ Este termo está alicerçado no debate da Teoria do Sistema Mundo sob a perspectiva de autores como Braudel, Wallerstein, Arrighi e Fiori. Há uma perspectiva de que o cenário do século XXI está estruturado para a ascensão do Leste Asiático (semiperiferia com a periferia) em termos de uma maior projeção no Sistema Internacional baseado em um alto nível de produção tecnológica, manutenção de suas capacidades de produção industrial e interconexão de suas cadeias produtivas vinculadas a megaprojetos de infraestrutura.

⁵ Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Para saber mais sobre este banco dentro do contexto do século XXI baseado em novas instituições baseadas na política de estado chinês, sugiro a leitura do capítulo 4 (Rumo a uma ordem paralela: finanças, comércio e investimento) do livro de Olivier Stuenkel intitulado O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a nova ordem global – 2018.

⁶ A perspectiva de Immanuel Wallerstein é identificada a partir de um Sistema Internacional dividido entre o Centro, a semiperiferia e a periferia, do qual o mundo tende a se estruturar até 2050 para um sistema multipolar com a ascensão do Leste Asiático como polo de poder nas esferas políticas, econômicas e de segurança e defesa no século XXI. Assim, assume-se a China no contexto do Sistema Internacional como parte da semiperiferia, pois a partir dessa teoria a divisão internacional do trabalho está vinculada aos países centrais Estados Unidos junto as potências da Europa Ocidental os quais proporam as condicionantes políticas, econômicas e securitárias contemporâneas.

⁷ Termo utilizado pelo Diplomata e autor brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães Neto no livro Desafios Brasileiros na Era de Gigantes – 2005.

Gráfico 4 – Ciclos conceituais segundo Giovanni Arrighi⁸

Fonte: Alejandro Simonoff, apresentação na Mesa Redonda: Política Externa e Autonomia na periferia do capitalismo. II Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia no Século XXI – Onde estamos e para onde vamos? e IV Seminário Eleições no Brasil: 2018: o que saiu das urnas?

Diante disso, o processo de reinserção chinesa segundo Arrighi (2008) estaria vinculado a um processo de transição sistêmica do Centro para a semiperiferia do SI o Leste Asiático liderado pela expansão chinesa baseada fortemente na exportação de seu capital excedente via investimentos em infraestrutura culminando com a *Belt and Road Initiative* (ARRIGHI, 2008; VADELL, 2018; STUENKEL, 2018; PAUTASSO, 2011, 2017). Assim, a política de *Going Global* de 2001, estaria dentro deste processo de reformulação do SI, tendo como enfoque as relações entre os países emergentes junto à periferia, propondo uma nova agenda para a Economia Política Internacional. Reflexo deste ambiente, as relações China-Paquistão tiveram no Acordo para os investimentos no Porto de Gwadar a partir de 2001 um exemplo de como Pequim passou a se relacionar com sua região baseada fortemente em investimentos para infraestrutura (MALIK, 2016; 2018).

Neste sentido, os investimentos diretos externos com a política de *Going Global* colocaram Pequim em um espiral de crescimento cada vez maior de suas capacidades no cenário regional. Nos Quadros de 2 a 6, podem ser observadas informações sobre a ordem paralela a partir da análise realizada por Oliver Stuenkel. Assim, esses quadros abaixo apresentam resumidamente as novas instituições criadas e em desenvolvimento pelos países emergentes como forma alternativa ao centro do sistema internacional.

⁸ Datas do Gráfico 1: 1873 Segunda Revolução Industrial; 1914 início da Primeira Grande Guerra Mundial; 1929 Crise da Bolsa de Valores dos Estados Unidos; 1945 Fim da Segunda Grande Guerra Mundial; 1973 Primeiro Choque do Petróleo; 1991 Fim da Guerra Fria; 2008 Crise do Sub Prime; 2016 Ano da Análise realizada pelo Professor e Pesquisado Alejandro Simonoff a partir da teoria do Sistema Mundo de Giovanni Arrighi.

Quadro 2 – A ordem paralela: Finanças

Instituições não ocidentais	Instituições tradicionais
Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII)	<i>Banco Asiático de Desenvolvimento</i>
Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – liderado pelo BRICS	Banco Mundial
Arranjo Contingente de Reservas (ACR)	FMI
Infraestrutura global para internacionalizar o iuane	Dólar americano
Sistema de Pagamento Internacional da China (Spic)	Câmara de Compensação do Sistema de Pagamentos Interbancários (Chips, na sigla em inglês)
China UnionPay	Visa e MasterCard
Centro Financeiro Global de Xangai (GFC)	<i>Centros financeiros tradicionais</i>
Grupo de Avaliação de Crédito Universal (Gacu)	Moody's, Standard & Poor's
Iniciativa Multilateral Chiang Mai (IMCM)	FMI
Asean+3 Escritório de Pesquisa Macroeconômica do Asean+3 (Amro)	OCDE

Fonte: STUENKEL, 2018, p.130.

Quadro 3 – A ordem paralela: comércio e investimentos

Instituições não ocidentais	Instituições tradicionais
Parceria Econômica Regional Abrangente (Pera)	Parceria Transpacífico
Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico (Alcap)	Parceria Transpacífico

Fonte: STUENKEL, 2018, p.130.

Quadro 4 – A ordem paralela: segurança

Instituições não ocidentais	Instituições tradicionais
Conferência sobre Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (Cica)	Fórum Regional Asiático
Organização para Cooperação de Xangai (OCX)	Otan na Ásia Central
Encontro dos Conselheiros de Segurança Nacional (CSNs) do Brics	

Fonte: STUENKEL, 2018, p.130.

Quadro 5 – A ordem paralela: diplomacia

Instituições não ocidentais	Instituições tradicionais
Cúpula dos Líderes do Brics	G7 (outrora G8)
Grupos de trabalho e outras estruturas do Brics e do IBSA (grupo composto por Índia, Brasil e África do Sul)	OCDE
Fórum de Boao para a Ásia (FBA)	Fórum Econômico Mundial

Fonte: STUENKEL, 2018, p.131.

Quadro 6 – A ordem paralela: infraestrutura

Instituições não ocidentais	Instituições tradicionais
Fundo da Rota da Seda/Um Cinturão, Uma Rota	
Canal da Nicarágua	Canal do Panamá
Estrada de ferro Transamazônica	

Fonte: STUENKEL, 2018, p.131.

Este ambiente regional baseado em instituições alternativas às instituições Ocidentais dá base para as relações de Pequim com seus vizinhos. Identifica-se que a partir das relações históricas entre China e Paquistão, esta relação bilateral vai se estruturando cada vez mais em um novo modelo institucional. Ou seja, o Paquistão teve em sua formação ainda como colônia britânica um forte reflexo das estruturas Ocidentais de poder político e econômico, baseado nas relações entre centro e periferia (WALLERSTEIN, 1974; SHAH, 2018). Porém, ao longo do período da Guerra Fria, década de 1990 e século XXI, está em curso um aprimoramento das relações entre Pequim e Islamabad, em que a ordem paralela às instituições do centro tem ganhado força e robustez como, por exemplo, o Fundo da Rota da Seda que foi criado para financiar os projetos de infraestrutura, tendo no Paquistão o grande parceiro para esta Iniciativa.

Tendo em vista o plano estratégico chinês de crescimento e desenvolvimento econômico, identifica-se que os projetos de infraestrutura da Iniciativa Cinturão e Rota estão baseados a partir de uma projeção chinesa de que somente será possível manter seu desenvolvimento interno junto ao crescimento e desenvolvimento de seus vizinhos (MALIK, 2016; 2018). Com isso, Yiwei (2016) afirma que é preciso identificar os corredores econômicos da *Belt and Road Initiative* como projetos que têm por finalidade conectar de forma ampla e coesa as cadeias produtivas entre os países regionais. Segundo ele:

O conceito de "Corredor Econômico" foi proposto pela primeira vez pelo mecanismo de cooperação da Sub-região do Grande Mekong (GMS) na Oitava Reunião Ministerial de Cooperação Econômica do GMS realizada em Manila em 1996. Este conceito refere-se a uma instituição conectando produção, comércio e infraestrutura em uma região geológica especial, através da qual ampliando os canais de transporte, melhora nos ganhos econômicos e promoção da cooperação econômica e de desenvolvimento das regiões e países vizinhos. Para construir um "corredor econômico transnacional", é necessário que vários países, em áreas vizinhas e adjacentes, explorem suas próprias vantagens de recursos e capacidades, se complementem e façam a construção de infraestrutura, comércio e investimento, cooperação industrial, comércio turístico e tais tipos de cooperação (YIWEI, 2016, p.148, tradução nossa).

A instituição de um corredor econômico, conforme a literatura aponta, transpassa a uma mera relação comercial e de aproximação via infraestrutura. Há, sim, um novo ambiente

institucional, capaz de alicerçar novas formas de relação entre os estados, especialmente, em países com uma formação política e econômica frágil como no caso de países periféricos, por exemplo, o Paquistão (ACEMOGLU, 2004; 2012; CONCEIÇÃO, 2002). Ou seja, o CPEC reflete um longo período histórico das relações estratégicas entre chineses e paquistaneses, servindo para a projeção da Iniciativa Cinturão e Rota angariada em instituições chinesas dentro da perspectiva da Nova Ordem Global em formação (STUENKEL, 2018).

Corroborando para esta perspectiva, Dunning (2003) trabalha os investimentos diretos externos como importantes instrumentos de conexão entre os países de uma determinada região geográfica, econômica ou política. Desta forma, os IDE podem servir como um importante catalisador refletindo em ganhos de benefícios mútuos a partir tanto do país emissor quanto do receptor destes investimentos. Pontuam-se ganhos como: 1) o aumento da especialização; 2) a exploração de economias de escala; e 3) uma maior concentração geográfica de atividades econômicas (DUNNING, 2003).

Com isso, as instituições chinesas nos cinco níveis citados por Stuenkel (2018) – finanças; comércio e investimento; segurança; diplomacia e infraestrutura – refletem, de fato, em uma integração política e econômica regional diferenciada em relação às instituições do Ocidente. Vadell (2018) acrescenta a este novo ambiente do século XXI baseado na projeção chinesa, quando em 2009 o estado chinês reformulou sua estratégia de política externa. Essa reformulação foi baseada na priorização das relações de Pequim com o Sul Global, tendo como base:

- a) a prioridade de associações estratégicas com os países do Sul Global;
- b) a crescente importância dos vínculos econômicos; e
- c) a possibilidade de alianças com os países do Sul Global nas diferentes instituições e organizações internacionais (VADELL, 2018, p. 9).

Esse ambiente propício de investimentos, alicerçado em novas instituições e a proximidade geográfica e de parceria estratégica, fizeram com que o Paquistão se tornasse o principal receptor de investimentos da agenda chinesa sob a Iniciativa Cinturão e Rota. De acordo com Dunning (2003) o fator localização geográfica de um país é um determinante que deve ser considerado para os investimentos diretos externos, consequentemente passando a refletir em um aprofundamento político e econômico em longo prazo (DUNNING, 2003).

Atrelado à condicionante da localização geográfica, Dunning aponta para dois importantes aspectos referentes à ligação entre um ambiente mais propício para a integração política e econômica regional e os investimentos diretos externos:

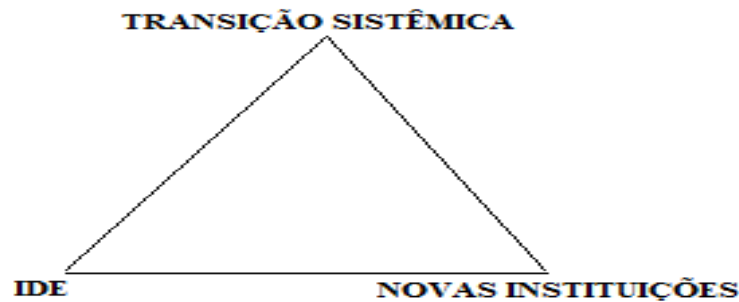
Quanto mais forte a mudança ambiental relacionada à integração regional, maiores os impactos sobre o IDE; quanto mais fortes forem as vantagens localizacionais de cada país ou indústria, mais provável é que o acordo de integração leve a entradas de IDE tanto do exterior como do resto da região integradora (DUNNING, 2003, p.125-126, tradução nossa).

Somado a este viés econômico dos IDE de Dunning, Santos e Milan (2014) identificaram que para uma compreensão mais ampla e coesa dos investimentos diretos chineses é importante acrescentar o poder geopolítico fomentado pela política de estado da China. Com isso, segundo Santos e Milan os investimentos chineses são motivados “pela grande disponibilidade de divisas do país, pela necessidade de adquirir ativos essenciais, entre eles os recursos naturais, e pelas políticas de incentivos às Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), como a intitulada ‘Atuação Global’” (SANTOS; MILAN, 2014, p. 458).

De acordo com o exposto acima, Pequim, a partir de seu viés geopolítico tem construído um cenário regional, tendo como pauta seu crescimento e desenvolvimento econômico a partir de suas capacidades ociosas, tanto econômicas quanto de mão de obra e tecnologia (HARVEY, 2018). Ligado aos investimentos, as instituições de cada país, segundo Acemoglu (2012), “diferem em seu sucesso econômico por causa de suas diferentes instituições, as regras que influenciam o funcionamento da economia e os incentivos que motivam as pessoas” (ACEMOGLU, 2012, p.73, tradução nossa). Ou seja, a reformulação do ambiente institucional regional respaldado por fortes investimentos chineses têm influenciado na própria política interna dos países receptores como é o caso do Paquistão, sob o viés institucional do CPEC (MALIK, 2016; 2018).

A perspectiva da influência chinesa para o Paquistão está baseada em um tripé teórico (Figura 5) que tem por finalidade exemplificar as relações históricas do Paquistão – Estado periférico – com a China – Estado semiperiférico – a partir da Economia Política Internacional. Considera-se conforme Small (2015) que, especialmente, no século XXI, “o Paquistão é uma parte central da transição da China de uma potência regional para uma global. [Islamabad] está no centro dos planos de Pequim para uma rede de portos, oleodutos, estradas e ferrovias que conectam os campos de petróleo e gás do Oriente Médio às megacidades do leste da Ásia.” (SMALL, 2015, p. 1, tradução nossa).

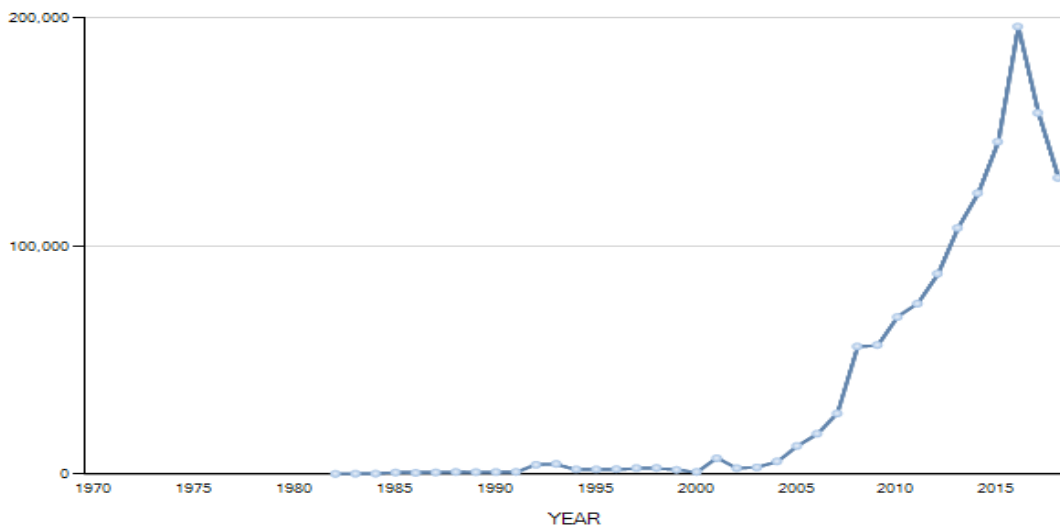
Figura 5 – Tripé conceitual



Fonte: Autoria própria (2019).

Este tripé conceitual está estruturado dentro do novo ambiente que a China tem fomentado, principalmente, a partir de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e com sua agenda ampliada pela política de *Going Global*. Ou seja, Pequim deixa de ser o maior país receptor de investimentos externos para tornar-se ao longo do século XXI o maior país investidor (VADELL, 2018) conforme Gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5: Fluxos de investimento externo chinês (em milhões de US\$)



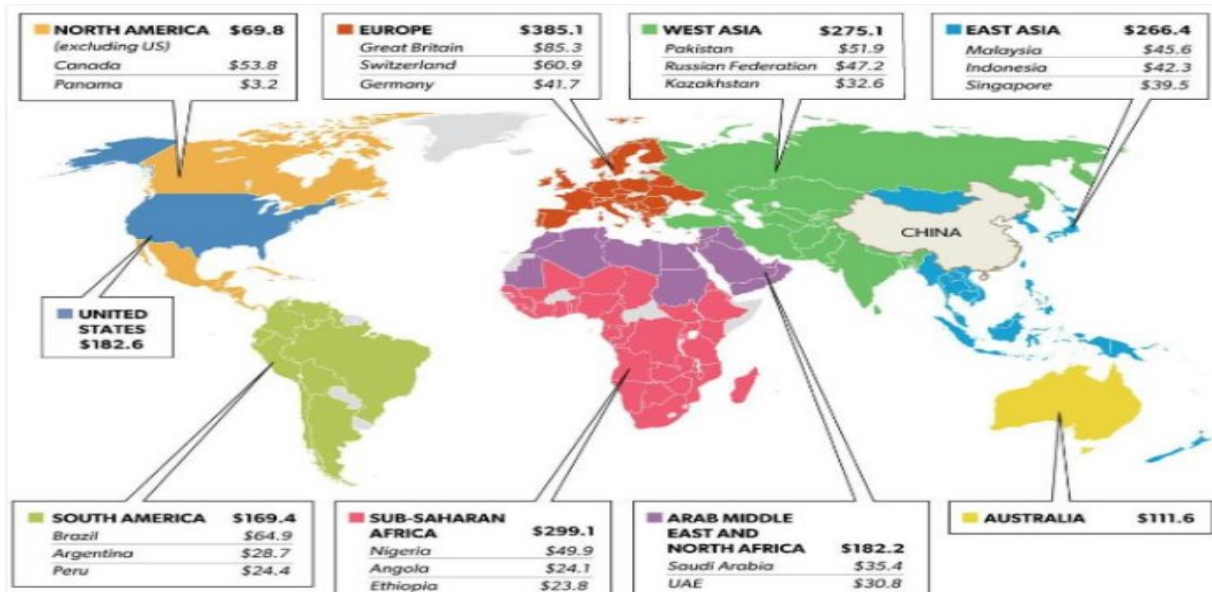
Fonte: UNCTAD (2019).

Nota-se assim que a projeção chinesa no século XXI tem reflexo político e econômico preponderante no sistema internacional, especialmente na sua região de influência, o Leste Asiático, sendo o Paquistão um dos países que mais recebem investimentos chineses (YIWEI, 2016). Segundo KhuramIqbal (2018) as principais fontes de financiamento para os projetos do CPEC são: Banco de Investimento e Infraestrutura da Ásia (AIIB); Banco de Desenvolvimento dos BRICS; Fundo da Rota da Seda; Associação Interbancária China-ASEAN; e pela

Associação Interbancária da OCX (IQBAL, 2018). Ou seja, os investimentos chineses no Paquistão são financiados a partir das instituições de Pequim, refletindo diretamente nas relações bilaterais de cunho estratégico (MALIK, 2016; 2018).

Consoante a isso, a Figura 6 apresenta a distribuição dos investimentos chineses em bilhões de dólares no período de 2005-2019 por região e principais países parceiros. Nota-se a importância do Paquistão em volumes totais de investimentos com um total de USD 51.9 bilhões. Somado a isso, eles estão vinculados, especialmente, no setor de infraestrutura com viés político, econômico e securitário. Um exemplo do viés estratégico com a qual a China trabalha com o Paquistão é a cooperação em nível espacial que está sendo realizado a partir do sistema Beidou⁹ dentro da Belt and Road Initiative. Este sistema está sendo testado em território paquistanês e o mesmo tem como perspectiva substituir o sistema Global Positioning System (GPS) dos Estados Unidos (YUSUFZAI, 2019).

Figura 6 – Investimentos Globais da China 2005-2019



Fonte: China's Worldwide Reach, 2019.

Segundo Iqbal:

⁹ “A Importância do sistema Beidou para o Paquistão encontra-se mais uma vez vinculado ao ‘fator indiano’. Segundo Amin Yusufzai “Há relatos de que quando as tropas paquistanesas tomaram posições em Kargil em 1999, uma das primeiras coisas que os militares indianos procuraram foram às informações do GPS para a região. O sistema de navegação espacial mantido pelos EUA negou-o à Índia” (YUSUFZAI, 2019, s/p). Ou seja, mesmo que os Estados Unidos tenham negado acesso aos dados do GPS durante a Guerra do Kargil entre Paquistão e Índia, Islamabad demonstra maior confiança na histórica parceria estratégica com a China do que as relações com Washington.

O Paquistão foi o Estado mais atingido pelo terrorismo desde o início do século XXI. Ele tem enfrentado enorme crise monetária, política, social e humana. Com perdas sob o engajamento ativo em conflitos regionais. A intervenção liderada pelos EUA no Afeganistão agravou ainda mais as linhas de falhas históricas, e a subsequente guerra global contra o Talibã mergulhou o Paquistão como um participante direto na Guerra Contra o Terror. Isso também serviu para nutrir extremismo, que, por sua vez, retardou o desenvolvimento econômico interno do Estado (IQBAL, 2018, p.200, tradução nossa).

Diante disso, a relação estratégica entre Islamabad e Pequim tem significado em termos práticos em uma reestruturação da política interna e externa paquistanesa. Assim, este país da periferia do Sistema Internacional tem se distanciado da influência dos Estados Unidos por questões ligadas à Guerra Contra o Terror e forte pressão dos Estados Unidos sobre o impacto geopolítico na região do Corredor Econômico entre Pequim e Islamabad (ANWAR, 2013).

Por conseguinte, a China tem ampliado seu escopo de influência no Paquistão. Este país com um histórico institucional baseado em instituições extrativistas¹⁰ tem tido uma experiência relevante junto a Pequim, trabalhando sobre uma perspectiva de instituições mais inclusivas¹¹ e capazes de trabalhar de forma a auxiliar no crescimento e desenvolvimento econômico do país (ACEMOGLU, ROBINSON, 2004). Ou seja, a formação econômica do Paquistão, fortemente ligada, conforme visto no capítulo 2 desta pesquisa, ao setor militar baseado nas estruturas Ocidentais levou o país a gastos exorbitantes em defesa e segurança não espalhando recursos para os demais setores do estado como de infraestrutura, econômica e social ao longo de seu processo de formação política e econômica (MCCARTNEY, 2011).

¹⁰ “As instituições políticas extrativistas concentram o poder nas mãos de uma elite estreita e colocam poucas restrições ao exercício desse poder. As instituições econômicas são então frequentemente estruturadas por essa elite para extrair recursos do resto da sociedade. As instituições econômicas extrativistas acompanham, naturalmente, as instituições políticas extrativistas. De fato, eles devem depender inerentemente de instituições políticas extrativistas para sua sobrevivência” (ACEMOGLU, ROBINSON, 2004, p. 81, tradução nossa).

¹¹ “Instituições econômicas inclusivas estimulam a atividade econômica, o crescimento da produtividade e a prosperidade econômica. Os direitos de propriedade privada seguros são centrais, pois somente aqueles com esses direitos estarão dispostos a investir e aumentar a produtividade. Um empresário que espera que sua produção seja roubada, expropriada ou totalmente taxada terá pouco incentivo para trabalhar, e muito menos qualquer incentivo para realizar investimentos e inovações. Mas tais direitos devem existir para a maioria das pessoas na sociedade” (ACEMOGLU, ROBINSON, 2004, p. 75, tradução nossa).

4.1 A PERSPECTIVA DA ESCOLA INSTITUCIONALISTA¹²: O CASO DO CPEC¹³ NA NOVA ORDEM GLOBAL¹⁴ EM CURSO

Sob a influência *Belt and Road Initiative* o CPEC tem sido cada vez mais o Corredor Econômico como principal exemplo de projeção geopolítica e geoeconômica do processo de Integração Política e Econômica da China no Século XXI para a região. Dentro desta perspectiva, o Paquistão tem na parceria estratégica com a China investido no setor de infraestrutura e energia a fins de sanar seus déficits relacionados a estes dois setores. Diante disso, a literatura institucionalista afirma que:

Os direitos de propriedade, a lei, os serviços públicos e a liberdade de contratar e trocar todos dependem do Estado, da instituição com capacidade coercitiva para impor ordem, impedir roubo e fraude e fazer valer contratos entre particulares. Para funcionar bem, a sociedade também precisa de outros serviços públicos: estradas e uma rede de transporte para que as mercadorias possam ser transportadas; uma infraestrutura pública para que a atividade econômica possa florescer; e algum tipo de regulamentação básica para evitar fraudes e malefícios. Embora muitos desses serviços públicos possam ser fornecidos por mercados e cidadãos particulares, o grau de coordenação necessário para fazê-lo em grande escala muitas vezes escapa a todos, exceto a uma autoridade central. O estado está, portanto, inexoravelmente entrelaçado com instituições econômicas, como o executor da lei e da ordem, a propriedade privada e os contratos, e muitas vezes como um provedor fundamental de serviços públicos. Instituições econômicas inclusivas precisam e usam o estado (ACEMOGLU, 2012, p. 75-76, tradução nossa).

¹² “Zysman propõe um esquema representativo da economia política institucional na forma como esta se reflete na dinâmica das várias economias nacionais, procurando identificar, em quatro passos, os vínculos entre a política, as instituições e os mercados. Passo 1: A origem das instituições e as regras de um determinado país são essenciais para se entender como operam seus mercados, que são diferenciados e operam segundo matizes determinadas historicamente. Além disso, evoluem progressivamente definindo rotinas, regras de incentivos e restrições, evidenciando a importância da história enquanto processo de evolução e de mudança da estrutura institucional do país. Passo 2: a estrutura institucional de uma economia, combinada com sua respectiva estrutura industrial (no melhor sentido clássico de organização industrial), cria distintos padrões de restrições e incentivos, que definem os interesses dos atores e o tipo de comportamento que passam a adotar. Isso implica a impossibilidade dos vários países em criar ou reproduzir estruturas industriais idênticas em contextos econômicos, sociais e regionais distintos. Passo 3: uma lógica de mercado específica gera determinados padrões de estratégias corporativas e a estrutura interna das firmas. Passo 4: a concorrência comercial pode ser, em parte, compreendida como uma interação com as lógicas nacionais dos mercados, uma vez que as diferenças entre as estratégias competitivas e o acesso ao mercado e à tecnologia criam os padrões de concorrência em escala internacional” (ZYSMAN apud CONCEIÇÃO, 2002, p.70).

¹³ Identifica-se que o CPEC tem servido como uma projeção de influência cada vez maior da China para a região do Leste Asiático sob a perspectiva de investimentos diretos baseados em infraestrutura com capacidade de espalhar laços pelo viés político, econômico (financeiro e monetário) e securitário.

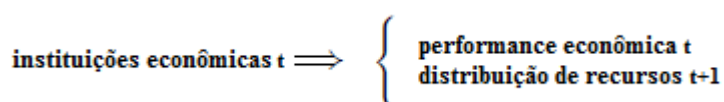
¹⁴ “Defende-se aqui como nova ordem global a perspectiva de Oliver Stuenkel o qual afirma estar em curso a criação de iniciativas, especialmente, chinesas e dos países emergentes nas quais elas “estão criando, em seu conjunto, uma estrutura paralela que reduzirá a reivindicação universal de várias instituições lideradas pelo Ocidente. Entretanto, à diferença de muitos alarmistas, que presumem de maneira irrealista que a China vá destruir as estruturas existentes no futuro próximo, Stuenkel sustenta um argumento mais nuançado: pode-se esperar que os formuladores de política em Pequim (e em Déli e Brasília) continuem a investir em estruturas dominadas pelo Ocidente e pressionem por sua reforma. Ao mesmo tempo, contudo, eles expandirão redes discretas em muitas áreas diferentes, prontos para engajar aqueles que sentem que as instituições de hoje não logram satisfazer suas necessidades, ou aqueles que buscam aumentar sua autonomia em relação aos Estados Unidos” (STUENKEL, 2018, p.128).

Corroborando para a perspectiva da importância das instituições que formam tanto o estado quanto as instituições (organizações internacionais) que influenciam este a partir da integração regional ou pela cooperação como no caso do CPEC, Douglas North (1990) faz uma indagação válida para o debate, definindo instituições como as definidoras das “regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana” (ACEMOGLU, 2009, p. 3, tradução nossa). Ou seja, o regramento da instituição estado é que molda a melhor forma de alocação de recursos para investimentos em infraestrutura com a finalidade de um crescimento e desenvolvimento econômico mais equânime e equilibrado no longo prazo (CONCEIÇÃO, 2002).

Tendo em vista as falhas na formação do Estado do Paquistão, o CPEC tem fornecido à sociedade paquistanesa, a partir de seus institutos de Pesquisa e Desenvolvimento, nos meios acadêmicos, em conjunto com os institutos avançados chineses, uma capacidade de fortalecimento do estado. Procurando se contrapor ao seu histórico de centralização de gastos em defesa e segurança frente a movimentos terroristas na fronteira com o Afeganistão, bem como com a Índia (MALIK, 2016; 2018; IQBAL, 2016). Para Max Weber (1944) o estado é o “monopólio da violência legítima” na sociedade. Com isso, este monopólio deve servir para encorajar a sociedade a trabalhar para se desenvolver de forma conjunta e mais igualitária, segundo Acemoglu “assim, quando o estado falha em alcançar quase qualquer centralização política, a sociedade, mais cedo ou mais tarde, desce ao caos” (ACEMOGLU, 2012, p. 81, tradução nossa).

Conforme afirma Acemoglu “sociedades com instituições econômicas que facilitam e encorajam o acúmulo de fatores, a inovação e a alocação eficiente de recursos irão prosperar” (ACEMOGLU, 2009, p. 2, tradução nossa). Somado a isso, o autor afirma que as instituições econômicas “não apenas determinam o potencial de crescimento econômico agregado da economia, mas também uma série de resultados econômicos, incluindo a distribuição de recursos no futuro (ou seja, a distribuição da riqueza, do capital físico ou do capital humano)” (ACEMOGLU, 2009, p. 3, tradução nossa). Assim, Acemoglu identifica conforme Esquema 1 abaixo:

Esquema 1



t = presente e t+1 = futuro

Com isso, para Acemoglu há uma relação direta entre a Política e a Economia, ou seja, o poder político é o que precede, bem como molda as definições das instituições econômicas, conforme Esquema 2 abaixo:

Esquema 2

poder político $t \implies$ instituições econômicas t

Assim como no caso do Paquistão, além das instituições militares, há uma forte influência de grupos extremistas, separatistas e terroristas. De fato, seguindo a perspectiva teórica segundo Acemoglu grupos como estes “podem revoltar-se, usar armas, contratar mercenários, cooptar os militares ou usar protestos economicamente caros, mas em grande parte pacíficos, a fim de impor seus desejos à sociedade” (ACEMOGLU, 2009, p.5, tradução nossa). Nesse sentido, conforme o Esquema 3 abaixo, o poder político está fortemente ligado ao poder de fato:

Esquema 3

distribuição de recursos $t \implies$ poder político de fato t
 $t =$ presente

Por fim, Acemoglu identifica que a centralização de poder nas mãos de um pequeno grupo, como no caso paquistanês (setor militar) resulta em “instituições econômicas que oferecem proteção aos direitos de propriedade e oportunidades iguais para o resto da população são difíceis de sustentar-se” (ACEMOGLU, 2009, p.5, tradução nossa). Ou seja, para ele há uma relação direta entre poder político e instituições políticas, conforme abaixo no Esquema 4:

Esquema 4

poder político $t \implies$ instituições políticas $t+1$
 $t =$ presente e $t+1 =$ futuro

Sendo assim, Acemoglu, dentro da perspectiva institucionalista, contribui para a análise da formação histórica econômica do Paquistão na medida em que apresenta como o poder político centralizador no caso paquistanês levou o estado a falhar na distribuição de recursos públicos para os setores de infraestrutura. Dessa forma, sendo o país o propulsor do desenvolvimento e crescimento econômico, cabe a ele trabalhar com instituições políticas e

econômicas inclusivas capazes alocar os investimentos para os setores da sociedade como um todo. Como exemplo disso, o CPEC tem tido êxito, mesmo que inicial, na coordenação dos recursos para a infraestrutura com forte influência das instituições chinesas. Ou seja, para Acemoglu as economias nacionais devem estar estruturadas em um ambiente institucional inclusivo, no qual o responsável é e deve ser o estado, pois é ele o detentor do poder político legítimo.

Nesse sentido, Conceição (2002) argumenta que a importância da Escola Institucionalista para uma melhor compreensão da Economia e Política está na ideia de que elas “geram, viabilizam ou influenciam as inovações tecnológicas, a forma de organização das firmas, o processo de trabalho, as políticas macroeconômicas e o padrão de competitividade. Ou seja, as instituições articulam o processo de crescimento e desenvolvimento econômico” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 15). Para este autor, tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico devem estar estruturados em mudanças no sistema, interno e externo do país tendo como parâmetros contínuos rearranjos nas esferas micro e macroeconômico (CONCEIÇÃO, 2002).

Stuenkel (2018) menciona que instituições como o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS servem ‘para muitos pensadores no Sul Global como um “movimento significativo das economias emergentes para romper com o modelo doador-recebedor tradicional, advogado pelas nações ocidentais por mais de seis décadas”’ (STUENKEL, 2018, p.138-139). Ou seja, as formas de financiamento e investimentos propostos pela Iniciativa Cinturão e Rota significam um remodelamento institucional no Sistema Internacional entre países investidores e receptores, reforçando a ideia de uma ordem paralela as antigas amarrações ocidentais tradicionais como o FMI. Destaca-se neste sentido o caso do Paquistão deixando os Estados Unidos de ser seu maior investidor ao longo da formação econômica paquistanesa e passando para a China o posto de primeiro investidor, culminando com o CPEC (MALIK, 2016; 2018).

Segundo Conceição¹⁵ “são as economias políticas contemporâneas que definem um conjunto de instituições, cujas origens importam porque influenciam seu tipo de

¹⁵ Conceição contribui para a importância da Escola Institucionalista ao resumir esta linha teórica a partir de “oito itens: ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativista das instituições sociais, que não podem ser tidas como dadas, pois são produto humano e mutáveis; o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um "sistema de controle social" representado pelas instituições, as quais a conformam e a fazem operar; ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico; o determinante último da alocação de recursos não é qualquer mecanismo abstrato de mercado, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, as quais estruturam os mercados, e para as quais os mercados dão cumprimento; a "teoria do valor" dos institucionalistas não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas

comportamento” (CONCEIÇÃO, 2002, p.82-83). Ou seja, as instituições políticas e econômicas influenciam o comportamento dos estados e entre os estados como uma forma a realocar os arranjos tradicionais para os novos. Criando, assim, um novo ambiente para investimentos com capacidade de incentivar os países da periferia e semiperiferia a se organizarem em uma ordem paralela no sistema internacional (STUENKEL, 2018).

Nesse sentido, Acemoglu (2009) colabora com o debate ao identificar a importância do poder político. Aqui se assume este poder como o estado, com capacidade de influenciar as instituições econômicas e seu próprio desempenho. Dessa forma, segundo ele:

O poder político então determina as instituições econômicas e o desempenho econômico. Também influencia a evolução futura do poder político e da prosperidade. As instituições econômicas determinam a distribuição de recursos naquele momento, o que, por sua vez, influencia a distribuição do poder de fato no futuro. Da mesma forma, a distribuição de poder em qualquer ponto determina não apenas as instituições econômicas, mas também as futuras instituições políticas. Assim, a alocação do poder político em uma data, devido à maneira como influencia a distribuição de recursos e as instituições políticas futuras, tem um efeito crucial sobre a alocação futura do poder político de fato e de direito (ACEMOGLU, 2009, p.62-63, tradução nossa).

Com isso, o Estado tem o papel central na alocação de recursos sendo a instituição política com capacidade de articular investimentos, junto aos demais estados por meio de parcerias estratégicas, alianças e ou cooperação. Ao longo da história paquistanesa a parceria com os Estados Unidos foi moldada para fins securitários e de fortalecimento do setor militar. Com a China a relação de Islamabad foi vinculada também com um viés securitário ligado ao *fator indiano* como já vimos, mas com um forte vínculo no setor de infraestrutura, ou seja, a cooperação entre estes dois países ao longo da formação econômica do Paquistão teve a perspectiva de corrigir os déficits ligados ao setor de integração física (MALIK, 2016; 2018).

Segundo Conceição (2002) a compreensão da importância do crescimento e desenvolvimento dos estados pode ser feita a partir da Escola Institucionalista, que deve ser feita com o estudo da História¹⁶ de uma determinada sociedade ou país onde se podem mensurar as

instituições, estruturas e comportamentos sociais; a cultura tem um papel dual no processo da "causação cumulativa" ou coevolução, porque é produto da contínua interdependência entre indivíduos e subgrupos; a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e hierarquia, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações"; e os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas, o que torna seu objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar. Estas oito considerações precisam, com relativa amplitude, o campo de pesquisa institucionalista” (CONCEIÇÃO, 2002, p.33).

¹⁶ “Identifica-se a história como importante instrumento explicativo da formação dos indivíduos, bem como da sociedade e do estado como instituição política e econômica. Assim, Veblen (1898) corrobora para esta análise afirmando que “a história de vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação de meios a fins que mudam cumulativamente à medida que o processo avança, sendo que tanto o agente quanto seu ambiente são, em qualquer momento, o resultado do processo passado. Seus métodos de vida hoje são impostos

diferentes formas de crescimento e desenvolvimento capitalista (CONCEIÇÃO, 2002). Ou seja, como o processo de mudança de um país pode ser decisivo ou não. Assim, só consegue-se identificar essa mudança a partir da história até o período contemporâneo, neste caso o Paquistão tem tido uma alteração em sua dinâmica interna e externa a partir de uma maior aproximação com a China e certo distanciamento das relações com o Centro (SAHAH, 2018).

Em relação a isso, ainda segundo Conceição, “crescimento implica a existência de instituições, que surgem ou desaparecem em um contexto de mudanças. Portanto, há uma vinculação entre crescimento, desenvolvimento e mudança, cuja mediação é feita pelo ambiente institucional” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 26). Esse novo ambiente institucional tem sido estruturado amplamente por Pequim, com um viés da semiperiferia tendo a capacidade de propor uma ordem paralela não como oposição aos Estados Unidos, mas sim, como alternativa a cartilha das instituições econômicas e financeiras ocidentais como nos casos do FMI e do Banco Mundial (STUENKEL, 2018).

Com isso, o aprimoramento das relações do Paquistão com a China tem significado em termos políticos e econômicos reflexo de uma intensificação cada vez maior das projeções estratégicas entre os dois países. Conforme Guruswamy (2011) há um fortalecimento da cooperação entre empresas dos dois países como *joint ventures* com fins militares e de armas, ultrapassando o tom comercial e ampliando o sistema de trocas de informação e de tecnologia como nos casos: do avião de caça JF-17 Thunder; o avião de treinamento avançado K8 Karakorum; tecnologia de mísseis Al-Khalid; e mísseis de cruzeiro Babur (GURUSWAMY, 2011).

Assim sendo, as relações estratégicas entre Paquistão e China nos moldes das instituições ligadas ao Sul Global dentro da perspectiva da ordem paralela, tem refletido positivamente no setor de infraestrutura paquistanês. Assim, Yasir Khan (2018) afirma que:

Francamente falando, o CPEC melhorou o perfil global do Paquistão e a construção de sua imagem positiva. Em 2007, era considerado “o país mais perigoso do mundo”, agora o FMI e o Banco Mundial fazem uma previsão de que o Paquistão esteja entre as economias emergentes à frente da Indonésia, Malásia, Turquia e Egito. Esforços em andamento e perspectivas promissoras não só auguram bem, mas também elevam o status do CPEC no mundo. Desde o início do CPEC, a taxa de pobreza caiu pela metade desde 2002 - uma queda enorme - segundo o Banco Mundial; a classe média subiu para 38%, enquanto outros 4% são de classe alta - aproximadamente o equivalente a toda a população da Alemanha ou da Turquia; o mercado acionário de Karachi cresceu 46% em 2017 e o crescimento do PIB está previsto entre 5,5% e 5,8% em 2018-19, o

a ele por seus hábitos de vida herdados de ontem e pelas circunstâncias deixadas como o resíduo mecânico da vida de ontem” (VENBLEN, 1898, 391, tradução nossa).

suficiente para colocar a economia no caminho certo (KHAN, 2018, s/p., tradução nossa).

Dentro da perspectiva histórica e dos resultados do CPEC, as relações entre Paquistão e China têm intensificado o crescimento econômico do país receptor de investimentos, reduzindo seus déficits em infraestrutura. Somado a isso, conforme Conceição (2001) “a real determinação de toda alocação em qualquer sociedade se dá por sua estrutura organizacional: em resumo, por suas instituições, em que o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 31). Ou seja, para uma melhor compreensão dos resultados do CPEC e como o estado tem moldado a sua economia e o mercado é necessário verificar os projetos que foram alocados no Corredor e os que foram efetivados separando por setor. Dessa forma, a próxima seção se voltará ao levantamento destes dados a fim de colaborar com esta pesquisa.

4.2 CPEC¹⁷: SETORES E PROJETOS FASE I¹⁸ – A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Durante esta pesquisa, procurou-se identificar desde a formação econômica do Paquistão a partir do primeiro investimento de infraestrutura da China neste país que “o investimento é a variável chave do desenvolvimento” (LEITE, 2018, p. 268). Assim, conforme estabelecido nessa histórica relação bilateral o CPEC¹⁹ nada mais significa do que um resultado de longo prazo da estratégia regional e internacional destes dois países, assumindo uma posição estratégica política, econômica e securitária. Na perspectiva das relações da semiperiferia com

¹⁷ Os dados referentes à estrutura e aos projetos constantes neste subcapítulo foram coletados diretamente do site oficial do CPEC: <http://cpec.gov.pk/>. Acesso: 20 out. 2019.

¹⁸ A FASE II do CPEC é no período entre 2020-2025.

¹⁹ “O CPEC é um projeto de desenvolvimento de 15 anos entre o Paquistão e a China. Isso implica a ligação do Porto de Gwadar para região da China no norte-ocidental de Xinjiang através de rodovias, ferrovias, oleodutos e gasodutos, e um link de fibra óptica. A cooperação estratégica em energia entre os dois países foi implementada antes da proposta da concepção do corredor. Durante a visita do ex-premiê chinês Wen Jiabao ao Paquistão em dezembro de 2010, a Administração Nacional de Energia (NEA) da China e do Ministério do Petróleo e Recursos Naturais do Paquistão emitiu um Memorando de Entendimento (MoU) sobre a criação do mecanismo de grupo de trabalho de energia. A primeira reunião deste grupo foi realizada em agosto de 2011, durante a qual ambas as partes tiveram uma profunda troca de opiniões sobre o desenvolvimento das indústrias de eletricidade, carvão, petróleo, gás e energia nova. Um Programa Cooperativo foi gerado para ajudar o Paquistão a aliviar a escassez de energia na segunda reunião no Paquistão em maio de 2012. O grupo foi absorvido no quadro da CPEC em 2013. Na terceira reunião em Janeiro de 2014 ambos os países entraram em consenso sobre energia nuclear, eletricidade, carvão e energia renovável, e concordaram em definir-se uma equipe de investigação para promover a cooperação energética para a construção do CPEC, principalmente incluindo a exploração de carvão, extração de petróleo e gás, mineração e transporte, arranjo rede de fio elétrico, etc.” (HALI, 2016, p.43, tradução nossa).

a periferia do sistema internacional, são as novas condicionantes do desenvolvimento e crescimento econômico chinês que tem construído um ambiente institucional mais favorável para parceiros como Islamabad. Dessa maneira, a nova ordem baseada em instituições do Sul Global reflete os anseios por um sistema internacional mais equânime frente às diretrizes de governança das instituições do Centro (STUENKEL, 2018; VADELL, 2018; PAUTASSO, 2011; JIANGTAO; ZHENG, 2019).

Diante disso, o CPEC é uma secretaria vinculada ao *Ministry of Planning, Development and Reform of Pakistan*. A instituição é subdividida em cinco departamentos, são eles: *National Highway Authority; Gwadar Port Authority; Gwadar Development Authority; National Electric Power Regulatory Authority; e Private Power and Infrastructure Board*. Vinculado a ele, há o *Joint Cooperation Committee (JCC)*, órgão administrativo institucional sendo subdividido conforme o Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 – Comitê Misto de Cooperação (JCC)
(Co-presidido pelo Ministro PDR e Vice-Presidente NDRC)

Grupo de Trabalho Conjunto	Grupo de Trabalho Conjunto
Planejamento	Energia
Grupo de Trabalho Conjunto	Grupo de Trabalho Conjunto
Infraestrutura de transporte	Gwadar
Grupo de Trabalho Conjunto	Grupo de Trabalho Conjunto
Parques Industriais / Zona Econômica Especial	Segurança
Grupo de Trabalho Conjunto de Zonas	Grupo de Trabalho Conjunto
Cooperação internacional & Coordenação	Desenvolvimento Econômico e Social
Grupo de Trabalho Conjunto	Grupo de Trabalho Conjunto

Fonte: Site Oficial CPEC, 2019

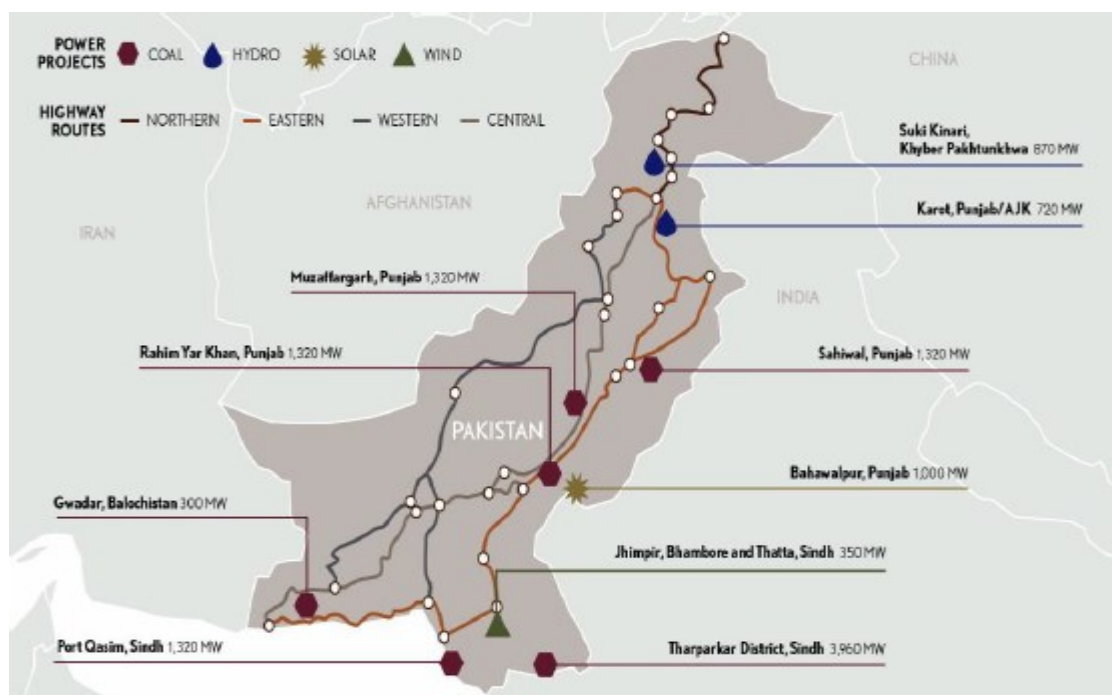
As divisões do JCC foram estruturadas para corresponder a cada setor que compõe o CPEC. Portanto, estes itens serão apresentados separados por setores nesta pesquisa: Setor energético; infraestrutura (rodovias e ferrovias); Gwadar; Projetos da Rota Ocidental; Projetos de desenvolvimento do setor social; Zonas Econômicas Especiais (ZEE); Novos projetos provinciais; e Outros projetos. Além disso, serão divididos por setor os projetos que foram inclusos separando-os por estágio que se encontram.

4.2.1 Setor energético

Conforme visto no segundo capítulo desta pesquisa, o setor energético é um dos maiores gargalos para o desenvolvimento do estado do Paquistão ao longo de sua formação

econômica. O auge do problema no déficit energético foi na década de 1990, quando o país teve de utilizar a produção através de termelétrica, considerada muito cara. Diante disso, o país seguiu importando energia, porém, com a finalização dos primeiros projetos do CPEC, o Paquistão, no ano de 2019, aproxima-se da autossuficiência na produção e distribuição energética (AZIZ, 2019; MIRZA; FATIMA; ULLAH, 2019). Conforme a Figura 7, podemos identificar importantes projetos neste setor:

Figura 7 – Projetos em Energia



Fonte: Council on Foreign Relations (2016).

Neste sentido, o primeiro projeto financiado pelo Fundo da Nova Rota da Seda foi a construção da Usina Hidrelétrica de Karot no Paquistão, além de outros investimentos em energia limpa neste país (HALI, 2016). Diante disso, o CPEC tem sido fundamental para a ampliação da capacidade produtiva do país neste setor, o Paquistão reconhece que “o Fundo da Rota da Seda e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) continuam a fornecer apoio financeiro considerável aos projetos relacionados ao CPEC” (HALI, 2016, p.70).

Dessa forma, o setor energético está dividido em 2 quadros por ordem estabelecida nos projetos do CPEC, são eles: Quadro 8: Projetos prioritários do CPEC-Energia; Quadro 9: Projetos CPEC-Energia ativamente promovidos e projetos de energia potencial. Abaixo serão identificados os projetos e seus respectivos estágios:

Quadro 8 – Projetos prioritários do CPEC-Energia

Nome do Projeto	Custo estimado (USD M)	Situação
2 × 660MW usinas a carvão em PortQasim Karachi	1912.2	Concluído 2017
Estação Hidrelétrica SukiKinari, Naran, KhyberPakhtunkhwa	1707	Estimativa de execução e conclusão 2022
Usina a carvão Sahiwal 2x660MW, Punjab	1912.2	Concluído 2017
Usina a carvão de 2 × 330MW do bloco II de Engro TharTEL 1 × 330MW Projeto de energia acionada por lenhite na boca da mina em Thar Block-II, Sindh, Paquistão Projeto ThalNova 1 × 330MW de boca de mina demitido em Thar Block-II, Sindh, Paquistão Mina de superfície no bloco II do campo de Thar Coal, 3,8 milhões de toneladas / ano	3460.8	Em operação
Parque Eólico Hydro China Dawood (Gharo, Thatta)	112.65	Em operação
Projeto de Energia à Base de Carvão Importado de 300MW em Gwadar, Paquistão	Ainda a ser determinado	A determinação da tarifa está em andamento
Parque Solar Quaid-e-Azam 1000MW (Bahawalpur) Quaid-e-Azam	1,302	Concluído em 2016
Parque Eólico UEP (Jhampir, Thatta)	250	Em operação
Parque Eólico Sachal (Jhampir, Thatta)	134	Em operação
Bloco de carvão SSRL Thar-I 6,8 mtpa e mina SEC Central elétrica de boca (2 × 660MW) (Shinghai)	1912.12 + 1,300	Em operação
EstaçãoHidrelétricaKarot	1698.26	Em operação
Segundo projeto de energia eólica das Três GargantasProjeto de Energia Eólica Três Garagantas	150	Em operação
Central elétrica a carvão CPHGC 1.320MW, Hub, Baluchistão	1912.2	Em operação
Projeto da linha de transmissão de Matiari para Lahore ± 660kV HVDC	1658.34	Em operação
Matiari (PortQasim) - Projeto da Linha de Transmissão de Faisalabad	1,500	Em operação
Mina Thar Boca Oracle Power Plant (1320MW) e superfície	Ainda a ser determinado	Contrato de participação em novos parceiros de capital em processo.
Total	20921.77	15

Fonte: CPEC. 2019

O Quadro 8, conforme dados acima, tem um total de 15 projetos. Entre estes, 3 já estão finalizados, totalizando USD 5.126,40 em milhões. Junto a isso, 10 estão em operação significando um total de USD 14088,37 em milhões. Ou seja, dentro da perspectiva de investimentos de longo prazo, os projetos demonstram a amplitude das relações estratégicas entre chineses e paquistaneses neste setor de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer país no sistema internacional. Identifica-se aqui a importância da energia para ampliação das capacidades de setores como o industrial, com o qual Paquistão tem forte ligação histórica. Um exemplo é o da produção têxtil em grande escala.

Quadro 9 – Projetos CPEC-Energia ativamente promovidos e projetos de energia potencial

Nome do Projeto	Custo estimado (USD M)	Situação
Projeto Kohala Hydel, AJK	2364.05	Em operação
Rahimyarkhan usina de combustível importado 1320 MW	1,600	Em operação
Projeto de Energia Eólica Cacho 50MW		Concluído 2017
Projeto Ocidental de Energia Eólica (Pvt.) Ltd. de 50MW		Em operação
Estação Hidrelétrica Phandar		Sob revisão de especialistas de ambos os lados
Hidrelétricas Gilgit KIU		Sob revisão de especialistas de ambos os lados
Total	3964,05	6

Fonte: CPEC, 2019.

De acordo com os dados do Quadro 9, o setor energético do Paquistão tem recebido fortes investimentos da China, tendo como objetivo corrigir seu déficit de produção interna. Destes 6 projetos listados, 1 está concluído e outros 3 em operação significando um valor total estimado de USD 3964,05 milhões. Destes projetos, identifica-se que 2, o *Phandar Hydropower Station* e o *Gilgit KIU Hydropower*, estão em eminência de serem iniciados. Identifica-se que o setor energético tem sido impulsionado pela parceria estratégica entre Pequim e Islamabad como forma de corrigir os déficits históricos deste setor no Paquistão (CPEC, 2019).

4.2.2 Infraestrutura: rodovias e ferrovias

Embora nesta pesquisa se considere como infraestrutura todos os projetos ligados a obras no âmbito da construção civil como, por exemplo, a *Karakoram Highway* ou o Porto de Gwadar, segue-se neste subcapítulo a divisão definida a partir do site oficial do CPEC. Conforme já identificado, a KKH é o símbolo histórico das relações do Paquistão com a China, mas percebe-se que ao longo destas relações outras obras ligadas a rodovias e ferrovias tiveram financiamento dos investimentos chineses (FATIMA, 2019; GISHKORI, 2019).

Os projetos na área de infraestrutura e transportes do CPEC têm importantes resultados vinculados, especialmente, a projetos de cooperação histórica entre o Paquistão e a China como no caso da *Karakoram Highway*, exemplo de integração física entre os dois países, embora a maioria dos projetos deste setor esteja em plena operação e a minoria deles esteja não concluída (IQBAL, 2018). Com o CPEC, muitas obras passaram a compor a cartilha de projetos deste

Corredor, sendo assim o setor de infraestrutura está dividido conforme os quadros: Quadro 12: Rodovia; e Quadro 13: Projetos do setor ferroviário. Abaixo serão identificados os projetos e seus respectivos status:

Quadro 10 – Rodovia

Nome do Projeto	Custo estimado (USD M)	Situação
KKH Fase II (SeçãoThakot-Haveliana) (118 KM)	1,315	Em operação
Peshawar-Karachi Motorway (Multan-Sukkur Section) (392 KM)	2,889	Concluído 2019
Rodovia Khuzdar-Basima N-30 (110 km)	19.19 BillionRupee	Em operação
Atualização do D.I.Khan (Yarik) - Zhob, N-50 Fase I (210 km)	Rs. 8.15 Billion	Maior prioridade acordada no 8º JCC
KKH Thakot-Raikot N35 porção restante (136 Km)		Formalidades processuais a serem concluídas em breve
Total		5

Fonte: CPEC.

A partir do Quadro 10 podemos notar que, dos 5 projetos, 2 estão no âmbito da segunda fase da KKH, outros 3 estão fora dela, mas também têm como plano estratégico interligar o território paquistanês a partir de rodovias de alta velocidade. Isso se comprova a partir da Figura 8, retirada da National Highway Network, no qual é ilustrado o status da malha rodoviária atual paquistanesa, tendo como ponto de partida a ligação entre Xinjiang na China até os portos de Karachi e Gwadar com saída para o Oceano Índico (CPEC, 2019; NATIONAL HIGHWAY NETWORK, 2019).

Figura 8 – Rodovias do Paquistão



Fonte: National Highway Network, 2019.

Os investimentos chineses na malha rodoviária paquistanesa são identificados como uma das prioridades para a interconexão entre os dois países. Rotas alternativas têm sido apontadas como um dos principais focos de estudo e pesquisa por parte dos projetos alicerçados pela BRI sob o âmbito do CPEC. A empresa estatal do Paquistão FWO tem trabalhado em conjunto com os chineses para que as obras tenham viabilidade técnica e física, haja vista as dificuldades dadas pelo relevo e por questões securitárias diante de grupos extremistas. Somado a isso, o histórico de guerras com a Índia e os problemas advindos da Guerra Contra o Terror em solo afegão e até mesmo paquistanês, procuram-se ordenar outras rotas que sirvam de fluxo em casos excepcionais como estes (KHAN, 2018).

Assim, das oito rotas apontadas: KKH; Alinhamento Ocidental; Alinhamento Central; Auto-estrada Peshawar-Karachi; Rodovia Indus; Rodovia Nacional; em construção; e planejadas; na Figura 8, notamos que há um incremento com a parceria estratégica com a China. A conexão por via terrestre dos Portos de Karachi, atualmente o porto de maior movimento de container do país com o Porto de Gwadar, o qual tem a pretensão de ser um futuro *hub*²⁰

²⁰Este termo passou a ser utilizado na literatura para identificar portos com elevada capacidade de movimentação de navios e containers, significando em termos gerais como um ponto estratégico por sua alta capacidade de concentração econômica, comercial e militar.

logístico no Oceano Índico em termos econômicos e securitários, tem por finalidade geraram fluxo de crescimento e desenvolvimento interno do Paquistão, demonstrando que o CPEC tem como preocupação não apenas servir ao país investidor, a China, mas de colaborar com as necessidades de infraestrutura do país receptor, o Paquistão (MALIK, 2016; 2018).

Conforme o exposto acima, outro importante subsetor da infraestrutura está ligado à expansão ferroviária. Ou seja, haja vista os desafios elencados na formação histórica econômica do Paquistão, os investimentos em ferrovia são fundamentais para ampliação do fluxo de mercadorias, especialmente, nos setores de produção tradicionais paquistaneses arroz e têxteis, bem como o próprio fluxo de pessoas interconectando a China e o Paquistão através de trens de alta velocidade como é o caso da ML-1 em fase de operação conforme Quadro 11 abaixo (IQBAL, 2016).

Quadro 11 – Projetos do setor ferroviário

Nome do Projeto	Custo estimado (USD M)	Situação
Ampliação e reconstrução da linha ML-1 existente (1830 KM)	8,172	Em operação
Porto seco haveliano (450 M. Unidades equivalentes a vinte pés)	65	Acordo-quadro assinado em maio de 2017
Desenvolvimento da capacidade das ferrovias do Paquistão		Concluído 2017
Estrada de Ferro Karachi Circular		Concluído 2017
Trânsito em massa Região Grande Peshawar		A viabilidade do trânsito em massa na região da Grande Peshawar está em processo.
Trânsitoem Massa Quetta		A viabilidade do transporte de massa na região da Grande Peshawar está em processo.
Linha Orange – Lahore		O projeto da linha laranja será concluído em 2019. Custo USD 1626 (M).
Total	7	

Fonte: CPEC, 2019

Com isso, esses projetos inclusos no CPEC refletem um plano no longo prazo de dinamização e ampliação das cadeias produtivas do Paquistão. O status de país da periferia do sistema internacional tem sido identificado por Islamabad não como um desafio, mas sim, como uma oportunidade estratégica junto à China de organizar e fomentar um ambiente interno baseado em obras de infraestrutura tendo em vista a corrigir os gargalos históricos do país em

termos físicos, sendo os subsetores de rodovias e ferrovias importantíssimos para a consolidação paquistanesa no século XXI junto ao chinês (MUMTAZ, 2018).

De forma complementar, estes projetos são baseados no setor de transportes, tendo em vista a interconexão das regiões do Paquistão internamente. Ou seja, o aumento das capacidades de conectividade de mercadorias e pessoas entre as cidades e Províncias deste país, significa parte da estratégia entre chineses e paquistaneses como forma de consolidação do crescimento e desenvolvimento econômico baseado a partir de investimentos em infraestrutura.

4.2.3 Gwadar

A região de Gwadar, assim como seu Porto, como já visto anteriormente, é o setor mais estratégico tanto para o Paquistão no contexto interno, pois estabelece investimentos na região mais pobre do país, além de ser o terceiro porto paquistanês e ser um ponto estratégico no contexto do Oceano Índico (MALIK, 2016; 2018). Pequim compreende estar em Gwadar a grande estratégia para a consolidação do CPEC no longo prazo, bem como cria uma importante interligação entre Xinjiang com saída para o Oceano e o estratégico Estreito de Ormuz (YIWEI, 2016). No Quadro 14 podem ser observadas informações sobre a região de Gwadar²¹:

²¹ “Os planos futuros do porto de Gwadar incluem a construção de tanques de óleo para armazenamento a granel, refinaria de petróleo, estabelecimento de indústrias petroquímicas, estaleiro de conserto de navios, cultivo de camarões, estaleiros de construção de navios, armazéns frigoríficos e fábricas de gelo e esportes aquáticos recreativos. Esses tipos de indústrias e atividades aumentarão ainda mais as oportunidades de emprego no país, o que melhorará a economia e colocará o Paquistão entre os principais países econômicos da região. O CPEC desempenhará um papel importante em tornar o Paquistão uma das rotas comerciais de trânsito mais atraentes do mundo. Essa rota comercial, no futuro, pode ligar a Ásia central através do Afeganistão e dar aos países da Ásia Central um acesso mais fácil à rota marítima para o Extremo Oriente e a Austrália. Assim, o CPEC tem um forte potencial para reviver a antiga Rota da Seda, com o Paquistão sendo o centro do palco em todo o processo de renascimento” (FAHAD, 2015, S/P, tradução nossa).

Quadro 12 – Gwadar

Nome do Projeto	Custo estimado (USD M)	Situação
Via expressa East-Bay de Gwadar	168	Em operação
Novo Aeroporto Internacional de Gwadar	230.00	Aprovado para iniciar a operação
Construção de quebra-mares	123	O projeto de plano de negócios foi recebido dos chineses (COPHCL), em revisão pelo MoP& S e GPA
Dragagem de áreas e canais de atracação	27	O Projeto de MoU para a Viabilidade Técnica e Comercial conjunta também foi preparado e aprovado pelos Ministérios envolvidos
Desenvolvimento da Zona Franca	32	1ª fase concluída e inaugurada em janeiro de 2018
Instalações necessárias de tratamento de água doce, abastecimento e distribuição de água	130.00	A fase 1, situada nos oleodutos da represa de Swad até Gwadar, está quase concluída.
Hospital da Amizade Pak China	100	Atas de execução assinadas em 29 de março de 2019
Instituto Técnico e Profissional Pak-China em Gwadar	10.00	Atas de execução assinadas em 29 de março de 2019
Plano Diretor da Gwadar Smart Port City	4	Em operação
Bao Steel Park, petroquímico, aço inoxidável e outras indústrias em Gwadar		Em implementação
Desenvolvimento da Universidade de Gwadar (Desenvolvimento do Setor Social)		Em implementação
Projeto de subsistência de Gwadar		Em implementação
Total	701	12

Fonte: CPEC, 2019

Conforme visto acima a partir dos dados expostos no Quadro 12, a região de Gwadar tem sido projetada para além do Porto, ou seja, os projetos nesta região têm como enfoque desenvolver este território como um todo tendo em vista fortalecer sua economia a partir de obras ligadas aos mais variados setores como: econômicos; políticos; comerciais; securitários; sociais; educacionais; e culturais. Isto é, tendo como exemplo o projeto ligado ao Desenvolvimento da Universidade de Gwadar (Desenvolvimento do Setor Social), este reflete, em síntese, a perspectiva da cooperação estratégica dos investimentos diretos externos chineses tendo como foco o desenvolvimento e crescimento econômico no longo prazo (YIWEI, 2016).

Atrelado a isso, outras importantes obras estão sendo realizadas no âmbito do tratamento de água, abastecimento e distribuição, como é o caso do Projeto Instalações

necessárias para tratamento, abastecimento e distribuição de água doce, que está na fase 1 de seu desenvolvimento. A ampliação do fluxo e tratamento de água no Paquistão reflete uma demanda histórica dos setores ligados, principalmente, a agricultura e industrial (MCCARTNEY, 2011). Na pauta comercial, a criação da zona franca de Gwadar tem como perspectiva ofertar um ambiente propício para a instalação de indústrias nacionais e internacionais, bem como *joint ventures*, tendo como perspectiva tornar esta região como importante polo industrial paquistanês com saída direta para o Oceano Índico (QAZI, 2016).

Adicionalmente, outro importante passo para a consolidação de Gwadar está na construção do Aeroporto. Este projeto reflete a perspectiva do Estado paquistanês de colocar esta região a partir do CPEC como uma importante rota tanto marítima, quanto terrestre e aérea sendo a China o mais importante parceiro (CPEC, 2019). Com isso, outros projetos no âmbito dessa região refletem o desenvolvimento estratégico entre um país da semiperiferia com um país da periferia do sistema internacional, tendo em vista as correções em longo prazo da formação econômica paquistanesa.

4.2.4 Outros projetos

Conforme mencionado anteriormente, o CPEC está dividido em setores, embora todos reflitam, de fato, investimentos para a infraestrutura e o de quanto isso é ampliado para os demais setores do país. Diante disso, embora a secretaria do Ministério do Planejamento, Reforma e Desenvolvimento do Paquistão em parceria com a China identifique outros projetos de forma separada de acordo com o Quadro 13, é importante esclarecer que eles não podem ser considerados menos importantes que os demais (QAZI, 2016).

Quadro 13 – Outros Projetos

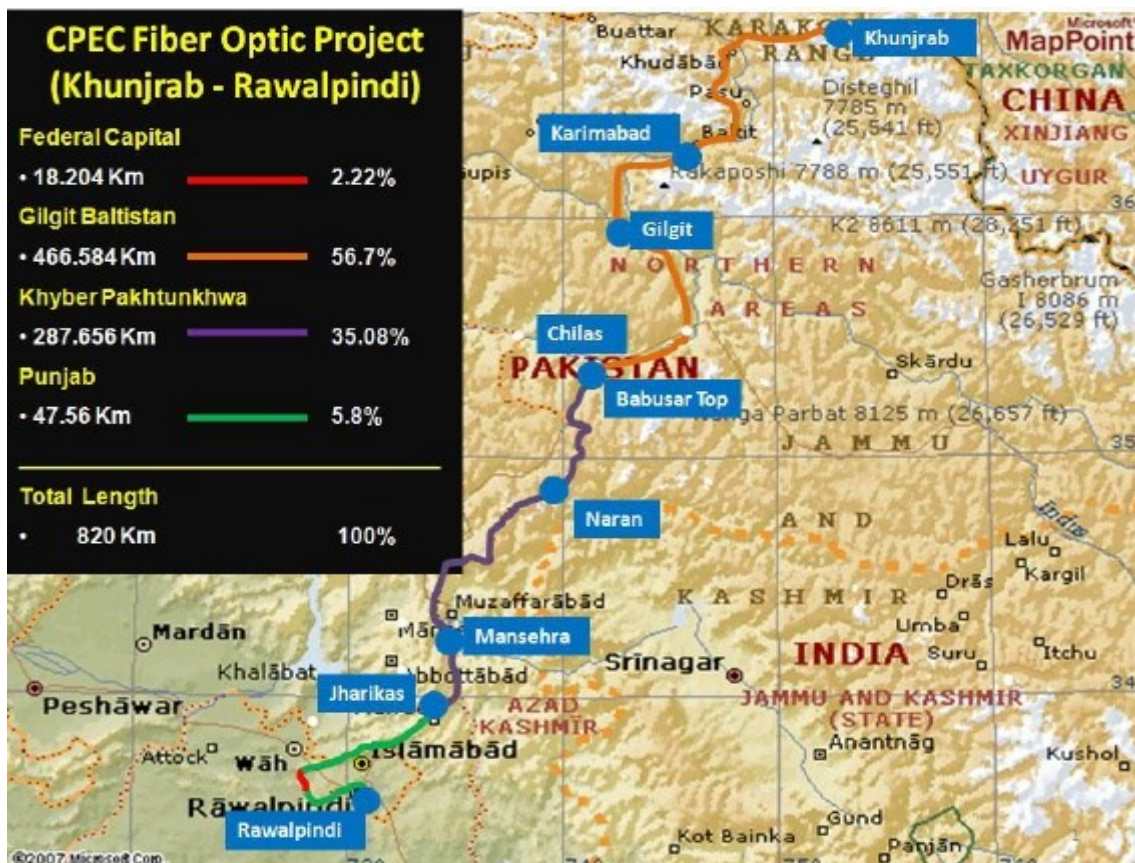
Nome do Projeto	Situação
Cabo de fibra óptica transfronteiriça	Concluído 2018
Projeto Piloto de Transmissão Multimídia Digital Terrestre (DTMB)	Aprovado em 2 de maio de 2018
Sistema de Alerta Precoce (EWS), Departamento Meteorológico do Paquistão	Em implementação
Total	3

Fonte: CPEC, 2019

Nesse sentido, o projeto Cabo de fibra óptica transfronteiriça, concluído no ano de 2018, está incluso em um amplo projeto de fibras ópticas que têm por finalidade interligar China e Paquistão, significando mais uma vez o histórico elo estratégico destas relações (KHAN, 2018). Com isso, de acordo com a Figura 9 pode-se notar que os projetos de fibras ópticas tem

por finalidade interligar Khunjrab na fronteira do Paquistão com a China até Rawalpindi na região de Punjab próxima a capital de Islamabad (GOV.PK, S/ANO).

Figura 9 – Projetos de fibras ópticas



Fonte: PC.GOV.PK, 2016

De acordo com isso, um total de 820 Km de cabos de fibras ópticas foram instaladas com o CPEC, que refletem uma ampliação significativa das conexões na área de tecnologias e telecomunicações entre os dois países. Assim, os outros dois projetos do Quadro 15 nas áreas digital e de meteorologia têm por finalidade melhorar os resultados para identificação das comunicações e sistema de informação tanto em termos securitários, quanto econômicos. A Figura ilustra também os projetos do CPEC que estão localizados na conflituosa região da Caxemira entre Paquistão e Índia (RAHUL, 2018).

4.2.5 Novos projetos provinciais

Nesta subseção estão listados, conforme o Quadro 16, os novos projetos que estão em fase de implementação pelo CPEC. Grande parte, se não todos estes projetos, enfrentam os

problemas ligados aos grupos extremistas, especialmente, nas duas províncias mais pobres do Paquistão, o Baluchistão e o Pashtu, ambos na rota oriental do Corredor Econômico. A fronteira com o Afeganistão tem graves problemas para a implementação das obras de infraestrutura, pois muitos rebeldes reivindicam a independência destes territórios como, por exemplo, as regiões compostas pelos povos com origem iraniana os Baluch e Pashtu (Pathan) (XIGUANG, 2016).

Quadro 14 – Novos Projetos

Nome do Projeto	Situação
Projeto de desenvolvimento do porto marítimo de Ketibunder	Em implementação
Projeto Rodoviário Naukundi-Mashkhel-Panjgur, conexão com M-8 e N-85	Em implementação
Estrada da ligação Chitral CPEC de Gilgit, Shandor, Chitral para Chakdara	Em implementação
Construção de estradas Mirpur - Muzaffarabad - Mansehra para conectividade com a rota CPEC	Em implementação
Esquema de abastecimento de água de Quetta do Canal de alimentação de Pat, Baluchistão	Em implementação
Mineração de ferro, processamento e usinas de aço em Chiniot, Punjab	Em implementação
Total	6

Fonte: CPEC, 2019

Com isso, esses projetos refletem mais uma vez os planos de longo prazo do Paquistão, tendo em vista a redução dos déficits em infraestrutura, que precisam ser corrigidos para que ocorra, de fato, uma conexão física das províncias deste país. A percepção da parceria com a China nestes novos projetos listados no Quadro 14 são parte da compreensão de que está em curso uma nova ordem global baseada em instituições da semiperiferia do SI que têm por finalidade assegurar os investimentos na perspectiva do crescimento e desenvolvimento econômico tanto do país emissor quanto receptor (STUENKEL, 2018; YIWEI, 2016; PAUTASSO, 2011).

Sendo assim, nota-se, conforme elucidado nesta pesquisa, que “a proximidade geográfica, as compulsões domésticas e muitos fatores regionais e globais aumentaram a força da relação sino-paquistanesa” (KHAN; 2016, p. 89, tradução nossa). Diante disso, mesmo que os projetos listados no Quadro 16 ainda estejam em fase de implementação de acordo com as dificuldades anteriormente mencionadas, refletem como as autoridades paquistanesas têm reagido aos históricos gargalos econômicos do país (MUMTAZ, 2018).

4.2.6 Zonas Econômicas Especiais (ZEE)

As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) do Paquistão foram trabalhadas em conjunto com a China a partir da assinatura dos Memorandos de Entendimento do CPEC. Elas estão sendo implementadas tendo como base o projeto de desenvolvimento interno chinês, ou seja, as nove ZEE em território paquistanês estão distribuídas em todas as províncias deste país, assim a projeção no longo prazo é criar um ambiente propício ao investimento econômico e comercial, bem como aumentar a produção industrial em conjunto com projetos ligados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (MALIK, 2016; 2018). Assim, a partir do Quadro 15 pode-se identificar os nomes dos projetos para a criação das ZEE.

Quadro 15 – ZEE

Project Name	Status
1 Zona Econômica de Rashakai, M-1, Nowshera	Em implementação
2 Zona Econômica Especial da China Dhabeji	Em implementação
3 Zona Industrial de Bostan	Em implementação
4 Cidade Industrial de AllamaIqbal (M3), Faisalabad	Em implementação
5 Zona industrial modelo de TIC, Islamabad	Em implementação
6 Desenvolvimento de um parque industrial nas siderúrgicas do Paquistão em PortQasim, perto de Karachi	Em implementação
7 Zona Econômica Especial em Mirpur, AJK	Em implementação
8 Mohmand Marble City	Em implementação
9 Moqpondass SEZ Gilgit-Baltistão	Em implementação
Total	9

Fonte: CPEC, 2019

Com isso, conforme o Quadro 15, a Zona Econômica de Rashakai, M-1, Nowshera em por finalidade a industrialização da região. No que compete ao projeto Zona Econômica Especial da China Dhabeji, na região do Sindh, o governo local destinou 1530 acres de terra, tendo em vista que este é “um Projeto Prioritário no *China Pakistan Economic Corridor* (CPEC), que tem por finalidade facilitar os potenciais investidores da China e de outros países a iniciar novas empresas ou transferir suas instalações para o Paquistão” (CPEC, 2019, tradução nossa). A prioridade deste projeto são empresas *joint venture* nos moldes chineses.

Além disso, na região do Baluchistão está sendo implementada a Zona Industrial de Bostan, que tem por finalidade atender indústrias como processamento de frutas; máquinas agrícolas; setor farmacêutico; montagem de motos; cromitos; óleo de cozinha; indústrias de cerâmicas; armazenamento de gelo; aparelhos elétricos; e indústrias do ramo alimentício Halal. Na região de Punjab, a Cidade industrial de AllamaIqbal (M3), Faisalabad, está projetada para

atender os setores industriais como: têxtil; aço; produtos farmacêuticos; engenharia; produtos químicos; processamento de comida; plásticos; e implementos agrícolas.

Arelado a isso, há a Zona Industrial do modelo TIC, Islamabad, na capital do Paquistão, onde os setores industriais a serem priorizados por esta ZEE são: aço; processamento de comida; produtos farmacêuticos e químicos; e impressão e embalagem. No Porto de Qasim está sendo implementado o desenvolvimento de um parque industrial nas usinas siderúrgicas do Paquistão em Port Qasim, perto de Karachi, tendo em vista atender os ramos industriais ligados ao: aço; automotor; farmacêutico e químico; impressão e embalagem; e vestuário. Na região de Mirpur, a Zona Econômica Especial em Mirpur, AJKtem por finalidade atender ao setor industrial de maneira geral, sem priorizar ramos em específico.

Por fim, na região de Fata a Mohmand Marble City ainda está em fase de análise do projeto e a região do Gilgit-Baltistan com a Moqpondass SEZ Gilgit-Baltistan tem por finalidade atender os setores industriais de mármore/granito; processamento de minério e ferro; processamento de frutas; indústria siderúrgica; unidade de processamento mineral; e indústria de couro. Assim, as ZEE significam um total de 9 importantes projetos ligados ao CPEC tendo como perspectiva o desenvolvimento econômico das regiões do Paquistão partindo do fomento industrial a partir das características internas de cada localidade (QAZI, 2016; CPEC, 2019).

4.2.7 Projetos de desenvolvimento do setor social

O desenvolvimento dos projetos para o setor social tem sido um dos pontos mais debatidos ao longo da formalização e consolidação do CPEC, pois o Paquistão identifica que somente com uma troca eficaz de conhecimento entre estudos de alto nível entre chineses e paquistaneses é que será possível corrigir, mesmo que no longo prazo, os problemas advindos da formação histórica do país (KHAN, 2016; MALIK, 2016; 2018). Com isso, o Quadro 16 tem por finalidade apresentar os projetos que compõem essa perspectiva de cooperação bilateral entre Pequim e Islamabad.

Quadro 16 – Projetos no Setor Social

Nome do Projeto	Situação
Trocas de pessoas para pessoas	Em implementação
Transferência de conhecimento em diferentes setores	Concluído 2017
Estabelecimento da Academia de Ciências Sociais do Paquistão	Concluído
Transferência de Conhecimento no setor de Educação através do Consórcio de Escolas de Negócios	Concluído
Total	4

Fonte: CPEC, 2019

Observa-se que dos quatro projetos, três já se encontram concluídos, considerando aqui a Fase 1 do Corredor Econômico. O principal objetivo da política externa de Islamabad com Pequim a partir dos projetos de âmbito social tem sido de fomentar o intercâmbio de paquistaneses para institutos de P&D na China, tendo em vista, no longo prazo, que os paquistaneses deverão administrar o CPEC passado o estágio de investimentos em infraestrutura. Note-se aqui que o Corredor Econômico tem previsão de término em 2030, porém, as relações China e Paquistão, conforme a história indica, permanecerão cada vez mais estratégicas para ambos os lados.

Ilustrativamente, a troca de conhecimento bem como a criação no Paquistão de centros como o estabelecimento da Academia de Ciências Sociais do Paquistão corrobora para a análise que não são somente as áreas das engenharias que devem ser potencializadas, mas sim, as ciências sociais e humanas para que a população saiba identificar estrategicamente os anseios políticos, econômicos e securitários do país como um todo (CPEC, 2019). Soma-se a essa perspectiva sob o âmbito comercial o projeto Transferência de Conhecimento no setor de Educação através do Consórcio de Escolas de Negócios tendo em vista a troca de conhecimento entre o setor educacional e o setor ligado aos negócios.

4.2.8 Projetos da Rota Ocidental

Embora o CPEC trabalhe sob uma divisão por setores como é o caso dos projetos ligados a rodovias, a Rota Ocidental foi identificada com projetos de forma separada, pois é considerada a de maior desafio para a concretização das obras. Dessa forma, a Rota Ocidental está localizada nas regiões mais pobres economicamente, bem como de maior instabilidade política e securitária conforme já visto nesta pesquisa. O Quadro 19 apresenta que, dos seis projetos desta Rota, dois foram concluídos e um está em vias de ser finalizado.

Quadro 17 – Projetos da Rota Ocidental

Nome do Projeto	Situação
Auto-estradaHakla D.I Khan	Previsão dezembro 2019 (285 KM)
D.I Khan (Yarik) –Zhob (N-50)	Em implementação (210 KM)
Zhob Quetta (N-50)	Em implementação (331 KM)
Khuzdar-Quetta - Seção Chaman (N-25)	Em implementação (431 KM)
Surab-Hoshab (N-85)	Concluído (449 KM) Rs. 17.97 Bilhões
Gwadar - Turbat - Hoshab (M-8)	Concluído (123 KM) Rs. 13 Bilhões
Total	6

Fonte:CPEC

Diante disso, os projetos D.I Khan (Yarik) –Zhob (N-50); Zhob Quetta (N-50); Khuzdar-Quetta– Chaman Section (N-25) estão na fase de implementação conforme listados no Quadro 17. A conexão física entre as cidades e províncias do Paquistão, especialmente, uma maior integração entre a Rota Oriental – Punjab e a Rota Ocidental – Baluchistão tem como foco diminuir a distância entre as duas regiões, bem como melhor conectar o país. Assim, esses projetos, como os outros setores, têm tido como enfoque a conexão do Paquistão internamente, bem como saída para o Oceano Índico, especialmente, via Gwadar e conectando este a região de Xinjiang na China (MALIK, 2016; 2018; RAHUL, 2018).

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi debater sobre o impacto dos investimentos diretos chineses na economia do Paquistão tendo como marco inicial o ano de 1965 com a construção da rodovia KKH que liga a cidade de Kashgar na província chinesa de Xinjiang a capital de paquistanesa Islamabad na região de Punjab. A análise vai até o ano de 2018 quando se encerra o governo do primeiro ministro paquistanês Nawaz Sharif o qual assinou junto a Xi Jinping em 2015 os memorandos de entendimento para a formalização do CPEC dentro da Iniciativa Cinturão e Rota. Assume-se a dificuldade em apurar mais detalhadamente os dados quantitativos dos IDE comparativos dos países investidores no Paquistão de 1965-2018, assim trabalhou-se com os dados disponíveis, especialmente, de fontes secundárias. Porém, identifica-se que esse aspecto não interferiu nos resultados da pesquisa, uma vez que o estudo trouxe tabelas, gráficos e ilustrações quantitativas capazes de estabelecer um nexos com a abordagem metodológica e teórica.

Primeiramente, identifica-se que as relações entre Centro, Semiperiferia e Perifera do Sistema Internacional são importantes para a compreensão do processo de formação econômica do Paquistão, haja vista a preponderância dos investimentos diretos externos norte-americanos e chineses ao longo do período pesquisado. Nota-se, comparativamente, que enquanto o Centro, Estados Unidos, trabalha em uma perspectiva de intervenção e de gastos em defesa e segurança no Paquistão, a China, protagoniza uma relação estratégica de investimentos em infraestrutura.

Do ponto de vista político e econômico a independência do estado paquistanês significou o fortalecimento do setor militar como principal instituição do país em formação, uma vez que o banco central das antigas colônias britânicas no momento de partilha ficou sob administração indiana. Como consequência imediata, a alocação de recursos e a formação de políticas públicas estiveram condicionadas ao poder do exército. Assim, os períodos de controle militar intercalados com períodos de ‘democracia’ foram ao longo do século XX direcionados por uma estratégia de poder com altos gastos em defesa e segurança tendo como justificativa o *fator indiano* e a estabilidade interna frente aos grupos insurgentes, especialmente, das regiões mais pobres como, por exemplo, o Baluchistão. Observou-se com esta pesquisa que um dos fatores para a baixa alocação de recursos do governo para todos os setores da economia nacional foia forte centralização política-institucional dos militares, a qual se manteve os gastos em defesa e segurança desvinculados de um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo.

Nesse sentido, os governantes paquistaneses optaram por instituições não inclusivas que pouco fomentaram a inovação e a *Pesquisa & Desenvolvimento*. Não se defende com este estudo que os setores estratégicos de defesa e segurança não sejam fundamentais para todos os estados do sistema internacional, porém estes devem estar vinculados ao plano de desenvolvimento econômico de todos os países, incluindo apoio a infraestrutura, ciência e tecnologia. Ao longo da Era de Ouro do Paquistão que foi de 1947 até 1972, período de maior crescimento econômico deste país, os recursos econômicos e comerciais não foram alocados de forma planejada para a ampliação e consolidação da infraestrutura. Assim, a principal construção neste setor foi impulsionada pela parceria estratégica com o estado chinês no ano de 1965 com a construção da Karakoram Highway, tendo como base dois fatores preponderantes, foram eles:

- a) a guerra sino-indiana de 1962; e
- b) a segunda Guerra entre Paquistão e Índia em 1965.

Resumidamente, o século XX do Paquistão teve como centralidade:

- a) o constante combate com o estado indiano;
- b) gastos elevados e centralizados em defesa e segurança;
- c) crescimento populacional elevado;
- d) baixíssimo índice de alocação de recursos para outros setores importantes como educação;
- e) índice de poupança baixo;
- f) recepção de investimentos externos mal alocados pelo estado; e
- g) baixo índice de governança, tendo como uma das principais consequências os elevados índices de pobreza populacional e disparidades entre suas regiões.

Dentro destes aspectos mencionados, a condição de estado periférico paquistanês o coloca como um país que tem sua política interna fortemente vinculada as condicionantes de sua política externa, ou seja, a intervenção norte-americana, que foi um fator relevante para as ações e centralização de poder no setor militar. A estabilidade deste estado era como é fundamental para o plano estadunidense na região do Leste Asiático e Oceano Índico, porém como elucidado durante esta pesquisa, as relações entre Islamabad e Pequim ganharam como tem ganhado cada vez mais autonomia frente as diretrizes impostas por Washington. Uma vez que, assim como para os Estados Unidos, a estabilidade do Paquistão é de suma importância para a China, especialmente, pelo fato de Xinjiang, província chinesa, fazer fronteira com o país muçulmano.

Além disso, embora Islamabad no século XX tenha assumido a agenda do Terceiro Mundo com sua entrada no Movimento dos Países Não-Alinhados, bem como sua participação na criação da SAARC, entre outros movimentos junto aos países muçulmanos, foram as relações com os Estados Unidos, China, URSS (posteriormente Rússia) e Índia que definiram a agenda do país. O estudo realizado identificou a partir de uma análise histórica que embora os dados econômicos apontem os Estados Unidos como maiores na entrada de capitais, os investimentos diretos chineses desde o início com a KKH têm uma perspectiva ligada diretamente a correção dos gargalos em infraestrutura física do Paquistão. Assim, nota-se a importância de alguns fatores estratégicos para essa diferenciação entre Pequim e Washington em relação a Islamabad:

- a) a proximidade regional entre China e Paquistão;
- b) a estabilização da região chinesa de Xinjiang que faz fronteira com o Paquistão sempre foi uma preocupação constante da política interna e externa chinesa; e
- c) o crescimento e desenvolvimento paquistanês passa a ser identificado cada vez mais pela estratégia chinesa como um importante instrumento para sua projeção no Oceano Índico como alternativa ao Mar do Sul da China ‘Estreito de Málaca’.

O cenário de Guerra Fria e as constantes guerras entre Islamabad e Nova Dehli (1947; 1965; 1971; 1999) deram ao estado paquistanês a oportunidade de realizar estratégias junto com a China. Conforme visto no capítulo 3 desta pesquisa, a “Entente-Cordiale” foi de suma importância para que o Paquistão pudesse ter um ‘parceiro para todos os climas’ frente a pressão indiana, especialmente. Outra importante demonstração da evolução das relações entre chineses e paquistaneses esteve no plano estratégico nuclear de Islamabad, quando a China ao receber investimentos norte-americanos para seu desenvolvimento nuclear criou um intercâmbio junto ao Paquistão para que este também desenvolvesse este setor, concluindo em 1999 em plena Guerra de Kargil com a Índia o seu projeto nuclear e passando a fazer parte do seleto grupo de países nuclearizados. Esse aspecto não significa um investimento apenas em matéria de defesa e segurança, a parceria bilateral de Pequim com Islamabad refletiu em uma projeção de Pesquisa & Desenvolvimento de longo prazo nessa temática.

O Porto de Gwadar e seu contexto no Oceano Índico foram identificados por chineses e paquistaneses como fundamentais para a consolidação cada vez maior de suas relações bilaterais. Embora Gwadar tenha passado a fazer parte dos investimentos de Pequim apenas no início do século XXI, ele significa um importante instrumento estratégico para a presença de ambos os estados no Oceano Índico dentro do Colar de Pérolas, tendo sua agenda ampliada com a Iniciativa Cinturão e Rota. Em nível multilateral, a entrada do Paquistão como membro

observador e depois como membro permanente da OCX reflete mais uma vez a importância de sua parceria com a China, além de abrir maior espaço para investimentos em infraestrutura através do AIIB, Fundo da Rota da Seda e por via do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, os dois primeiros vinculados a Organização e o último a Iniciativa Cinturão e Rota.

A entrada do século XXI para o Paquistão foi de grande impacto para suas relações com antigos parceiros do Centro hegemônico como no caso dos Estados Unidos a partir da política externa da Guerra Contra o Terror, bem como sua parceria com o país da semiperiferia a China, onde a política de *Going Global* e a entrada na OMC deram um novo status a essa potência regional a qual tem se projetado cada vez mais neste presente século a partir de sua (re)ascensão no sistema internacional. De acordo com isso, Islamabad passou a receber investimentos dos Estados Unidos tendo como contrapartida o combate ao terrorismo, enquanto que a China reafirmou mais uma vez sua agenda de investimentos diretos externos não apenas no setor de defesa e segurança, sendo exemplo disso o Porto de Gwadar a partir de 2001 culminando com o CPEC, embora seja discutível se este porto não poderá servir como futura base militar para a China.

Diante disso, compreende-se que o sistema internacional está passando por um processo de transição sistêmica, na qual, especialmente, a China como potência emergente, tem sido cada vez mais propositiva em sua agenda criando novas instituições nos mais diversos setores com capacidade de angariar um novo status aos países do Sul Global. Soma-se a isso, o estado do Paquistão que segundo Small (2015) é o principal parceiro estratégico regional para Pequim, uma vez que este país por sua posição estratégica e sua parceria histórica com a China passa a ser de suma importância para a consolidação de várias iniciativas chinesas como é o caso da Iniciativa Cinturão e Rota. Exemplos como o desenvolvimento do sistema de monitoramento de satélites Beidou que substitui o GPS dos Estados Unidos em solo paquistanês são exemplos notáveis de que os projetos de infraestrutura e tecnologia têm avançado amplamente no território deste país periférico a partir de recursos chineses.

Com isso, percebe-se desde a criação do importante projeto da KKH rodovia que liga a fronteira chinesa com a capital do Paquistão Islamabad como os investimentos diretos externos chineses passaram cada vez mais a fazer parte do cenário interno deste país. Desde a formação histórica do Paquistão até o século XXI os investimentos de cunho mais estratégico para o seu crescimento e desenvolvimento econômico estiveram interligados com sua parceria estratégica com Pequim. De 1965 até 2018 identificou-se com essa pesquisa que o CPEC, é considerado um marco histórico para as relações entre os dois países em termos de entrada de capitais em valores e a amplitude da agenda de projetos para todos os setores da economia

paquistanesa, ultrapassando pela primeira vez na história os investimentos dos Estados Unidos em solo paquistanês, tornando-se a China o maior investidor no Paquistão. Embora isso seja fato, notou-se que esse Corredor é consequência de uma longa parceria, diferentemente de outros corredores da Iniciativa Cinturão e Rota.

Compreendeu-se ao longo da pesquisa que os efeitos do financiamento chinês no Paquistão são diferenciados, pois as estratégias da maioria dos investimentos sempre estiveram vinculadas a infraestrutura. Mas o ponto crucial para uma melhor compreensão deste impacto esteve na identificação de que todo e qualquer investimento só é capaz de transformar um país em longo prazo se as instituições deste estado estiverem em consonância com políticas públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento econômico. Ou seja, não é o estado investidor que deve definir onde e como alocar os recursos, mas sim, o país receptor, com instituições inclusivas, conforme elucidado pela Escola Institucionalista, o qual deverá coordenar os recursos, efetivar projetos e trabalhar estrategicamente com o país investidor tendo em vista a melhor alocação dos investimentos em sua economia.

Com isso, a Escola Institucionalista da Economia colabora com a análise de como o CPEC a partir de sua institucionalização sendo composto por um corpo técnico paquistanês vinculado ao *Ministry of Planning, Development and Reform of Pakistan* com reuniões bilaterais com os chineses é capaz de trabalhar a infraestrutura como um instrumento para o desenvolvimento. Tendo como exemplo disso, o setor energético paquistanês que na década de 1990 enfrentou uma grave crise de produção, no ano de 2019 com a primeira fase do CPEC concluída tem como resultado histórico para o país a produção de 100% de toda a energia que consome, ou seja, o Paquistão não depende mais da importação de energia para atender sua população, bem como para atender a demanda energética dos setores produtivos do país.

Os investimentos diretos externos, assim como foi elucidado ao longo dessa pesquisa, são conforme Dunning (2003) um importante instrumento para um ambiente mais propício para a integração e cooperação regional entre os países envolvidos. Além disso, este autor identifica que o fator localização também deve ser considerado como ponto relevante para o aprimoramento das relações entre os estados. Ou seja, os investimentos em infraestrutura chineses baseados fortemente por um viés estatal (SANTOS; MILAN, 2003; NOGUEIRA; HAFFNER, 2016) são identificados cada vez mais pela política externa paquistanesa como fundamentais para que o país alcance índices de crescimento e desenvolvimento de sua população. O novo ambiente institucional regional e global proposto pela China baseado em investimentos em infraestrutura tem criado um efeito gravitacional capaz de colocar o

continente asiático como um grande *player* do sistema internacional do século XXI (ARRIGHI, 2008; WALLERSTEIN, 2004; PAUTASSO, 2011).

Não há, pois, como negar a importância dos investimentos diretos chineses no Paquistão ao longo dessa histórica parceria estratégica. Embora se identifique a dificuldade de mensurar em termos quantitativos o real impacto destes investimentos na economia paquistanesa, notou-se com essa pesquisa que qualitativamente o aprimoramento dos IDE chineses no Paquistão correspondem ao avanço da parceria entre ambos os estados, bem como pela política de potência regional chinesa a partir de sua estratégia estatal interna e externa. O CPEC e sua institucionalização foram resultados dessa agenda propositiva desde o período da Guerra Fria. É importante destacar que as conclusões desta pesquisa somente foram possíveis após serem utilizados alguns instrumentos analíticos tais como:

- a) a análise histórica da formação econômica do Paquistão a partir de uma visão institucional;
- b) a transição sistêmica a partir da (re)ascensão chinesa e do Leste Asiático no sistema internacional no século XXI;
- c) a Escola Institucionalista da Economia; e
- d) os Investimentos Diretos Externos.

Sendo assim, assume-se a partir deste estudo que os investimentos em infraestrutura da China no Paquistão ao longo da história e com o CPEC tem fomentado um ambiente mais propício para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, onde o setor militar tem trabalhado em conjunto com estes projetos mais vinculado a segurança para a manutenção e efetivação destes investimentos do que uma alocação única e restrita ao combate dos ‘males internos’ e ‘males externos’, bem como cada vez mais livre das ‘amarrações’ das instituições do Centro do sistema internacional FMI e Banco Mundial.

Desta forma, finalmente, no que se refere especificamente à hipótese desta dissertação a mesma foi comprovada, pois conforme visto durante essa pesquisa, os investimentos diretos externos chineses auxiliaram o Paquistão a crescer e se desenvolver, pois deram suporte em setores estratégicos para este país. Exemplo disso foi a construção da KKH que proporcionou a este estado a criação da empresa estatal FWO, construtora ligada ao setor de infraestrutura em cooperação com Pequim, bem como outros projetos e parcerias estratégicas nessa pesquisa abordados. Ou seja, o CPEC nada mais é do que resultado dessa histórica relação bilateral entre China e Paquistão, sendo a cooperação o instrumento principal dessa ‘amizade para todos os climas’.

REFERÊNCIAS

ABID, Massarrat; ASHFAQ, Ayesha. CPEC: Challenges and Opportunities for Pakistan. **Pakistan Vision**, v. 16, n. 2, p. 142-169, 2016. Disponível em: <http://pakistanhouse.net/wp-content/uploads/2016/11/CPEC-challenges.pdf>. Acesso em 29 dez. 2019.

ABI-HABIB, Maria. **Iniciativa econômica da China no Paquistão toma um rumo militar**: Pequim obtém favores e influência com um vizinho estratégico. **Estadão**, Islamabad, 29 dez. 2018. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,iniciativa-economica-da-china-no-paquistao-toma-um-rumo-militar,70002659207>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven N. **Handbook of Economic Growth**. Amsterdam: North Holland, 2005, p. 385-464.

AFRIDI, Jamal; BAJORIA, Jayshree. **China-Pakistan Relations**: Council on Foreign Relations. 2010. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/china-pakistan-relations>. Acesso em: 29 dez. 2019.

AHMAD KHAN, Rashid. Impact of the China Pakistan Economic Corridor on the People-to-People Contacts. In: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016, p. 14-33. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

AHMAD, E. Can the New Intergovernmental Structure Work in Pakistan? Learning from China. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Délhi: Cambridge Univ. Press, 2015.

AMJAD, R. Economic Management Under IMF Tutelage: Key Lessons from the Musharraf and PPP Rule 1999–2013. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Délhi: Cambridge Univ. Press, 2015, p. 48-83.

ANEJA, Atul. Bangladesh-China-India-Myanmar (BCIM) Economic Corridor no longer listed under BRI umbrella. **The Hindu**. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/international/bangladesh-china-india-myanmar-bcim-economic-corridor-no-longer-listed-under-bri-umbrella/article26971613.ece>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ANWAR, Zahid. Pakistan and the Geopolitics of Supply Routes to Afghanistan. **Journal of Political Studies**, v. 20, n. 2, p.105-123, 2013.

ARANTES JÚNIOR, Aberlado. O Paquistão e as estratégias ocidentais para a Ásia Meridional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 46, v. 1, p.182-207, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.

ASHRAF, Malik. China Pakistan Economic Corridor: Analysing the Indian Factor. *In*: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016. p. 73-85. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

ASIAN NIKKEI. **Japan and India to develop Colombo port, countering Belt and Road: With Sri Lanka, partners take on China's expanding Indian Ocean presence**, 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Japan-and-India-to-develop-Colombo-port-countering-Belt-and-Road>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ASLAM, Sabah. **What's next to CPEC**. Foreign Policy News, Set., 2019. Disponível em: <https://foreignpolicynews.org/2019/09/01/whats-next-to-cpec/>. Acesso em: 01 set. 2019.

AZIZ, Sheraz. **Can China Solve Pakistan's Energy Crisis?** CPEC has great promise, but Pakistan must be clear-eyed about the environmental and political costs. The Diplomat. Read The Diplomat, know the Asia-Pacific. Junho, 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/06/can-china-solve-pakistans-energy-crisis/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BERNASCONI-OSTERWALDER, N.; JOHNSON, L.; ZHANG, J. Chinese **Outward Investment: An Emerging Policy Framework**. Winnipeg: The Institute for Sustainable Development, 2013.

BIN, Yu. 2013. **The SCO Ten Years After: In Search of Its Own Identity**. In: The Shangai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics New Directions, Perspectives, and Challenges. Copenhagen: Editora NIAS Press, Universidade de Copenhagen, p.29-61, 2013.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. United States: Basic Books, 1997.

BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. Clash of the Titans. **Foreign Policy**. 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/22/clash-of-the-titans/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BURKI, S. A Country and an Economy in Transition. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Delhi: Cambridge Univ. Press, 2015. p. 84-107.

BURKI, Shahid J. Pakistan's Politics and its Economy. *In*: BRASS, Paul R. (ed.). **Routledge Handbook of South Asian Politics: India, Pakistan, Bangladesh, Sri Lanka, and Nepal**. London: Routledge International Handbooks, 2010. p. 83-98,

CARRIÇO, Manuel. Uma “pérola” perto de um mar de petróleo: a importância do Porto de Gwadar para a China. **Revista Militar**, n. 2465, jul. 2007. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=217 Acesso em: 29 dez. 2019.

CHAUDHRY, Shahid A. *In*: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed (ed.). Pakistan Moving the Economy Forward. **Pakistan’s Indus Basin Water Strategy: Past, Present and Future**. Nova Delhi: Cambridge Univ. Press, 2015.

CHINA OVERSEAS PORTS HOLDING COMPANY LIMITED - COPHCL. Disponível em: <http://cophcgwadar.com/index.aspx>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA’S WORLDWIDE REACH. **China Global InvestmentTracker**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **China-Pakistan Economic Corridor**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Energy**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/energy>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Gwader**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/gwader>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Infrastructure**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/infrastructure>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Institutional Framework of CPEC**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/institutional-framework/5>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Mass Transit Projects**. [2019]. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/mass-transit-projects>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **New Provincial Projects**. <http://cpec.gov.pk/new-provincial-projects>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **Social Sector DevelopmentProjects**. <http://cpec.gov.pk/social-sector-development-projects>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **SpecialEconomic Zones Projects**. <http://cpec.gov.pk/special-economic-zones-projects>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC. **WestrenRouteProjects**. <http://cpec.gov.pk/westren-route>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CHINA–PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR - CPEC.. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COASE, R. H. 1991 Nobel lecture: the institutional structure of production. *In*:

COHEN, Stephen. **The Idea of Pakistan**. Brookings Institution Press: Washington, D. C., 2004.

CONCEIÇÃO, O. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2002.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Major Projects of the China Pakistan Economic Corridor**. Disponível em: <http://www.cfr.org/pakistan/behind-chinas-gambit-pakistan/p37855>. Acesso em: 29 dez. 2019.

DANIELS, Rorry. Strategic Competition in South Asia: Gwadar, Chabahar, and the Risks of Infrastructure Development”. **American Foreign Policy Interests**, v. 35, [s.n.], pp. 93-100, 2013.

DEEPAK, B.R (ed.). **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Nova Delhi: Springer, 2018.

DUGGER, William. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUNNING, John H. **Regions, Globalization, and the Knowledge-Based Economy**. 2003. Oxford University Press, 2003.

Dunod, 1995. Disponível em: http://bibliotheque.pssfp.net/livres/manuel_de_recherche_en_sciences_sociales_luc_van_comp_enhoudt_et_raymon_quivy_4_edition.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

EHTESHAMI, A. **China's Presence in the Middle East: The Implications of the One Belt, One Road Initiative**. London: Routledge Taylor & Francis, 2018.

evolution, and development. New York: Oxford University, 1993.

FAHAD, Sheikh. **China Pakistan Economic Corridor and Defense Pact**. Economic Review, 2015. Disponível em: <http://www.stratagem.pk/economic-review/china-pakistan-economic-corridor-and-defense-pact/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

FAIR, C. Christine. **Fighting to the End: The Pakistan Army's Way of War**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FATIMA, Anam. **A strategic shift in the foreign policy of Pakistan under CPEC**. The Asia Dialogue. University of Nottingham, Asia Research Institute. Mar., 2019. Disponível em: <https://theasiadialogue.com/2019/03/29/a-strategic-shift-in-the-foreign-policy-of-pakistan-under-cpec/>. Acesso em: 10 Abr. 2019.

FERRARI, Andres; SAUTER; Betina. O impasse entre Índia e Paquistão e o desenvolvimento do conflito: do início da rivalidade à atualidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL*, 2., 2017, Rio de Janeiro, RJ). **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p.296-314.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.
Fondo de Cultura Económica, 1985.

FRONTIER WORKS ORGANIZATION (FWO). Disponível em: <https://www.fwo.com.pk/>. Acesso em: 20 de out. 2019.

FUKUYAMA, Francis. 1992. **O Fim da História e O Último Homem**. Brasil: ROCCO. Brasil, ROCCO, 1992.

GARVER, John W. **Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century**. Seattle: University of Washington Press, 2001.

GARVER, John W. The Future of the Sino-Pakistani Entente Cordiale. *In*: CHAMBERS, Michael R. South Asia in 2020 **Future Strategic Balance and Alliances**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2002.

GERHARDT, Tatiana; RAMOS, Ieda; RIQUINHO, Deise; SANTOS, Daniel. Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. p. 65-88. (EAD – Série Educação a Distância).

GERHARDT, Tatiana; SOUZA, Aline. Aspectos teóricos e conceituais. *In*: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. p. 11-30. (EAD – Série Educação a Distância).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GISHKORI, Zahid. A train to CPEC: CPEC-related Railways projects still await the decisions of the PTI government. **The News on Sunday**, Pakistan. Jun., 2019. Disponível em: <https://www.thenews.com.pk/tns/detail/568029-train-cpec#.XRlmWJBv80M>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil**. Editora Campus. Elsevier, 2005.

GUANG, Pan. The Spirit of the Silk Road the SCO and China's Relations with Central Asia. *In*: THE SHANGAI Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics New Directions, Perspectives, and Challenges. Copenhagen: NIAS Press, 2013. p. 29-61.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era de gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GURUSWAMY, Mohan. **The China Factor**. *In*: The Future of Pakistan. Org. Stephen Cohen and others. Brookings Institution Press. Washington, D.C, p.122-133, 2011.

HAFFNER, J.A. H. *et al.* A internacionalização da economia chinesa: convergente ou assimétrica? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 1033-1058, mar. 2017.

- HALL, S. M. **Regional and Global Scenarios of the China Pakistan Economic Corridor**. In: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). *China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer*. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016, p. 34-6. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.
- HAMDANI, K. Benefiting from Foreign Direct Investment. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Délhi: Cambridge Univ. Press, 2015, p. 254-279.
- HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HASAN, P. Failed Economic Promise: Lessons from Pakistan's Development Experience. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Délhi: Cambridge Univ. Press, 2015, p. 22-47.
- HASHMI, Bard. **Essays on the Economy of Pakistan**. Progressive Series 36. Progressive Publishers Zaildar Park, Ichhra, Lahore. United Nations, Asian Development Institute, 1976.
- HENRIQUES, Anna; LEITE, Alexandre; TEIXEIRA, Augusto. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do *Process Tracing* para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2015.
- HOBBSBAWN, Eric. 1995. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, n. 36, p. 166-192, 1998.
- HOURELD, Katharine. China and Pakistan launch economic corridor plan worth \$46 billion. **Reuters**, Islamabad, 20 Apr. 2015. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-pakistan-china-idUSKBN0NA12T20150420>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- HUANG, W; WILKES, A. **Analysis of China's Overseas Investment Policies** Bogor: Center for International Forestry Research, 2011. (Working Paper 79).
- HUNTINGTON, Samuel P. **Political Order in Changing Societies**. Yale University Press, 1969, p. 250-251.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- HUSAIN, I. **Pakistan: The Economy of an Elitist State**. Karachi: Oxford University Press, 1999.
- HUSAIN, I. Economic Governance and Institutional Reforms. In: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed. **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Delhi: Cambridge Univ. Press, 2015. p. 224-253.

IQBAL, Khuram. Securing CPEC: Challenges, Responses and Outcomes. *In*: ARDUINO, Alessandro; GONG, Xue. **Securing the Belt and Road Initiative**. Risk Assessment, Private Security and Special Insurances Along the New Wave of Chinese Outbound Investments. Xangai: Palgrave Macmillan, 2018. p. 197-214.

JALAL, A. **Democracy and Authoritarianism in South Asia: A Comparative and Historical Perspective**, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

JIANGTAO, Shi; ZHENG, Sarah. **Dominance or development?** What's at the end of China's New Silk Road? South China Morning Post. Abr., 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3007059/dominance-or-development-whats-end-chinas-new-silk-road>. Acesso em: 21 abr. 2019.

JINPING, Xi. A Governança Da China. **Assuntos multilaterais. Por um futuro melhor para a Ásia e para o mundo**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.

KANWAL, Gurmeet. **Pakistan's Gwadar Port**. A New Naval Base in China's String of Pearls in the Indo-Pacific. Center For Strategic International Studies, 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/pakistans-gwadar-port-new-naval-base-chinas-string-pearls-indo-pacific> Acesso em: 29 dez. 2019.

KHAN, Muhammad. Domestic and External Dimensions of the China Pakistan Economic Corridor. *In*: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016, p. 86-109. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

KHAN, Yasir H. **CPEC-BRI global appeal, survivability**. 2018. Disponível em: <https://nation.com.pk/20-Apr-2018/cpec-bri-global-appeal-survivability>. Acesso em: 29 dez. 2019.

KHAN, Yasir H. Gwadar Master Plan, ML-1 project to be instant beneficiaries of CPEC authority. China Economic Net, Jul., 2019. Disponível em: http://en.ce.cn/main/latest/201907/24/t20190724_32707745.shtml?from=singlemessage&fbclid=IwAR2pOOssT9k8_31E9S8vSbBQBRfOw8mhSSW5sIA28uQO3qXanN43QUAT1Bw. Acesso em: 01 ago. 2019.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Limitations of China's 'One Belt One Road' Model**. Australian National University. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 5, n. 2, p. 378–385, 2018.

MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History (1904). **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, p. 330-336, 2004.

MAHMOOD, Faran. The curious case of CPEC Authority. Set., 2019. Disponível em: <https://tribune.com.pk/story/2052507/2-curious-case-cpec-authority/>. Acesso em: 10 set. 2019.

MALIK, Afia. Tackling the Energy Crisis. *In.*: AMJAD, Rashid; BURKI, Shahid Javed (ed.). **Pakistan Moving the Economy Forward**. Nova Delhi: Cambridge Univ. Press, 2015. p. 358-392, p. 108-134.

MALIK, Ahmad. The China–Pakistan Economic Corridor (CPEC): A Game Changer for Pakistan’s Economy. *In.*: DEEPAK, B.R. (ed.). **China’s Global Rebalancing and the New Silk Road**. Nova Delhi: Springer, 2018. p. 69-84.

MALIK, Ahmad. Impact of Gwadar Port on the Economy of Pakistan under the China Pakistan Economic Corridor. *In.*: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira; FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016. p. 110-129. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

MAYER, M. **Rethinking the Silk Road: China’s Belt and Road Initiative and Emerging Eurasian Relations**. Xangai: Palgrave MacMilan, 2018.

MCCARTNEY, Matthew. **Pakistan: The Political Economy of Growth, Stagnation and the State, 1951-2009**. Routledge Studies in the Growth Economies of Asia, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton, 2001.

MIRZA, Faisal; FATIMA, Nishat; ULLAH, Kafait. Impact of China-Pakistan economic corridor on Pakistan's future energy consumption and energy saving potential: Evidence from sectoral time series analysis. **Energy Strategy Reviews**, v. 25, p.34-46, Aug. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211467X19300422>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MOORE, Thomas. **Chinese Foreign Policy in the Age of Globalization**. *In.*: DENG, Young; WANG, Fei-Ling. China rising: power and motivation in Chinese foreign policy. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

MUMTAZ, Muhammad. **We need Quaid-i-Azam’s Pakistan**: As history shows, periods of chaos have followed military rule, because the generals left behind them systems that did not have the people's consent. Daily Morning Mail. Agosto, 2018. Disponível em: <https://morning.pk/story/28804>. Acesso em: 29 dez. 2019.

NATIONAL HIGHWAY NETWORK. Disponível em: <http://nha.gov.pk/en/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

NEVES JUNIOR, Edson. O Paquistão e o Combate ao Terrorismo na Ásia Meridional: entre o Intervencionismo Estadunidense e a Regionalização da Segurança. *In.*: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 129-160. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_11%20de%20setembro_web.pdf#page=131. Acesso em: 29 dez. 2019.

NOGUEIRA, Alberto Marcos; HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. O papel do Estado chinês nos investimentos diretos externos na América Latina. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL “PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA”, 2., 2016, São Paulo. Anais [...]*, São Paulo: USP/PROLAM, 2016. p. 1-15. : il.

NORTH, D. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter. 1991.

PAKDEF. **China-Pakistan Economic Corridor**. Disponível em: <http://www.pakdef.org/forum/topic/10118-china-pakistan-economic-corridor/>. Acesso em 29 dez. 2019.

PAKISTAN. Government. **Fiber Optic Project of CPEC**. [2018]. Disponível em: <http://www.pc.gov.pk/wp-content/uploads/2016/01/Fiber-Optic-Network-of-Cpec-new2.jpg>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PAKISTAN. **Official Gateway to the Government**. Disponível em: <http://www.pakistan.gov.pk/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PAKISTAN. State Bank. **Annual Report 2010–2011**. Karachi, Pakistan, 2011.

PATHAK, Sriparna. **China’s economics and the Belt and Road Initiative**. University of Nottingham, Asia Research Institute. Abr., 2019. Disponível em: <https://theasiadialogue.com/2019/04/18/chinas-economics-and-the-belt-and-road-initiative/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PAUTASSO, Diego. China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Conjuntura Austral**, v. 1, p. 1-16, 2011.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e Poder Global da China: a Política Made in China 2025. **Revista Austral**, v. 8, n.16, p. 183-198, jul./dez. 2019.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos R. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.4, n.3, p. 25-44, mar. 2017. Disponível em: <http://200.229.32.55/index.php/estudosinternacionais/article/view/13874>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PEREIRA, Analúcia; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, p. 119-138, 2015.

QAZI, Hussain. China Pakistan Economic Corridor: Infrastructure Development. *In: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer*. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016, p. 130-156. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manuel de recherche em sciences sociales**. Paris:

QURESHI, A.K., M. Din, E. Ghani and K. Abbas. 'Domestic Resource Mobilisation for Development in Pakistan'. **The Pakistan Development Review**, v. 36, n. 4, p. 891-912, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Temas: Geografia e política, 29).

RAHUL, Anshuman. O jogo pela hegemonia regional: a OBOR chinesa e a resposta estratégica indiana. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.7, n.13, p. 172-213, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/82338/49730>. Acesso em: 29 dez. 2019.

RAJAIN, Arpit. **Nuclear Deterrence in Southern Asia: China, India and Pakistan**. New Delhi: Sage, 2005.

RAKHIMOV, M. **The Institutional and Political Transformation on the SCO in the Context of Geopolitical Changes in Central Asia**. In: *The Shanghai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics New Directions, Perspectives, and Challenges*. Copenhagen: NIAS Press, 2013. p. 62-81.

RAMO, Joshua C. **The Beijing Consensus**. London: The Foreign Policy Centre, 2004.

RANA, Muhammad. **The geoeconomics of CPEC**. Dawn: Today's Paper, Abr. 07, 2019. Disponível em: <https://www.dawn.com/news/1474452>. Acesso em: 08 abr. 2019.

RECONNECTING ASIA. **Belt and Road**. Disponível em: <https://reconnectingasia.csis.org/database/initiatives/one-belt-one-road/fb5c5a09-2dba-48b9-9c2d-4434511893c8/>. Acesso em: 02 jul.2019.

RIBEIRO, Erik H.A. **Rivalidade e a Cooperação nas relações China-Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar**. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIZVI, H.A. **Pakistan and the Geostrategic Environment: A Study of Foreign Policy**. Londres: Macmillan, 1993.

RUTHERFORD, M. Veblen's Evolutionary Programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 463-477, 1998.

SABBAHUDDIN. Long Live CPEC. **Daily Times**, Pakistan, Set., 2019. Disponível em: <https://dailytimes.com.pk/471513/long-live-cpec/>. Acesso em: 01 out. 2019.

SAIF UR REHMAN, Muhammad. **Significance of Shanghai Cooperation Organization – Pakistan's perspective**. Disponível em: https://www.ndu.edu.pk/issra/issra_pub/articles/margalla-paper/Margalla-Papers-2014/04-Significance-of-SCO.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

- SANTOS, Leandro; MILAN, Marcelo. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2014.
- SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York: Oxford University, 1954.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCOBELL, Andrew. **Terrorism and Chinese Foreign Policy**. In: DENG, Young; WANG, Fei-Ling. China rising: power and motivation in Chinese foreign policy. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.
- SHAH, Abdur. How Does China-Pakistan Economic Corridor Show the Limitations of China's 'One Belt One Road' Model. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 5, n. 2, p. 378-385, jan. 2018. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/eenappswp/201828.htm>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- SHAH, Aqil. **The Army and Democracy: Military Politics in Pakistan**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SHAHID, Kunwar. **Gilgit-Baltistan**: Pakistan's Geopolitical Loophole: The disputed territory remains caught in limbo: neither a province nor self-administered. *The Diplomat*. Read The Diplomat, know the Asia-Pacific. Feb., 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/02/gilgit-baltistan-pakistans-geopolitical-loophole/>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- SIDDIQA, Ayesha. **Military Inc.:** Inside Pakistan's Military Economy. 2nd ed. London: Pluto Press, 2017.
- SILVEIRA, Denise; CORDOVA, Fernanda. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009, p. 31-42. (EAD – Série Educação a Distância).
- SILVERMAN, David. **Doing Qualitative Research**. London: Sage, 2010.
- SIMONOFF, Alejandro. Apresentação na Mesa Redonda: Política Externa e Autonomia na periferia do capitalismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI – ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?, 2., PORTO ALEGRE, 2018; SEMINÁRIO ELEIÇÕES NO BRASIL: 2018: O QUE SAIU DAS URNAS? 4., Porto Alegre, 2018. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- SMALL, Andrew. **The China-Pakistan Axis Asia's New Geopolitics**. New York: Oxford University Press, 2015.
- STEIL, Benn; DELLA ROCCA, Benjamin. **Belt and Road Tracker**: This tracker shows how the Belt and Road Initiative has changed countries' bilateral economic relationships with China over time. Council on Foreign Relations. Greenberg Center for Geoeconomic Studies. 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/belt-and-road-tracker>. Acesso em: 09 maio. 2019.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

SWASTRÖN, Niklas. **China and Greater Central Asia: New Frontiers?** Silk Road Paper. Central Asia-Caucasus Institute Silk Road Studies Program. December 2011.

TALBOT, Ian. **Pakistan, A Modern History**. Oxford University Press, 1998.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TORRALBA, Carlos. Nove países com poder nuclear têm um arsenal de 14.934 armas. **El País**, 6 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/06/internacional/1507284753_073640.html. Acesso em: 29 dez. 2019.

VADELL, Javier. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 403-414, 1998. Originalmente publicado em 1898.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Novíssima China e o sistema internacional**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. (Temas do Novo Século, 12).

VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2004. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WANG, Jianwei. **China's Multilateral Diplomacy in the New Millennium**. In: DENG, Young; WANG, Fei-Ling. *China rising: power and motivation in Chinese foreign policy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. I Edición preparada por Johannes Winckelmann. Nota preliminar de José Medina Echavarría. Traducción: José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eduardo García Máynez, Eugenio Ímaz y José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

WILLIAMSON, O. E. **Las instituciones económicas del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, c1985.

WILLIAMSON, Oliver E., WINTER, Sidney G. (ed.). **The nature of the firm: origins, evolution, and development**. New York: Oxford University Press, 1993, c1991.

WOLF, Siegfried. **China–Pakistan Economic Corridor (CPEC):** Regional Cooperation in the Wider South Asian Region. In: DEEPAK, B. R. *China's Global Rebalancing and the New Silk Road*. New Delhi: Springer Nature Singapore, 2018. p. 85-100.

XIGUANG, Li. Analysis of the Interplay between the China Pakistan Economic Corridor and One Belt One Road. In: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. Islamabad: The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), 2016, p. 62-72. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

YIWEI, Wang. **The Belt and Road Initiative**. What Will China Offer the World In Its Rise. Pequim: New World Press, 2016.

YOUKANG, Du. Impact of the China Pakistan Economic Corridor on the People-to-People Contacts. In: KHAN, Minhas Majeed; IJAZ, Ahmad Rashid Malik Saira, FARWA, Ume (ed.). **China-Pakistan Economic Corridor: A Game Changer**. The Institute of Strategic Studies Islamabad (ISSI), p.14-33. Islamabad, 2016. Disponível em: http://issi.org.pk/wp-content/uploads/2017/04/CPEC_Book_2016.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

YOUSAFZAI, Fawad. **Cabinet Committee approves setting up CPEC authority despite objections**. The Nation, Pakistan, Islamabad, 2019. Disponível em: <https://nation.com.pk/27-Aug-2019/cabinet-committee-approves-setting-up-cpec-authority-despite-objections>. Acesso em: 29 ago. 2019.

YUSUFZAI, Amin. **China's BeiDou Navigation System Will be Able to Replace GPS in Pakistan Soon**. Disponível em: <https://propakistani.pk/2019/04/05/chinas-beidou-navigation-system-will-be-able-to-replace-gps-in-pakistan-soon/>. Acesso em: 29 dez. 2019.